

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE ARQUITETURA**

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional  
PROPUR - UFRGS

**O SABER-FAZER DO TURISMO NA REVITALIZAÇÃO DE  
SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS:**

**Um estudo das Praças da Alfândega e da Matriz na cidade de Porto Alegre/RS**

AUTORA:

ADRIANA PISONI DA SILVA

ORIENTADORA:

Dr<sup>a</sup>. SANDRA JATAHY PESAVENTO

Porto Alegre/RS – Brasil

Agosto, 2006

## Agradecimentos

Todo o trabalho de pesquisa é, sempre, fruto de muitas participações.

Agradeço **aos meus pais** Teresinha e Manuel, que me apresentaram um mundo de amor, carinho, respeito, religiosidade, justiça, sabedoria e que torceram pela concretização deste estudo;

**Aos meus irmãos** Alex Sandro e Lucas, e cunhada Priscila, pelo apoio e carinho;

**A minha orientadora**, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Pesavento, pela orientação, paciência, ensinamento e acolhimento nas minhas inquietações neste processo de aprendizado;

**As minhas queridas amigas**, companheiras do turismo Maru, Norma, Vânia e Maria de Fátima;

**Aos queridos amigos** Patrícia, Léo, Ana Lúcia, Zé, Mirelle, Liliane, Rodrigo e tia Alzira muito obrigada pelo apoio e amizade;

**Aos amigos do curso**, especialmente Adriane Batata, Rosa, José Carlos, Fabiano, Virgínia, Giovanilton, Débora, Carlos, Samir e Geraldo pelo acolhimento, incentivo e convivência em momentos agradáveis regados a churrasco e moqueca;

**As secretárias** do PROPUR Rosane e Mariluz;

**Aos trabalhadores** das praças, técnicos, agentes e guias de turismo;

**A todos vocês! Muito obrigada!**

*“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá as nossas perguntas” Ítalo Calvino – As Cidades Invisíveis.*

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	6
LISTA DAS SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
RESUMO .....	9
ABSTRACT .....	10
INTRODUÇÃO.....	11
O PATRIMÔNIO E O TURISMO.....	14
CAPÍTULO I - O PATRIMÔNIO PARA ALÉM DOS MONUMENTOS.....	14
1.1 A Contribuição do Turismo na Preservação do Patrimônio Brasileiro.....	19
1.2 O Fenômeno Turístico.....	25
1.2.1 O Turismo Urbano .....	28
CAPÍTULO II - APROPRIAÇÃO TURÍSTICA NOS SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS.....	32
AS CATEGORIAS CONCEITUAIS E A METODOLOGIA .....	42
CAPÍTULO III – ANCORANDO AS CATEGORIAS .....	42
3.1 A MEMÓRIA.....	42
3.1.1 Memória Coletiva e Espaço Público.....	45
3.2 IMAGINÁRIO SOCIAL .....	50
3.2.1 Imaginário e Centro Histórico.....	53
3.3 PRÁTICAS SOCIAIS.....	55
3.3.1 As Representações das Práticas Sociais .....	58
CAPÍTULO IV – DELINEANDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS .....	63
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA .....	72
CAPÍTULO V - O SÍTIO HISTÓRICO URBANO DE PORTO ALEGRE .....	72
5.1 AS PRAÇAS E SEUS FRAGMENTOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA .....	80
5.1.1 Praça da Alfândega.....	80
5.1.2 Praça da Matriz.....	88
CAPÍTULO VI - OS AGENTES INFORMANTES .....	95
6.1 OS ANFITRIÕES DO SÍTIO .....	96
6.1.1 Anfitriões e suas Formas de Habitar o Sítio.....	97
6.1.2 Fragmentos da Memória e Configurações do Imaginário .....	105
6.1.3 Práticas Sociais do Encontro entre Anfitriões e Visitantes .....	107
6.2 OS PLANEJADORES INSTITUCIONAIS DO SÍTIO .....	113
6.2.1 As Práticas Intervencionistas dos Agentes Planejadores .....	113
6.2.2 A Fragilidade da Política de Turismo no Uso do Patrimônio .....	133
6.3 OS AGENCIADORES TURÍSTICOS DO SÍTIO.....	138
6.3.1 A Atratividade para os Agenciadores .....	140
6.3.2 As Rugosidades que Afetam a Oferta Turística do Sítio.....	144

<b>6.3.3As “Maneiras” de Fazer os Roteiros Turísticos.....</b>	<b>147</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>166</b>

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Representação das categorias propostas para a releitura do objeto de estudo ..... 66
- Figura 2: Representação da área de abrangência do Projeto Monumenta Porto Alegre, contemplando a delimitação do Sítio Histórico. Acervo da Unidade Executora do Projeto ..... 73
- Figura 3: Representação da Planta de 1839. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 77
- Figura 4: planta ilustrada da Praça da Alfândega. Acervo do Projeto Monumenta Porto Alegre, 2003 ..... 81
- Figura 5: Escadaria da Alfândega, acervo do Museu Hipólito da Costa ..... 82
- Figura 6: Década de 30, Rua 7 de Setembro. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 85
- Figura 7: Rua dos Andradas. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 86
- Figura 8: Início do século XX, sede da CARRIS. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 87
- Figura 9: Final século XIX. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 89
- Figura 10: Praça Marechal Deodoro. À esquerda, o Teatro São Pedro, e à direita, a antiga Câmara de Justiça. Autor: Irmãos Ferrari. Data: 1888. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman .....90
- Figura 11: Vista da Rua General Câmara, esquina com a Rua da Praia, aparecendo um bonde elétrico, década de 20. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 91
- Figura 12: Praça Marechal Deodoro - Aparecendo o Monumento à Júlio de Castilhos. À esquerda, o Teatro São Pedro, e à direita, a antiga Câmara de Justiça. Autor: Virgílio Calegari. Data: Década de 1920. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 93
- Figura 13: estande da coleção Jacarandá exposto na Feira do Livro de 2005, acervo da autora ..... 101
- Figura 14: engraxate e visitante da Praça da Alfândega, acervo particular da pesquisadora, dezembro 2005 ..... 102

- Figura 15: Representação do presépio para o Natal na Praça da Matriz, dezembro 2005. Acervo da autora ..... 108
- Figura 16: Tenda dos autógrafos na Av. Sepúlveda, na 51<sup>o</sup> Feira do Livro. Foto: Cristine Rochol / PMPA, 11/11/2005 ..... 110
- Figura 17: demonstração gráfica da proposta para a escavação arqueológica. Fonte: acervo do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa .... 121
- Figura 18: Praça da Matriz, detalhe do playground, acervo da autora, outubro de 2005 ..... 126
- Figura 19: Clube do Comércio, vista da Praça da Alfândega. Acervo do Projeto Monumenta Porto Alegre ..... 127
- Figura 20: Pórtico Central do Cais do Porto. Foto de Andrea Aguiar, acervo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ..... 128
- Figura 21: Antigo Auditório Araújo Vianna. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 132
- Figura 22: Roteiro "Centro Alto-Valorizando a Matriz - Escritório Municipal de Turismo Foto: João Fiorin / PMPA, 19/03/2006 ..... 134
- Figura 23: Forte Apache, hoje edificação do Ministério da Justiça. Acervo da autora ..... 142
- Figura 24.: Palácio Provisório (Forte Apache). Rua Gerônimo Coelho, esquina Praça da matriz, início séc XX. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman ..... 142
- Figura 25: Passageiros na Linha Turismo, ônibus estacionado em frente ao Theatro São Pedro, dezembro 2005, acervo da autora ..... 150

## **LISTA DAS SIGLAS E ABREVIATURAS**

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

EPTC – Empresa Porto Alegrense de Transporte Coletivo

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MARGS – Museu de Arte do Rio Grande do Sul

OEA - Organização dos Estados Americanos

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SMAM – Secretaria Municipal do meio Ambiente

SMC – Secretaria Municipal da Cultura

SMIC – Secretaria Municipal da Indústria e Comércio

SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPM - Secretaria do Planejamento Municipal

UEP – Unidade Executora do Projeto Monumenta Porto Alegre

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## RESUMO

O presente estudo é uma análise em torno das contribuições que o saber-fazer do turismo, enquanto prática social pode trazer para o fortalecimento das propostas de revitalização em sítios históricos urbanos. Reflexões da ordem da apropriação do turismo pelos planejadores urbanos nos processos de revitalização de sítios históricos, são analisadas na perspectiva da crítica ao viés da mercantilização do patrimônio cultural. Sendo assim, esta dissertação aproxima as questões da essencialidade do patrimônio e do fenômeno turístico pertinentes à apropriação turística nos sítios históricos urbanos na constituição desta oferta patrimonial destinada a visitante e visitado. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, tendo como estudo de caso o Sítio Histórico da cidade de Porto Alegre/ RS, no recorte da Praça da Alfândega e da Praça da Matriz e seus respectivos entornos. As técnicas da coleta de dados são: pesquisas bibliográfica e documental, levantamento fotográfico e entrevistas semi-estruturadas. Os agentes informantes estão organizados em torno de três categorias: os anfitriões, os planejadores e os agenciadores. A apropriação do turismo por parte dos planejadores, evidenciada durante a pesquisa, demonstrou estar centrada, quase que exclusivamente, em ações de recuperação e melhorias da materialidade do Sítio Histórico Urbano e não em propostas que tratem as sociabilidades sob o ponto de vista das essencialidades do fenômeno turístico. Considera-se que o planejamento das revitalizações deve ampliar seus instrumentos de participação, para que o patrimônio se torne propulsor da união de laços entre os povos, elevando a auto-estima das populações e contribuindo para a solidariedade do encontro entre visitantes e visitados, na ubiquidade do turismo sustentável e hospitaleiro.

**Palavras-chave:** Turismo, Sítio Histórico Urbano, Memória, Imaginário, Prática Social.

## **ABSTRACT**

This study is an analysis on the contributions that the tourism know-how, while being a social practice may bring for the strengthening of restoration propositions in historical urban places. Reasoning on the appropriation of tourism by the urban planners in the restoration processes of historical places, are analyzed in the perspective of criticism through the mercantilization of the cultural patrimony perspective. Thus, this dissertation approximates the issues of essentiality of patrimony and the tourism phenomenon related to the tourism appropriation of the historical urban places in the constitution of this patrimonial offer destined the visiting and the visited. The methodology adopted is the qualitative research, with an exploratory character, having as a study case the Historical Place of the city of Porto Alegre / RS, in the section of the Alfândega Square and the Matriz Square and its respective surroundings. The data collecting techniques are: bibliographic and documental researches, photographic research and semi-structured interviews. The informing agents are organized around three categories: the hosts, the planners and the agents. The appropriation of tourism by the planners, noted during the research, revealed being centered, almost exclusively, in actions of restoring and improving of the hardware in the Historic Urban Place and not in propositions that deal with the sociability in the point of view of the essentialities of the tourism phenomenon. Considering that the planning of the restorations should enlarge its participation instruments, so that the patrimony becomes a supporter of connections among peoples, rising their self-esteem and contributing for the solidarity of the meeting among visiting and visited, in the ubiquity of a sustainable and hospitable tourism.

Key-words: tourism, urban historical place, memory, imaginary, social practice.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um estudo em torno do contexto teórico, prático e conceitual do saber-fazer do turismo na revitalização de sítio históricos urbanos, mais especificamente o Sítio Histórico Urbano da cidade de Porto Alegre/RS no recorte das Praças da Matriz e Alfândega e seus entornos. Nasce, então, do interesse em aprofundar o entendimento sobre as propostas de revitalização que apontam o turismo como um das justificativas de suas ações buscando a interpretação de como tal fenômeno social é compreendido nestes processos.

No Brasil, atualmente, existem trabalhos que abordam a questão da preservação do patrimônio, tanto o material quanto o imaterial, entretanto há uma lacuna a ser preenchida no âmbito das contribuições que o saber-fazer do turismo traz para a valorização desse patrimônio. Nestes termos, o trabalho apresenta na sua primeira parte dois capítulos (I e II) que expõem a ligação teórico-conceitual entre patrimônio e turismo, antes mesmo da análise empírica, com o intuito de fazer um balanço do “estado da arte” dessa situação, que no país, e, por conseguinte também Estado do Rio Grande do Sul, apresenta um vasto campo de análise a ser explorado.

O turismo, enquanto prática social e, dependendo das estratégias de planejamento ao qual for guiado, impulsiona a preservação da identidade local, trazendo também benefícios para população residente e estimulando a conservação patrimonial. Entretanto, a apropriação dele pelos planejadores urbanos ainda se dá como justificativa dos processos de revitalização de sítios históricos, pautando em seu planejamento e intervenção, na maioria das vezes, no viés da mercantilização do patrimônio cultural.

Como premissa, esta pesquisa concebe o turismo enquanto prática social sustentável e hospitaleira, onde a revitalização de sítios históricos urbanos necessita abarcar o imaginário social, a memória coletiva e as práticas sociais como os alicerces das suas ações.

Assim, o principal problema desta dissertação está na análise das contribuições que o saber-fazer do turismo pode trazer para o fortalecimento das propostas de revitalização em sítios históricos urbanos, tendo como o foco o Sítio Histórico deste estudo.

Nesse íterim, a segunda parte do trabalho consiste de dois capítulos (III e IV) que reconstroem as categorias teórico-conceituais – alicerces no espelhamento de uma proposta de revitalização inovadora – a saber: memória coletiva, imaginário social e práticas sociais, bem como o delineamento dos caminhos metodológicos percorridos no decorrer da pesquisa.

As práticas sociais são elementos que contribuem na formação das identidades socioculturais, em diferentes temporalidades e espaços. Assim, o estudo aborda os processos de construção da memória, das práticas, dos modos de viver, dos comportamentos que constituíram no passado e que constituem cotidianamente este Sítio.

A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, analisando e dialogando com a realidade do Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre de forma complexa, contextualizada, compreendendo e retratando, sistematicamente, a sua dinâmica.

A terceira parte do trabalho consiste na investigação empírica, compreendendo os capítulos V e VI, que tratam respectivamente do Sítio Histórico no contexto da sua formação, os fragmentos da história e da memória das Praças, e da análise os relatos dos agentes informantes, sendo esses anfitriões, planejadores e agenciadores, na expectativa da resignificação das propostas de revitalização focadas aqui.

Por fim, as considerações finais reconstroem o fio condutor da dissertação onde a crítica se dá no reducionismo da compreensão do turismo no que tange aos seus aspectos econômicos na justificativa dos processos de revitalização, pautando o seu planejamento e intervenção na mercantilização do patrimônio cultural. E ainda, na premissa que o turismo pode abarcar o imaginário social, a memória coletiva e as práticas sociais como alicerces de suas proposições num processo participativo de seu planejamento.

## O PATRIMÔNIO E O TURISMO

### CAPITULO I - O PATRIMÔNIO PARA ALÉM DOS MONUMENTOS

A primeira comissão que contempla a temática dos Monumentos Históricos surgiu em 1837 na França. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decaiu, e estes provinham, essencialmente, da arqueologia, da história e da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais; todas as categorias de edifícios, públicos e privados; santuários e utilitários foram anexadas aos bens inventariados.

Nesse sentido, o domínio patrimonial não se limitava mais aos edifícios individuais, compreendiam também os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e, até mesmo, aos conjuntos de cidades. Portanto, para CHOAY<sup>1</sup> a ampliação do conceito de patrimônio impossibilita a generalização em uma única categoria denominada de monumento.

São diversos os significados para patrimônio, sendo entendido, no senso comum, como o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem. Considerando que esses bens estão dentro de certos limites de competência administrativa, também são categorizados como os bens que

---

<sup>1</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p. 207.

pertencem a um determinado país como representação do patrimônio nacional, e, ainda, dependendo do contexto histórico e autenticidade do mesmo, ampliam-se para a dimensão de patrimônio mundial.

A partir da década de 1960 o patrimônio histórico já representava parte de um legado que não parava de crescer, proporcionando a inclusão de novas tipologias de bens e o alargamento do quadro cronológico. A Carta de Veneza, em 1964, tornou-se um documento referencial, onde o conceito de monumento histórico foi estendido às áreas urbanas e rurais, fortalecendo as premissas da autenticidade e da integridade. Formou-se na ocasião o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, o qual é uma organização não-governamental, criada a partir de resolução do Congresso de Veneza. Esse conselho possui comitês em mais de 80 (oitenta) países onde o Brasil participa com os comitês regionais.

Posteriormente, a expansão das práticas patrimoniais pode ser simbolizada também pela Convenção em Defesa da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada em 1972 pela Assembléia Geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em Paris. Essa convenção sustentou o conceito de patrimônio cultural universal, abarcando não só os monumentos, mas também os conjuntos de edifícios, os sítios arqueológicos ou outros conjuntos, que apresentassem um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. De acordo com CHOAY<sup>2</sup>, um dos principais desfechos desta Convenção é a definição de patrimônio cultural como:

*Monumentos: obras de arquitetura, escultura e pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências; Conjunto de edificações: separadas ou conectadas, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências, Sítios: obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios*

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 207.

*arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da estética, da etnologia ou da antropologia.*

Esse evento anunciou a universalidade do sistema ocidental quanto ao patrimônio histórico. Para os países dispostos a reconhecer sua validade, a convenção estipulou um conjunto de obrigações relativas à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações, ou seja, a sustentabilidade do patrimônio. Estabelecendo, sobretudo, uma pertença comum, uma solidariedade planetária onde é dada a coletividade internacional à missão de colaborar com esta proteção. O patrimônio passou a ser considerado um mediador entre passado e presente, uma âncora capaz de dar a sensação de continuidade em relação a um passado nacional e, até muitas vezes, mundial.

De acordo com GIOVANNONI apud CHOAY<sup>3</sup>, “uma cidade histórica constitui em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo: tal é o duplo postulado que permite a síntese das figuras reverencial e museal da conservação urbana”. Com este entendimento, o autor delimita três princípios de conservação e restauração do patrimônio urbano.

O primeiro descreve que, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Assim, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, pela manutenção do caráter social da população.

O segundo é a recomendação que o monumento histórico não pode ser interpretado separadamente do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, propondo o que ela chama de a dialética da “arquitetura maior”.

---

<sup>3</sup> CHOAY. Op. Cit. (2001).

Assim, o entorno do patrimônio edificado mantém com ele uma relação essencial.

O terceiro e último princípio alerta que os conjuntos urbanos antigos demandam procedimentos de preservação e de restauração que devem ser transpostos para as dimensões do fragmento ou do núcleo urbano, respeitando a sua escala e sua morfologia e assim, preservando as relações originais. Porém, para GIOVANNONI<sup>4</sup> “deve-se conservar os trabalhos de recomposição, de reintegração, de desobstrução. Admite-se, portanto, uma margem de intervenção limitada pelo respeito ao ambiente, esse espírito histórico dos lugares, materializado em configurações espaciais”.

Para CHOAY<sup>5</sup>, os monumentos e o patrimônio histórico adquirem uma dupla função, quais sejam: obras que propiciam conhecimento e bem-estar colocados à disposição de todos, mas também que sejam produtos culturais que passam por um processo de fabricação, empacotamento e distribuição, com o objetivo de serem consumidos – tal processo gerou a denominada mercantilização da cultura.

Verifica-se, desde então, uma transfiguração do seu valor de uso e troca dos monumentos e do patrimônio histórico, a saber: agrega-se ao valor simbólico o valor econômico; reflexo, esse, de empreendimentos públicos e privados, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais e também profissionais do turismo.

Nesse sentido, todo esse movimento é impulsionado pelo desejo da democratização do saber que, de acordo com CHOAY<sup>6</sup>, origina-se da “vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao *desenvolvimento da sociedade do lazer* e de seu correlato, o

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>5</sup> Op. Cit. CHOAY (2001).

<sup>6</sup> Ibidem, p. 210.

*turismo dito de massa...*". Assim, o público do patrimônio histórico não se restringe apenas aos especialistas e eruditos, mas amplia-se em escala.

A reutilização, que consiste em reintegrar o patrimônio desativado a um uso normal, ou seja, a sua integração na vida contemporânea que subtrai a uma destinação apenas de museu, é a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil. Assim, a prática desta reutilização deriva do bom senso e de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais.

A mercantilização do patrimônio foi também inserida em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, e lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento turístico local. Esta atividade representa atualmente, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda de muitas nações. Mercantilização, de acordo com COOPER<sup>7</sup>, é onde as demandas do turismo levam a mutação e, às vezes, a distribuição do significado das performances culturais onde a cultura se torna uma mercadoria.

Como objeto de oferta o patrimônio releva sua condição de herança identitária para tornar-se um capital, cujo valor depende da capacidade de promoção e de intervenção nos pontos de venda, que no caso do turismo diz respeito, sobretudo, as agências de turismo, cadeias hoteleiras e companhias aéreas. Porém, este estudo propõe interpretar o patrimônio para além do caráter mercadológico, onde qualquer estratégia de atuação deve ser necessariamente global e multidisciplinar. Uma estratégia verdadeiramente inovadora de conservação amplia o patrimônio cultural em muitos aspectos funcionais, porque o uso do patrimônio é a maior garantia da sua conservação.

Há um posicionamento, da qual CHOAY também compartilha é que a exploração do patrimônio histórico arquitetônico em muitos destinos turísticos

---

<sup>7</sup> COOPER, Chris & et. al. Turismo, Princípios e Prática. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

está fadada ao esgotamento, a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de seus consumidores. Esse movimento responde, adequadamente, à demanda de distração da “sociedade de lazer”<sup>8</sup>, e confere, além disso, o status social e a distinção associada ao consumo dos bens patrimoniais. Para proteger o patrimônio dessas ameaças, são necessárias políticas de preservação, e tais políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis, podendo até mesmo determinar o que é digno de preservação.

Os efeitos negativos do turismo de massa podem ser observados em algumas cidades, tais como Florença e Veneza, onde o patrimônio se degrada, a cada dia, ou ainda em alguns monumentos no Egito, onde se fez necessário fechar os túmulos do Vale dos Reis. Tais efeitos negativos gerados pelo fluxo intenso de turistas (o turismo de massa) é objeto de estudo de muitos pesquisadores da academia. Algumas cidades têm optado pela segmentação da oferta, pois, consideram que para cada público existe um produto, e não há mais a necessidade de concentrar-se a oferta num só foco. Assim, minimizam os efeitos negativos e diminuem os fluxos intensos num só local.

### **1.1 A Contribuição do Turismo na Preservação do Patrimônio Brasileiro**

São muitas as dificuldades de administrar o patrimônio local no Brasil, principalmente quando os fatores estão relacionados às políticas públicas voltadas à proteção patrimonial. Dentre esses fatores está, de acordo com RODRIGUES<sup>9</sup>, a herança de um país escravista, no qual o trabalho não foi visto como forma de criação de valores culturais, onde os objetos

---

<sup>8</sup> Ver DUMAZEDIER, Joffre. *A Revolução Cultural do Tempo Livre*. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1994. MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. 2ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

<sup>9</sup> RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. In.: *Turismo e Patrimônio Cultural*. Organização Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2001.

considerados dignos de proteção foram, (tal como a história a ser escrita), até recentemente, pautados pelos colonizadores, pelas classes proprietárias de forma geral, cujo conceito de sociedade e privilégios excluía, em geral, todos os não proprietários.

Nesse contexto, compreende-se a distância entre a discussão e a apropriação do patrimônio cultural e a maioria da população brasileira, uma vez que essa maioria não reconhecia tal patrimônio (das elites) como seu. Essa situação prolongou-se até a década de 1980, quando, no conjunto dos movimentos sociais que buscavam a democratização do país e o efetivo exercício dos direitos de cidadania, alguns segmentos sociais e étnicos começaram a ter seus papéis de construtores da sociedade reconhecidos.

A aproximação entre o turismo e o patrimônio, segundo RODRIGUES<sup>10</sup>, foi instituída oficialmente a partir de 1967 no encontro de Quito no Equador, resultando num documento, assinado pelos países participantes, inclusive o Brasil: a Carta de Quito. O encontro foi promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA). A carta recomenda que os projetos de valorização do patrimônio façam parte dos planos de desenvolvimento turístico das regiões envolvidas. Aconselha, ainda, a participação da iniciativa privada e da sociedade civil organizada para o desenvolvimento de tais projetos.

Nessa época, o governo Castelo Branco instituiu o Conselho Nacional de Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo, na ocasião denominada Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)<sup>11</sup>, ambos organismos voltados para a coordenação das atividades de turismo aliadas às necessidades do desenvolvimento econômico e cultural. Tratava-se de fomentar o turismo considerando-o também como um vetor do

---

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Atualmente a Embratur faz parte da estrutura organizacional do Ministério do Turismo, onde a sua principal função é a promoção internacional do país.

desenvolvimento social, meta que, junto com a segurança e a integração nacional, constituíam o eixo da política do governo federal.

A preocupação com o patrimônio histórico e arquitetônico para RODRIGUES<sup>12</sup> inicia-se em 1910, quando o país passou por uma crise política e de identidade. Em 30 de novembro de 1937 o Presidente da República, Getúlio Vargas, assinou o Decreto-lei nº 25, que cria o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), primeiro órgão federal dedicado à preservação. O artigo 1º do Decreto-lei definiu o patrimônio histórico e artístico nacional como um “conjunto de bens móveis e imóveis... cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A ação do SPHAN seguia as recomendações da Carta de Atenas<sup>13</sup>, privilegiando a proteção de monumentos de valor excepcional, com especial destaque para as obras do Barroco, movimento artístico do século XVIII considerado a essência da brasilidade e, também, a produção material do colonizador, como por exemplo, alguns antigos fortes, engenhos e igrejas.

A mercantilização da cultura proporcionava um grande impulso no país e, além disso, o regime militar procurava sanar o desemprego e promover o desenvolvimento. A união entre patrimônio e turismo, nesse momento, parecia perfeita e se apresentava como solução para diversas situações, incluída a “salvação” do patrimônio, em razão de seu aproveitamento econômico. Em 1970, os governadores, prefeitos e representantes de instituições culturais presentes ao encontro promovido pelo Ministério de Educação e Cultura, na capital do país, assinaram o Compromisso de Brasília,

---

<sup>12</sup> Op. Cit. RODRIGUES, 2001.

<sup>13</sup> A CARTA DE ATENAS é um documento internacional de 1931, que representa a primeira regulamentação dos princípios fundamentais da preservação patrimonial, que muito contribuiu para o desenvolvimento de ampla ação internacional, traduzida em documentos nacionais, na atuação da Unesco, e na criação, por esse organismo, do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauro de Bens Culturais.

que reconheciam a necessidade de ações complementares à do órgão federal, visando a proteção do patrimônio.

Em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, ampliou as preocupações do governo federal para além dos cuidados com as edificações, criou linhas de crédito especiais para a restauração de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários e a formação de mão-de-obra especializada em restauro, além de outras medidas. Segundo MEIRA<sup>14</sup>, este programa visava dinamizar o turismo como uma alternativa de desenvolvimento econômico para os núcleos históricos, sendo uma proposta interministerial que, no início, restringia-se ao nordeste do Brasil e, posteriormente, foi estendido chegando a atuar em Porto Alegre na restauração do Solar Lopo Gonçalves, localizado no bairro Cidade Baixa.

O primeiro instrumento utilizado para se alcançar o reconhecimento público do valor patrimonial foi o tombamento, isto é, pela inscrição do bem num dos quatro Livros Tombo: arqueológico, etnográfico e paisagístico; histórico; e das belas artes aplicadas. O Decreto-lei 25 refere-se ao tombamento patrimonial do Brasil, reconhecendo-o como um instrumento jurídico aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implicando a perda de propriedade do bem. A responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário que é proibido de demoli-lo, de descaracterizá-lo ou, quando se trata de um objeto de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente.

O processo de preservação do patrimônio de Porto Alegre inicia oficialmente a partir da década de 1930 com os tombamentos federais relacionados com o Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Enquanto que, as políticas municipais foram institucionalizadas na década de 1970, e,

---

<sup>14</sup> MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

posteriormente, a partir da década de 1990, que conforme apontou MEIRA<sup>15</sup>, se nota uma ampliação dos conceitos e da geografia, onde também os bens dos bairros passam a ter atenção, e com o PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental) tem-se um instrumento que faz com que os bens preservados sejam considerados no município como um todo. Sabe-se que a cidade possui este e outros instrumentos de participação, onde, por exemplo, a proposta da elaboração de um plano diretor específico para o centro da cidade indica uma construção coletiva, por meio do fórum da área central, porém ainda faz-se necessário ampliar o leque da participação dos agentes de desenvolvimento nestas proposições.

Para MEIRA<sup>16</sup> o tombamento dos bens edificados muitas vezes é interpretado como um castigo se não houver compensação, de alguma forma, ao proprietário. Se por um lado, na interpretação de uma sociedade capitalista, os proprietários não devem ser penalizados, ou seja, se a sociedade julga importante preservar alguns imóveis para o futuro deve indenizá-los por isto. Por outro, posições contrárias defendem o patrimônio como um bem coletivo que importa conservar e que as restrições impostas pelo tombamento não são diferentes de restrições impostas à propriedade privada, através de outros instrumentos como zoneamento de uso, índices urbanísticos entre outros.

Desde a década de 1980, o número de leis cresceu refletindo a preocupação da sociedade com o assunto sem que, contudo, se ampliassem as formas legais de proteção adotadas. Os movimentos sociais passam a ocupar um espaço cada vez maior nas decisões sobre as cidades. Porém, o tombamento continua a ser a forma predominante, embora, muitas vezes, não atenda a dinâmica necessária à manutenção nas áreas urbanas.

---

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Ibidem.

Um novo contexto marcado pela política neoliberal no país surge na virada para os anos 90, que de acordo com MEIRA<sup>17</sup>, coincide com as novas iniciativas de “revitalização” de centros urbanos, como Salvador, Recife, Vitória, Porto Alegre, entre outros. Algumas iniciativas apostaram somente nos aspectos econômicos do turismo, tendo como resultado experiências de segregação social das áreas históricas e contribuindo para a “artificialização” de espaços que outrora eram de grande vitalidade social. Para a autora, somente a partir de 1989 é que a cidade de Porto Alegre passou a discutir o tema da preservação nos espaços de participação popular, surgindo propostas de preservação dos patrimônios culturais locais, saindo um pouco da esfera dos monumentos considerados importantes para construir a identidade nacional.

Entretanto, são poucos e recentes os incentivos oferecidos pelo poder público para a preservação de muitos bens tombados, mesmo estes ditos como monumentais. Como argumento para justificar o descaso com os bens culturais costuma-se referenciar os altos custos de manutenção de antigas construções. Contudo, quando há a intenção de conservar justifica-se, muitas vezes, com propostas de aproveitamento econômico dos bens incluído o uso turístico, sem prever os valores comunitários e apostando na “artificialização” do espaço.

Neste prisma, a questão a ser refletida é de quais espaços se quer preservar e para que preservar? A escolha de espaços que no passado foram referencias por ostentarem determinados nichos da sociedade podem tornar-se alvos de preservação desde que mostrem tais referenciais, através do resgate da memória coletiva e do imaginário social, contemplando a diversidade sociocultural dos inúmeros personagens que constituíram, e ainda constituem a identidade de tais espaços. O turismo é compreendido, especialmente neste estudo, como um agente que promove a preservação e a aproximação da comunidade local junto aos seus referenciais. Cabe, neste momento, uma aproximação com as conceituações e reflexões a respeito do fenômeno

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 66.

turístico, a fim de balizar a compreensão de turismo que este estudo contempla.

## 1.2O Fenômeno Turístico

O hábito de viajar é antigo. No século XVII as “*boas famílias*” determinavam seus filhos a completarem a educação com viagens, para aprenderem línguas e costumes dos outros povos, comprarem obras de arte e visitar os monumentos da Antigüidade.

Em meados do século XIX, as viagens passaram a serem organizadas por profissionais, gerando lucros, empregos e divisas para numerosos países. Apenas na década de 1950 é que se transformou numa atividade significativa em termos socioeconômicos e culturais, explodindo como atividade de lazer para milhões de pessoas. A atividade turística é, portanto, produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais. No entanto, o turismo não é somente uma atividade econômica, e sim, um fenômeno social com base cultural, histórica e ambiental. O pragmatismo econômico induz a uma visão reducionista que desconsidera a complexidade desse fenômeno.

Propõe-se, nesta dissertação, tratar o turismo como um fenômeno sociocultural, onde as práticas turísticas devem conduzir a ideais, a uma ética de responsabilidade e, trazendo-o para o pensamento complexo, defendido por MORIN<sup>18</sup>, permitir ao pesquisador se apropriar globalmente do fenômeno turístico agregando, a ele, novos significados e novas correlações teóricas. O crescimento desenfreado do turismo em nível mundial impôs análises, estudos, pesquisas no âmbito dos serviços oficiais de turismo, dos setores produtivos e, também, no campo acadêmico.

---

<sup>18</sup> MORIN, Edgar. **O método 4 – As Idéias**. Sulina: Rio Grande do Sul, 2002. 3ª edição.

De acordo com DE LA TORRE<sup>19</sup>, turismo é:

*... um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.*

Partindo da concepção de que o turismo é um fenômeno social MOLINA<sup>20</sup> busca a sua essência no tempo livre, considerando-o como um conjunto de manifestações de ordem política, econômica, social, psicológica e físico-ambiental que se inter-relacionam.

O fenômeno de deslocar e permanecer transitoriamente em outro local provoca uma cadeia de ações, onde muitos estudos ressaltam a dificuldade de defini-lo devido a enorme gama de variáveis – econômicas, geográficas, sociais, culturais, sociológicas, urbanísticas, políticas, antropológicas e outras – reforçando o que já foi dito, estão inter-relacionadas. Encontram-se, assim, várias definições de turismo, poucas com conteúdo que realmente represente a sua multiplicidade e complexidade de interfases. Para MOESCH<sup>21</sup>,

*O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produtos e serviços, cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.*

Essa definição vai além da descrição dos aspectos econômicos, enfatiza os aspectos socio-culturais do meio e as suas práticas, numa relação

---

<sup>19</sup> DE LA TORRE, Oscar. **El Turismo, fenómeno social**. México, Fondo de Cultura Económica, 1994. Pg. 19.

<sup>20</sup> MOLINA, Sérgio. **Turismo, metodologia para sua planificación**. México, Trilhas, Universidade Anáhuac, 1997.

<sup>21</sup> MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 9.

que sustenta o valor humanístico que se faz presente no encontro entre visitantes e visitado, expresso nas relações sociais e nas trocas simbólicas. Distante, portanto, do turismo espetáculo, massificador e excludente, que tem de um lado os turistas e do outro os moradores.

Segundo BENI “o homem se situa no centro de todos os processos que nascem do turismo...”<sup>22</sup>. O objeto do turismo é representado pelos atrativos, equipamentos e serviços colocados à disposição para a satisfação do sujeito do turismo, que é o homem, o visitante/turista. Sendo assim, esses elementos conformam o que vai ser oferecido, a então oferta turística.

A definição da oferta turística compreende o conjunto de recursos naturais ou culturais que impulsiona o fluxo de visitantes, somando aos equipamentos e serviços e também a infra-estrutura urbana que a cidade dispõe e disponibiliza indiretamente ao consumo dos turistas. É importante registrar que somente o conjunto de atrativos não garante o fluxo turístico, conseqüentemente a permanência do turista no local é variável.

Os equipamentos e serviços turísticos são constituídos pelos estabelecimentos geradores de serviços essenciais ao atendimento das necessidades dos turistas: hospedagem, alimentação, entretenimento e diversão, compras, locais para realização de encontros científicos, empresariais, desportivos e outros.

A infra-estrutura urbana fornece condições subsidiárias para a implementação e desenvolvimento do turismo em determinada localidade, o que contribui para o seu funcionamento e operação. Apesar de não se restringir somente a essa questão, o poder público tem na infra-estrutura urbana um de seus grandes campos de atuação para a consolidação do turismo.

---

<sup>22</sup> BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 2ª Ed. Senac, São Paulo, 1998, p. 39.

Os atrativos turísticos são os recursos naturais e culturais de uma dada localidade que são colocados à disposição dos turistas; têm natureza e funções diversas e múltiplas e devem ser potencializados para a consolidação do turismo. A gestão dos atrativos é questão fundamental, uma vez que os recursos devem ser explorados respeitando a sua natureza e pressupondo a sua manutenção. Tal potencial turístico requer um planejamento que tenha como princípio a sustentabilidade ambiental, sócio-cultural e econômica para que seja garantido o uso para as gerações futuras e desfrutado pela comunidade local. Para este estudo deter-se-á nos atrativos histórico-culturais, mais especificamente, nos Sítios Históricos Urbanos e a na composição com a cidade e com o fenômeno turístico.

### **1.2.1 O Turismo Urbano**

Desde o início de 1980, o turismo urbano tem impulsionado vários fatores que beneficiam a cidade, tais como o movimento de valorização e reabilitação dos sítios históricos, a expansão e a diversificação das práticas culturais.

O turismo tornar-se um eixo estratégico numa política de ordenamento do espaço que, necessariamente, propõe intervenções que vão ao encontro das expectativas dos visitantes e, ao mesmo tempo, contribua positivamente para o desenvolvimento da cidade e para o bem-estar dos seus habitantes.

Neste contexto, para o turismo urbano a cidade é o grande atrativo, os espaços urbanos passam a ser repensados como atração. Os atrativos histórico-culturais contidos em tais espaços materializam um passado, um cotidiano e um processo sociocultural que identificam e singularizam uma cidade, assim, é a história e a cultura local que se apresenta como atrativo aos visitantes/turistas da cidade.

A temática do turismo urbano traz implícita a necessidade de refletir sobre a cidade e a sua complexidade. Durante muito tempo a cidade pode ser definida em oposição ao campo, uma oposição marcada entre duas maneiras de viver diferentes e por dois sistemas econômicos distintos, mas também complementares um do outro. Atualmente, tal pragmatismo conceitual não pode ser mais aceito, o estudo das cidades é um tema amplo e difuso, constituindo-se por olhares interdisciplinares. Pode-se estudar uma cidade sobre os mais diversos ângulos como relata GOITIA<sup>23</sup> :

*O da história: "a história universal é história das cidades" disse Spengler; o da geografia: "a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos", afirma Vidal de la Blache; o da economia: "em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria" (Pirenne); o da política: a cidade, segundo Aristóteles, é um certo número de cidadãos; o da sociologia: "a cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada" (Mumford); o da arte e arquitetura: "a grandeza da arquitetura está ligada à da cidade, e a solidez das instituições costuma avaliar-se pela dos muros que as protegem" (Alberti).*

Desse modo, a cidade não é um fato, e sim, a materialização de processos. É uma realidade complexa, resultante de diversas relações sócio-econômicas e sócio-culturais que se alteram dinamicamente em função da relação entre essas realidades e o tempo, por isto processual. Tal complexidade se dá nas inúmeras relações que se estabelecem entre os agentes que constituem os espaços.

A cidade é a materialização de um processo acumulativo, que conjuga passado e presente, ou seja, na interpretação de SPOSITO<sup>24</sup> não é apenas a mudança, é também o que se mantém, é na relação entre o que permanece e o que muda, do que é visível e do que não é, assim se dá a formação identitária da cidade. Apesar de muitas terem semelhanças, cada cidade exerce funções diferenciadas. A questão da diferenciação está atrelada também a divisão do trabalho, porque nem todas as cidades são centros

---

<sup>23</sup> GOITIA, Fernando C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Presença, 1996, p. 21.

<sup>24</sup> SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Nota de aula da disciplina: Urbanização e Produção da cidade**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRGS, 2002.

industriais, nem todas são especializadas em sistemas de saúde, como nem todas são cidades turísticas e assim por diante, ou seja, a divisão do trabalho se materializa em cidades diferenciadas.

Muitas vezes, adjetiva-se as cidades com o intuito de focar um dos aspectos que, num determinado momento, se torna mais relevante, a exemplo: cidade dormitório, cidade histórica, cidade turística, cidade colonial, cidade provinciana, cidade periférica, cidade satélite, cidade industrial, cidade medieval, cidade global, cidade interiorana, cidade portuária, cidade moderna, cidade antiga, cidade litorânea, cidade mundial, entre outros. Enquanto para GASTAL<sup>25</sup>: *em termos econômicos, atualmente a cidade é menos o lugar da produção e mais o do consumo: o mercado e os mercadores herdarão as marcas mais importantes de uma sensibilidade cidadina.*

Numa dialética muito especial entre cidade e turismo sustentável, bem como distante da concepção e das práticas capitalistas do turismo de massa, essa dissertação coloca ênfase no estudo do turismo urbano que além de contemplar o seu patrimônio como um dos eixos de desenvolvimento, constitui-se numa proposta de práticas turísticas que incluem as necessidades dos visitantes e dos visitados. O turismo pode torna-se o motivo da manutenção da identidade local, trazendo também benefícios para população residente e impulsionando a conservação patrimonial.

Tal leitura das faces da cidade pode se dar também pelos seus fluxos e fixos, ou seja, pelos elementos móveis das cidades, os fluxos, e pelos fixos. Os turistas não são meros observadores, mas sim fazem parte das interações e assumem o papel de fluxo, porque estão em movimento no espaço. Para CASTROGIOVANNI<sup>26</sup> *os fluxos também interagem, formam*

---

<sup>25</sup> GASTAL, Susana de A. **Alegoria urbana: o passado como subterfúgio – tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade.** Porto Alegre: PUCRS. 2002. Tese de doutorado, p. 65.

<sup>26</sup> CASTROGIOVANI, Antônio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: **Turismo Urbano: sites de excitação turística.** CASTROGIOVANI, Antônio Carlos & GASTAL, Susana (org.). Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999, p. 24.

*resistências, aceleram mudanças, criam expectativas, desconstroem o aparentemente rígido cenário urbano.*

Se por um lado há estas interações, por outro, os visitantes de uma cidade podem ter uma leitura muito restrita daquilo que um determinado ambiente significa em termos de prazer cotidiano para os fixos. Cada lugar de uma cidade pode ser um refúgio permanente para alguém ou uma extensão do significado e da riqueza da existência humana e de representação da sua história e identidade.

Para LYNCH<sup>27</sup> *olhar para as cidades é sempre um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. A cidade é uma construção física e imaginária, onde o seu tecido urbano é dinâmico e está inserido no processo histórico de uma sociedade. Sabe-se que o olhar do turista se volta para aquilo que é especial, espetacular, incomum e novo.*

Mesmo considerando a existência de variadas sinalizações ao "olhar do turista" – como as que se fazem presentes nas propagandas, nas revistas e nos jornais, é somente na materialização da visita que muitos turistas vivenciam uma experiência singular, que pode ser encontrada em diferentes épocas ou lugares. É possível pensar os Sítios Históricos como um desses lugares especiais de busca do passado, assim, compreendendo parcialmente o interesse despertado nos visitantes/turistas.

O aumento do fluxo de visitantes, que hoje se faz visível em muitos destinos, a procura pelo patrimônio, é interpretado também como uma necessidade das sociedades modernas de tentar resgatar um passado, materializado através de belas construções, mas sem perder as comodidades da vida moderna.

---

<sup>27</sup> LYNCH, K. **A imagem da cidade.** Tradução Jefferson L Camargo. São Paulo: Livraria Martins Flores Editora. 2ª edição, 1999, p. 1.

Entretanto, os grandes centros de algumas cidades brasileiras sofreram nas últimas décadas um processo de estagnação e descentralização, mais especificamente em suas áreas centrais, haja vista que fatores como segurança e novas opções de lazer em outras áreas das cidades, não centrais, estimularam a mudança de eixo de crescimento urbano, desviando os habitantes para as periferias do centro. A fim de buscar a reabilitação desses espaços, surgem nas últimas décadas muitos projetos de revitalização de áreas centrais com o intuito de animar e reabitar, dar um novo uso que possibilite a ampliação do fluxo de visitantes e o retorno do uso habitacional.

## **CAPÍTULO II - APROPRIAÇÃO TURÍSTICA NOS SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS**

Cidades como Londres e Paris apostam no turismo urbano como uma estratégia importante para o seu desenvolvimento, onde a questão pontual é reconhecer que tais cidades motivam seus visitantes através do conjunto de atrações que os seduzem, onde o seu patrimônio cultural de valor histórico desvenda um imaginário social de expressão mundial.

Dentre as cidades brasileiras podem-se apontar algumas que expressam o seu imaginário como um fator atrativo: Salvador com as suas baianas, sua culinária típica e sua arquitetura colonial; o Rio de Janeiro com o carnaval, o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor e as suas praias. Entretanto, é preciso cuidar para que a abordagem do potencial turístico de uma cidade não fique somente alicerçada em um turismo de espetáculo, que, muitas vezes, acaba perdendo a amplitude das diferentes culturas locais de sua comunidade.

Um exemplo de espetáculo é o Pelourinho em Salvador, no Estado da Bahia. Para esse caso MAGNAVITA<sup>28</sup> aborda a confecção do pastiche, definindo-o como uma construção com caráter aproximado de estilos arquitetônicos historicamente reconhecidos. É como HARVEY<sup>29</sup> define simulacro de preservação, uma réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é de difícil percepção, onde prevalece uma imagem-mercadoria sobre o conjunto arquitetônico em si e no seu valor histórico-cultural.

Os lugares com significado cultural da cidade contemporânea, os sítios históricos, monumentos, ruas e praças, atuam como elementos importantes para o desenvolvimento do turismo. A mercantilização da cultura e do patrimônio possibilita que empreendedores privados apoiem as iniciativas públicas de recuperação de fachadas, do mobiliário urbano, da limpeza e da iluminação, além de novos projetos de comunicação visual, recuperação de imóveis históricos e equipamentos culturais. Em compensação, os mesmos recebem do poder público os financiamentos para novos negócios como restaurantes e bares, galerias de arte, teatros, cinemas e demais empreendimentos que dinamizem o turismo e o lazer, atraindo os visitantes/turistas. Além do retorno financeiro, a iniciativa privada atualmente tem interesse em vincular sua imagem a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural.

No Brasil vários casos demonstram que, pelo menos nos estágios iniciais de seu desenvolvimento, essa parceria entre público-privado mostrou-se eficiente na recuperação parcial das cidades, notadamente nos centros históricos de Recife e São Luís. Em outras realidades, este processo de revitalização ocorre por iniciativa dos órgãos públicos, através de financiamentos de organismos internacionais, por exemplo, pela UNESCO, onde posteriormente a iniciativa privada é convidada a participar. Em todos os

---

<sup>28</sup> MAGNAVITA, P. **Quando a história vira espetáculo do poder**. In: ZANCHETTI, S. "Estratégias de intervenção em áreas históricas". MDU/UFPE. Recife, 1995.

<sup>29</sup> HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. 6<sup>o</sup> edição. São Paulo, 1996.

casos, a discussão versa sobre os reais benefícios sociais e econômicos de tais iniciativas no futuro, pois inúmeras críticas têm ressaltado a descaracterização e “maquiagem” do espaço urbano que ocorrem na utilização desses sítios.

Esta remodelação de sítios, por vezes, implica na camuflagem e remoção de elementos indesejáveis, da mesma forma, aspectos desejáveis são enfatizados ou simplesmente inventados, sem qualquer relação com a história e cultura das comunidades locais. Os processos de “espetacularização” são políticas que tendem a mascarar a realidade, desviando a atenção das pessoas dos problemas relacionados ao desenvolvimento urbano e social das cidades, concentrando o foco de interesse no aspecto econômico com resultados em curto prazo.

Os governos locais entendem que, em contrapartida, ações sobre o espaço físico e investimentos em setores estratégicos para a manutenção ou alteração da imagem da cidade produzem efeitos mais imediatos e positivos para as finanças públicas e, em consequência do aumento dos recursos, em longo prazo, políticas sociais e urbanas podem ser beneficiadas.

DEBORD<sup>30</sup> argumenta que o incremento do espetáculo na vida contemporânea é uma consequência natural em uma sociedade que valoriza, cada vez mais, as aparências em detrimento do ser. O que esta sociedade produz é denominado por ele de “autenticidade espetacular”. Assim, a espetacularização das cidades, consequentemente dos sítios históricos urbanos, pode ser entendida como resultado de mudanças no contexto social e cultural que, obviamente, compactuam com políticas econômicas que sustentam a produção de cidades idealizadas.

Alguns precedentes das “cidades cenográficas” e da “espetacularização da cidade”, bem como a relação destes conceitos com o

---

<sup>30</sup> DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

movimento do planejamento urbano, está na intensificação das estratégias culturais na “cidade-emprego”, ainda denominada por ARANTES<sup>31</sup> como *image-making*, estabelecidas a partir da intensificação da globalização.

A cenografia de cidades e lugares turísticos típicos do século XXI é criticada por muitos autores sob o argumento de que essa reprodução de cenários é, em muitos casos, aleatória, sem qualquer vínculo com a cultura, identidade e a história original dos lugares. AUGÉ<sup>32</sup>, afirma que esta é uma produção de “não-lugares”, ou ainda, de falsos lugares. Nesse sentido, o turismo pode ser interpretado como mera circulação de pessoas atraídas pelo consumo, um subproduto da circulação de mercadorias, caracterizado como o lazer de ir ver o que se tornou banal, conforme afirma DEBORD<sup>33</sup>, não sendo esta a concepção de turismo desta dissertação.

Alguns dos pesquisadores do fenômeno turístico, tais como KRIPPENDORF<sup>34</sup>, apontam outras perspectivas, onde do êxodo do turismo de massa surge um novo perfil de turista, aquele que procura a autenticidade dos lugares, que se interessa pela história e pela memória dos autóctones. Trata-se, na interpretação de MOLINA<sup>35</sup>, de um turista que busca a oferta segmentada e está interessado cada vez mais num turismo ativo, assumindo o papel de protagonista.

A história e a memória são atributos que indiscutivelmente conferem identidade aos lugares e, portanto, imprimem autenticidade nas propostas de revitalização de sítios históricos urbanos. Ainda, como objeto de interpretações

---

<sup>31</sup> ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.** In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** ARANTES, O. B., VAINER, C. & MARICATO, E. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 14.

<sup>32</sup> AUGÉ, M. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus, 1994.

<sup>33</sup> Op. Cit. DEBORD, G. 1997.

<sup>34</sup> KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2000.

<sup>35</sup> MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo.** Tradução Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003.

e da própria dinâmica social, são também atributos passíveis de releituras. O conflito entre propostas de revitalização urbana e a história do lugar emerge com a discussão do que é verdadeiro e deve ser mantido, e entre o que é falso, e deve ser esquecido. Num projeto de grande porte, como a reconstrução e remodelação de um sítio histórico urbano, há uma convergência de decisões que consideram o ponto de vista daqueles que irão determinar o valor do patrimônio construído, resguardadas as legislações que protegem tais patrimônios.

Na interpretação de MEIRA<sup>36</sup> o turismo se encarrega de justificar o esvaziamento de sentidos decorrentes das práticas de transformar o patrimônio em mercadoria<sup>37</sup>, onde os turistas tornam-se os fiadores da monumentalidade conservada. Compartilhando desse posicionamento, considera-se também que, atualmente, muitos turistas são motivados pela busca do cotidiano e da cultura local das cidades.

Alguns sítios históricos têm recebido atenção no que tange a políticas de preservação e de fomento ao fluxo de visitantes. Um exemplo recente disso é o Programa Monumenta<sup>38</sup>, do Ministério da Cultura, que tem como objetivo a recuperação de alguns bens tombados ou de interesse de preservação, tanto de propriedade do poder público, como de particulares.

O programa é promovido e desenvolvido pelo Ministério da Cultura em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com as prefeituras das cidades e atinge 26 cidades históricas brasileiras, tais como: Alcântara/ Maranhão, Recife/Pernambuco, Ouro Preto, Tiradentes e Diamantina/ Minas Gerais, Pelotas e Porto Alegre/ Rio Grande do Sul, entre

---

<sup>36</sup> Op. Cit, MEIRA, 2004, p. 19.

<sup>37</sup> Op. Cit, HARVEY, 1996.

<sup>38</sup> Este programa iniciou em Porto Alegre em 2001 e está previsto para encerrar em 2006. Volta-se a abordar este programa no capítulo 4.

outras<sup>39</sup>. Para a cidade de Porto Alegre esta escolha confirma a importância da valorização e preservação do seu patrimônio histórico e da sua memória para as gerações futuras.

A preservação patrimonial dos sítios históricos no Brasil é semelhante ao processo inicial ocorrido na Europa, principalmente no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural nacional. De acordo com SIMÃO<sup>40</sup>, é possível verificar na própria legislação federal, no decreto-lei nº 25, que os sítios urbanos não foram abordados enquanto mecanismos dinâmicos e complexos, desde os primórdios da atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Os sítios urbanos possuidores de patrimônio cultural edificado, protegido ou não pela União, pelo Estado ou pelo próprio município, carecem, ainda, de agregarem ao seu próprio imaginário e às visões externas a eles, um dado que parece ser fundamental para a promoção de sua vitalidade e sua dinâmica: é preciso enxergá-los como organismos dinâmicos, complexos e diversificados, que agregam além dos valores materiais, os valores simbólicos.

A estratégia de preservar, quase que restrita a uma das camadas que compõe o seu palimpsesto<sup>41</sup> da cidade, em geral se dá na materialidade o interfere nas relações estabelecidas entre os usuários e seu espaço, todavia, nem sempre os usuários se identificam com tais materialidades, talvez porque o uso do espaço já não é o mesmo de outrora.

---

<sup>39</sup> As demais cidades são: Goiás (GO), Corumbá (MS), Natividade (TO), Brasília (DF), Belém (PA), Penedo (AL), Cachoeira (BA), Lençóis (BA), Içó (CE), Salvador (BA), São Luiz (MA), João Pessoa (PB), Olinda (PE), Oeiras (PI), São Francisco do Sul (SC), Congonhas (MG), Rio de Janeiro (RJ), Carapicuíba (SP) e São Paulo (SP).

<sup>40</sup> SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

<sup>41</sup> Op. Cit., HARVEY, D. (1996) define “palimpsesto” como a paisagem composta pelas várias camadas que conforma na cidade, de várias formas construídas, sobrepostas umas às outras ao longo do tempo, p. 171.

A revitalização urbana pauta-se em planos (econômicos, sociais, culturais) desenvolvidos quase sempre em áreas centrais para controle do processo de declínio das áreas degradadas. A valorização dos espaços públicos, na tentativa de promoção de impulsos que dinamizem o espaço urbano, se dá a partir da implementação e do incentivo de novas atividades, em geral vinculadas ao comércio. Trata-se de um conjunto de estratégias empreendedoras e articuladoras do planejamento urbano, onde é comum a construção dos já citados cenários, com ênfase na imagem, e assim, atraindo investidores privados, muitas vezes descomprometidos com a identidade e a cultura local.

O conceito de revitalização implica, ao mesmo tempo, uma forte reafirmação do conteúdo simbólico do patrimônio, seja pela retenção de antigos elementos com novos significados, ou pela sua transformação; ainda se pauta na rerepresentação de tradições: sejam aquelas construídas e já instituídas ao longo do tempo, ou as mais recentes. Somada a esses aspectos, tem-se a utilização de inovações, através de novas tecnologias (infra-estrutura e de construção) e de práticas de conhecimento.

Para MEIRA<sup>42</sup> esse termo tem como significado ressuscitar, e, às vezes é empregado de maneira equivocada. Em certas situações, *tem por objeto áreas dinâmicas da cidade, que não precisariam de uma nova vida, mas sim de uma reabilitação.*

A revitalização, assim, é associada à recuperação, regeneração, reabilitação de espaços urbanos que não se enquadram no espírito do tempo corrente, atuando sobre as formas de representação dos significados do lugar e das práticas sócio-espaciais dos diversos agentes envolvidos no processo cotidiano da produção do espaço.

---

<sup>42</sup> Op. Cit. MEIRA (2004).

Principalmente na década de 90, ocorreram às ações de reabilitação dos espaços urbanos, orientadas por práticas do “empresarialismo urbano”<sup>43</sup> e marcadas pela ênfase na elaboração de “cenários urbanos”. A valorização exacerbada da imagem alegórica do lugar utiliza-se da revalorização de histórias e estórias, relacionadas aos antigos espaços públicos, como ruas e praças, que passam a atrair pela moda e pelas “tradições” a eles associadas, sejam elas reais ou reinventadas.

As evidentes transformações que ocorreram com o planejamento urbano propõem também uma revisão das formas recentes de planejar a cidade, sendo estas mais atentas a possibilidades de aproximações entre planejador e usuário, embora ainda pese a idéia hegemônica de planejamento apoiado em base econômica e excessivamente generalizante. Desse modo, é possível ir além das análises relativas aos planos de intervenção, apontando para novos efeitos do planejamento nas formas de utilização dos espaços, considerando as representações, as especificidades e os contextos históricos de referência.

Abordagens referentes a sítio histórico urbano e a sua relação com o fenômeno turístico são bastante complexas e abrangentes, sobretudo quanto aos aspectos de valorização patrimonial. Este envolve um conhecimento multidisciplinar e a concepção da necessidade de aproximação dessas duas realidades, onde ambas não podem ser trabalhadas como contraditórias, e sim, como complementares. É preciso compreender que a valorização de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio não são antagônicas, sendo necessário redefinir as finalidades atualmente atribuídas ao patrimônio, de maneira que o turismo possa ser motivador do processo de preservação patrimonial, contribuindo, até mesmo, para o reconhecimento dos bens patrimoniais de uma localidade por parte dos seus habitantes.

---

<sup>43</sup> Op. Cit. HARVEY (1996).

Os processos de revitalização de sítios históricos urbanos muitas vezes desconsideram as práticas sociais como elemento essencial na construção e desenvolvimento de suas propostas de intervenção.

Ao considerar o turismo como um fenômeno social que privilegia o acolhimento do visitante no espaço de vivência das comunidades, onde tais usuários são também agentes formadores do imaginário social da cidade, e ainda, considerando que o turismo tem sido pautado como justificativa das propostas de revitalização do patrimônio histórico-cultural, trabalhar-se-á com o seguinte problema de pesquisa:

Quais são as contribuições que o saber-fazer do turismo, enquanto prática social, pode trazer para o fortalecimento das propostas de revitalização em sítios históricos urbanos? Refletindo a luz do problema exposto seguem as seguintes hipóteses:

1- A apropriação do turismo pelos planejadores urbanos ainda se dá como justificativa dos processos de revitalização de sítios históricos, pautando em seu planejamento e intervenção, na maioria das vezes, no viés do empirismo da mercantilização do patrimônio cultural;

2- O turismo, enquanto prática social sustentável e hospitaleira concebe que a revitalização de sítios históricos urbanos necessita abarcar o imaginário social, a memória coletiva e as práticas sociais como alicerces de suas ações.

O fortalecimento do processo de revitalização do sítio histórico pressupõe a utilização do imaginário social, da memória coletiva e das práticas sociais que o turismo estabelece entre os visitantes e os visitados, compreendidas neste estudo como práticas turísticas, na concepção de que tal revitalização vai além da materialidade.

Nesse sentido, para explicar as práticas sociais buscar-se-á CERTEAU<sup>44</sup> que dá ênfase a tais práticas sociais considerando as suas respectivas “maneiras de fazer”, a exemplo das práticas de espaços urbanos, utilizando-se de ritos cotidianos, reempregos e funcionamentos da memória através das “autoridades” que possibilitam a compreensão dos espaços.

---

<sup>44</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

## AS CATEGORIAS CONCEITUAIS E A METODOLOGIA

### CAPÍTULO III – ANCORANDO AS CATEGORIAS

Ao conceituar as três principais categorias deste estudo, a saber: memória, imaginário e práticas sociais, buscam-se subsídios que contribuam para o desenvolvimento de propostas de revitalização em sítios históricos urbanos num diálogo com o saber e o fazer do turismo.

Os sítios históricos, junto com seu entorno, revelam valores simbólicos constitutivos do imaginário social das cidades. Sendo que, o imaginário social se forma a partir das práticas sociais desveladas pela memória coletiva dos grupos que ocupam tais espaços, bem como pela materialidade deles.

#### 3.1 A MEMÓRIA

Para LE GOFF<sup>48</sup> o conceito de memória considera a divisão: memória coletiva e memória individual. A memória é um elemento essencial na formação da identidade individual ou coletiva, onde a busca identitária é uma das questões fundamentais na formação dos indivíduos e das sociedades. Assim, pode se dizer que a memória coletiva é um dos suportes essenciais na

---

<sup>48</sup> LE GOFF, Jacques. **Memória** – Enciclopédia Enardi – Ed. Portuguesa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

conformação dos sujeitos coletivos, porque é definidora dos laços de identidade.

Por caminhos diversos entrecruzam as memórias individuais e coletivas e, nesta convergência, nasce tanto à identidade individual quanto a coletiva. Sendo assim, a memória possibilita aos indivíduos e à sociedade recompor as suas relações entre o presente e o passado.

Na interpretação de CATROGA <sup>46</sup>:

*... a memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, centradas em reavivamentos, que só os traços-vestígios do pretérito são capazes de provocar. Portanto, o seu conteúdo é inseparável dos seus campos de objetivação e de transmissão – linguagem, imagem, relíquias, lugares, escrita, monumentos – e dos ritos que os reproduzem. O que mostra que, nos indivíduos, não haverá memória coletiva sem suportes de memórias ritualisticamente compartilhadas.*

Para historiografar a memória coletiva LE GOFF percorre o tempo da oralidade até a escrita. Para o autor: “o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem”.<sup>47</sup>

Embora só os indivíduos possam recordar os ritos de recordação, e particularmente os comemorativos, para BOURDIEU apud CATROGA<sup>48</sup>, estes desempenham funções instituintes de sociabilidades onde a memória, reavivada pelo rito, também tem um papel *pragmático e normativo*.

A memória implica num processo de reconhecimento e identificação, o qual não é possível sem a concepção do tempo como um esquema geral.

---

<sup>46</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001, p. 48.

<sup>47</sup> Op. Cit. LE GOFF (1997), p.14.

<sup>48</sup> CATROGA (2001). Op. Cit., p. 50.

Para CASSIER<sup>49</sup>, a lembrança é para o homem mais que uma repetição e sim um renascimento do passado que pressupõe um processo criativo e construtivo; é este tipo de lembrança que nos proporciona a forma humana característica da memória.

Para um dos autores clássicos na matéria, o sociólogo francês Maurice HALBWACHS<sup>50</sup>, a memória coletiva refere-se a uma lembrança social, exterior ao indivíduo, que guarda eventos acontecidos há muito tempo. Essa memória é base das memórias individuais, conservando de maneira própria os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence. Este, por sua vez, precisa recorrer à memória coletiva, quando quer saber sobre fatos que não testemunhou e que fazem parte do seu passado e da sua sociedade. Para CATROGA<sup>51</sup>:

*... em coabitação com a memória privada, existe a memória pública, sendo difícil não reconhecer que ambas coexistem e se formam em simultâneo... recordar é em si mesmo um ato de alteridade. Ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo, e a exigência de fidelidade, que é inerente a recordação...*

A memória se forma na lembrança das vivências, na transmissão de uma cultura através do rito, seja ele oral ou gestual. Existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo, e ainda os mantêm no presente, e poderá acabar quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. Porém, são esses grupos que permitem a reconstrução de memórias, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo.

Segundo HALBWACHS, só existe memória quando há sentimento de continuidade presente àquele que se lembra. A memória, ao não fazer ruptura

---

<sup>49</sup> CASSIER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

<sup>50</sup> HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 34.

<sup>51</sup> Op. Cit. CATROGA (2001), p. 44.

entre passado e presente, retém do passado apenas o que está vivo ou “capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”.<sup>52</sup>

Para HALBWACHS<sup>53</sup>: “é necessário que as partes do período sobre o qual a memória se estende sejam diferenciadas segundo um critério, onde cada um desses grupos tem uma história...”. Assim, memórias coletivas, públicas ou sociais são interpretações dos grupos, com concepções predominantes por algum tempo sobre toda uma sociedade, mas que recuam e deixam lugar para outros, que seguram, durante certo período, a primazia dos costumes de novos padrões, num processo contínuo.

### 3.1.1 Memória Coletiva e Espaço Público

Para ALBANO<sup>54</sup>, na memória coletiva a ordem simbólica é constituída socialmente, permitindo a composição da relação entre o espaço e a sociedade. Assim, o espaço é o substrato onde as memórias são situadas.

A palavra espaço é utilizada com diferentes significados, nas diversas áreas do conhecimento humano, sendo a sua noção, muitas vezes, confundida na prática com a noção de lugar. O homem vê, percebe o mundo espacialmente. Podemos falar de inúmeras categorias de espaço: abstrato, interpretado, mítico, pragmático, geográfico, estrutural, arquitetônico, privado e público. Isso porque se trata de uma realidade muito complexa, embora extremamente próxima a nós: “toda a pessoa está no centro do seu mundo, e o espaço circundante é diferenciado de acordo com o esquema do seu corpo”<sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> HALBWACHS, Op. Cit, p. 81.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>54</sup> ALBANO, C. Et al. **A cidade e a praça: poder, memória e liberdade**. Belo Horizonte: Fafich, 1985. (Textos de Antropologia, 8).

<sup>55</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983, p. 46.

Já o conceito de lugar é foco de vinculação emocional e de significação para o homem, sempre se referindo a um espaço concreto e limitado com características bem definidas. Os lugares têm uma dimensão existencial, dando caráter e conteúdo ao espaço, “humanizando-o”. Dessa forma é possível diferenciar claramente o espaço, enquanto base material de análise científica do lugar, que diz respeito à experiência cotidiana do homem no espaço, envolvendo relações de afetividade. Segundo Tuan<sup>56</sup>,

*“o espaço é mais abstrato que lugar. O que começa como espaço diferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” e as idéias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra”.*

A noção de espaço público não foi, até hoje, objeto de definição rigorosa, embora seu sentido e sua função sejam conhecidos desde a Atenas grega. Atestam esse fato as teorias urbanísticas elaboradas e difundidas durante o século XX, nas quais o espaço público foi sempre tratado de modo contingente e parcial, privilegiando-se em muito a questão da circulação, tendo como exemplo as ações de Haussmann.

No urbanismo modernista, do qual a Carta de Atenas é o principal registro teórico, a diferenciação entre cheios e vazios, espaços construídos e superfície livre, se realiza numa escala tal que, por vezes, dificulta a convivência das pessoas num espaço de uso comum. A cidade de Brasília exemplifica bem esse fato com suas superquadras e superavenidas, uma cidade que privilegia o transporte, dificultando a locomoção dos sujeitos que não dispõem de automóvel e, ainda, o seu traçado faz com que as pessoas não se desloquem de suas residências pela praticidade de equipamentos disponíveis nas superquadras. A partir da década de 1960, tempo em que se começa a constatar, notadamente na Europa, o insucesso do urbanismo do

---

<sup>56</sup> Ibidem, p. 6.

movimento moderno<sup>57</sup>, que se inicia uma reflexão mais consistente sobre o papel, a forma e a função dos espaços públicos nas cidades.

Nesse contexto que surgiram os planos de requalificação das áreas históricas – que privilegiam os espaços de memória e não a construção do novo; e que a Europa dá início à reconquista da cidade, movimento urbanístico cuja ênfase é dada aos espaços públicos destinados ao estar coletivo, ao caminhar e não à circulação do automóvel, como ocorreu no urbanismo modernista. Assim, dá-se conteúdo ao espaço que acarreta no comprometimento afetivo, onde a valorização histórica e o cotidiano “conceberão” os lugares de memória.

De um modo geral, a definição de espaço público é dada aos espaços abertos, de uso comum, sendo estes apropriados livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade.

O espaço de uso coletivo não pode ser definido como espaço público. Centros comerciais, meios de transporte de natureza privada, etc., são espaços de uso coletivo, mas não espaços públicos, exatamente pelas circunstâncias que lhes condiciona o acesso. São espaços fechados, com acesso destinado a grupos sociais específicos, determinados, principalmente, pelo nível de renda e conseqüentemente pela capacidade de consumo.

Há uma distinção entre espaço público e uso coletivo que está na própria essência do conceito de espaço público. Por definição, ele se diferencia do privado na medida em que está aberto a todos os membros da comunidade, daí a expressão uso comum. É exatamente essa condição de acessibilidade a todos os grupos sociais de uma determinada comunidade que caracteriza a definição de espaço público.

Nesse sentido, embora os shoppings centers, por exemplo, proporcionem um determinado tipo de encontro e de convivência, é um

---

<sup>57</sup> CHOAY (2001) Op. Cit.

encontro quase que somente entre pessoas de uma determinada camada social, incompatível, portanto, com a idéia de espaço público, isto é, aberto e acessível a todos.

A oposição entre público e privado na construção da noção de espaço, parece ser o ponto de contato mais significativo quando se busca compreender o que é o espaço público e qual a sua função na cidade.

Três idéias básicas sintetizam a concepção de espaço público em sua expressão urbanística:

**Exterioridade:** como espaço que surge em oposição ao privado e fechado / restrito da casa, o espaço público dele se diferencia por ser exterior, aberto/público, de uso comum, tanto no sentido físico – a rua, o pátio, a praça, etc – quanto no sentido simbólico, onde a rua, a praça, são os espaços da liberdade, onde é possível viver de tudo.

**Acessibilidade:** É exatamente esta condição que, do ponto de vista territorial, caracteriza o espaço público. É graças a ela que uma localização específica e definida se torna espaço público pela aproximação, pela facilidade de uso que a mesma viabiliza, constituindo um espaço comum.

**Significado:** espaços públicos costumam estar impregnados de memória, o que lhes garante um valor simbólico que extrapola em muito a sua função mais visível. Ruas e praças contêm história não apenas de importância individual, como poetas, mas, sobretudo, de valor coletivo. São nesses espaços privilegiados que estão registrados os fatos urbanos que constituem uma cidade.

O momento atual parece apontar para novos efeitos do planejamento nas formas de utilização do espaço público, considerando principalmente a idéia do significado, das representações, das especificidades, dos contextos

históricos de referência, enfim, da memória coletiva dos espaços, que por se tornarem tão singulares, remetem à concepção de lugares.

Os lugares de referência patrimonial e cultural constituem, intrinsecamente, potenciais turísticos, uma vez que estes revelam a memória, a história e o imaginário desses locais. No entanto, somente configurar-se como potencial turístico não lhes autoriza o desenvolvimento do turismo porque o desconhecimento ou a má utilização desse potencial pode resultar na depreciação dos bens ou no desinteresse do visitante/turista pelo lugar.

O trabalho em prol a manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo, é uma das formas de contribuir com a conservação e a recuperação da memória, graças à qual os povos mantêm sua identidade. Recuperar ou manter a identidade aparece, nas últimas décadas, como uma necessidade generalizada em face da globalização. Torna-se assunto de reflexão a valorização que a sociedade dá ao passado. A memória coletiva será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo do indivíduo.

A revitalização de sítios históricos, se bem realizada, apóia-se na memória coletiva, por meio das práticas sociais vivenciadas num determinado espaço. Tal entendimento é o motor fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura.

Se por um lado a memória pode resgatar identidades, por outro traz a reflexão do seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não-ditos. O que FELIX chama de "memórias subterrâneas entre o esquecimento e a memória social".<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória**. A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediuopf, 1998, p.45.

Mas para reencontrar caminhos e monumentos antigos conservados, ou desaparecidos, guia-se pela pista da materialidade e da oralidade que correspondem ao passado da cidade. Transporta-se em pensamento para questionar: Como era o cotidiano dos sujeitos que ali viveram antes que se tivesse ampliado e reconstruído os velhos quarteirões? Para quem esses muros ainda de pé, essas fachadas de outros séculos, esses trechos de ruas, guardam sua significação do passado?

Na cidade atual ainda se encontram vestígios da cidade antiga, e o recurso da memória coletiva dá a possibilidade de se desvendar as memórias subterrâneas, que não se fazem visíveis pela materialidade. Considera-se a memória como uma ponte de acesso na reconstrução do imaginário social de uma época. Resgatar sensibilidades passadas, tentar recuperar construções imaginárias, cuja vivência não faz parte da experiência sensível de hoje.

### 3.2 IMAGINÁRIO SOCIAL

O imaginário é visto por muitos pesquisadores (CASTORIADIS 1982, PESAVENTO 1995, FERRARA 2000)<sup>59</sup> como a representação de múltiplas imagens, onde o imaginar é ir além da imagem e dos símbolos, é conectar as imagens do vivido com as do mundo sonhado. O símbolo aparece como um elemento inicial e necessário para decifrar, interpretar e conhecer o mundo. A força dele é presença no imaginário das pessoas que “vivem” nos centros urbanos e, partindo desse princípio, surge a questão do imaginário social, criação incessante e indeterminada de figuras, formas e imagens.

---

<sup>59</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. PESAVENTO, S.J. **O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social**. In: Cultura Vozes. N.5. v.89. São Paulo, Vozes, 1995. FERRARA, Lucrecia D`A. **Os significados urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesq, 2000.

Essa incorporação traz a idéia de que a vida não se compreende ou se explica somente por critérios de funcionalidade, pois estes são apenas uma das dimensões da realidade. CASTORIADIS<sup>60</sup> sugere que os estudos tenham uma conjunção de dois níveis de interpretação: o simbólico e o funcional, tratando-os como categorias complementares e que seu isolamento limita as abordagens.

De acordo com PESAVENTO<sup>61</sup>, na perspectiva da representação, a cidade encerra uma memória, uma história, que pode ser resgatada nas ruas, monumentos e lugares que se entrecruzam com as práticas sociais. Ocorre que, segundo a autora “este surgimento do passado se propicia pela combinação de uma experiência, ou pela renovação da sensibilidade do vivido, com a evocação, que inaugura uma nova temporalidade através de um passado que se faz presente”. Neste sentido, a combinação da memória com a sensação da vivência, re- apresenta algo distante no tempo e no espaço.

Seguindo esta linha de estudo, a argumentação se dá por meio do resgate da cidade através das representações, onde ARGAN<sup>62</sup> entende que uma das fases do fenômeno urbano é o acúmulo de bens culturais. Seguindo, PESAVENTO<sup>63</sup> propõe resgatar a cidade através da leitura das suas representações, onde “este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe...”.

As representações constituídas sobre o urbano podem também ser os resultados das intenções de seus construtores. RONCAYOLO<sup>64</sup> estabelece a distinção entre produtores e consumidores do espaço. Identifica a existência de um sistema de idéias, mais ou menos coerentes, de produtores que fazem à

---

<sup>60</sup> Op. Cit. CASTORIADIS (1982).

<sup>61</sup> Op. Cit. PESAVENTO, S.J. (1995), p. 279.

<sup>62</sup> ARGAN. Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>63</sup> Op. Cit . PESAVENTO, S. J. (1995).

<sup>64</sup> RONCAYOLO, Marcel. **La ciudad**. Barcelona, Paidós, 1988.

cidade, os quais foram identificados no interior das classes dominantes e denominados pelo autor de profissionais da cidade, destacando: arquitetos, urbanistas, engenheiros, médicos sanitaristas e demais técnicos-burocratas encarregados de programar os equipamentos necessários na intervenção urbana. O mesmo autor também define os consumidores do espaço e questiona a definição das representações da cidade que provém dos habitantes, capazes de modificar com seus costumes o sentido atribuído aos objetos e aos espaços urbanos.

Foi CASTORIADIS quem conferiu ao conceito de imaginário a dimensão social ao defender a existência de relação entre imaginário e simbólico. O autor compreende o imaginário como “criação incessante e, essencialmente indeterminada (social, histórica e psíquica), de figuras/ formas/ imagens, a partir das quais é possível falar-se de alguma coisa”<sup>65</sup> e, que, essas figuras, formas e imagens, possuem uma função simbólica. Somente através do conceito de significações imaginárias é que se pode compreender, tanto a escolha que uma sociedade faz do seu simbolismo, sobretudo do seu simbolismo institucional, quanto os fins aos quais ela subordina sua funcionalidade.

Para PESAVENTO<sup>66</sup> o imaginário é como um sistema simbólico de idéias e imagens de representação coletiva o qual todas as sociedades criam para si. É compreendido como imaginação produtiva ou criadora, sistemas de significações, significados, significantes criados por cada sociedade no decorrer da sua história.

A leitura de FERRARA<sup>67</sup> se dá pela análise semiológica, exigindo o estudo das convergências e divergências existentes entre os termos: imagem e

---

<sup>65</sup> Op. Cit. CASTORIADIS, 1982.

<sup>66</sup> PESAVENTO, S.J. (1995), p. 35.

<sup>67</sup> Op. Cit. FERRARA, 2000.

imaginário, já que, muitas vezes, estes são considerados como sinônimos. Em seu estudo há sintaxes distintas da imagem urbana e do imaginário urbano, as quais trazem algumas importantes contribuições. Considera que existe um padrão da imagem da cidade e outro relativo ao imaginário, onde este é importante para a construção da identidade cultural, num mundo em que a imagem urbana se globaliza e onde todas as cidades se assemelham.

A imagem corresponde à informação solidamente relacionada a um significado que se constrói e se faz única e intransferível. Assim, na interpretação de FERRARA<sup>68</sup>, a imagem tem apenas um significado e corresponde a um dado solidamente codificado. É um código urbano e impõe uma leitura e fruição, que estão claramente inscritos na cidade, enquanto espaço construído.

Já o imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação dos significados, atribui significados a significados, onde as suas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a valer mais, por meio de um processo associativo, no qual um significado dá origem a um segundo ou terceiro e, assim, sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana de locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados passa a ter sentido mais pela incorporação de significados extras e autônomos do que em relação à imagem básica que lhe deu origem. A imagem decorre de um referencial contextualizado (produzido), o imaginário refere-se à capacidade associativa de produzir; corresponde a uma trama relacional entre significados despertados a partir de uma imagem base.

### **3.2.1 Imaginário e Centro Histórico**

A relação que se estabelece entre imaginário e centralidade estão na questão da própria simbologia do centro, seja como núcleo fundador das

---

<sup>68</sup> Ibidem.

idades, como concentrador de atividades ou, mesmo, como organizador da percepção urbana. Em outras palavras, considerando que os sítios históricos centrais das cidades são produtores de símbolos pela suas características de serem concentradores de sociabilidades, atuando como resumos de uma determinada espacialidade, seja qual for à escala da mesma sendo, assim, um fragmento privilegiado na organização do espaço.

É cada vez maior o número de estudos urbanos que lançam mão dos conceitos teóricos de imaginário para ampliar a leitura dos processos sociais de transformação urbana. O ponto de vista do estudo dos sítios históricos, as representações do imaginário urbano envolvem aquelas relacionadas à racionalidade científica - mapas, fotografias, plantas e desenhos da cidade -, as manifestações artísticas e culturais - como a arquitetura -, bem como as representações sociais, memória coletiva e ainda nas ditas novas sensibilidades do cotidiano, encontradas nas práticas sociais atuais.

O imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação dos significados. Os sítios históricos desvelam diversos significados (do cotidiano e do passado) presentes nos monumentos, nos espaços públicos, nas práticas sociais neles existentes que passam a incorporar novos significados que vão além da imagem de sua origem.

É preciso entender que a cidade não é somente uma forma, com função determinada, pois tanto uma como outra são reflexos de um conjunto de práticas sociais de um espaço e lugar. Tais práticas são percebidas e exercidas pelas pessoas que vivem a cidade e que se tornam o resultado da cotidianidade das pessoas ou dos grupos sociais. O imaginário está, desse modo, intimamente ligado às práticas sociais, nelas interferindo e as direcionando.

Muitos sítios históricos situados em locais centrais passaram por uma perda da sua imageabilidade<sup>69</sup>, relacionada ao processo de formação de novas centralidades. Contudo, os processos de recuperação de sítios históricos buscam o resgate dessa imageabilidade, ancorados nas representações simbólicas de um imaginário social que considera o passado como uma possibilidade de reatar laços entre esses lugares e a comunidade (a exemplo tem-se a Praça da Alfândega e os bondes) e também considera a valorização do cotidiano.

No mundo de símbolos, de idéias, de sonhos e de representações, habita o turismo, pois este, enquanto fenômeno, traz consigo um conjunto de pré-concepções e percepções construído pelos consumidores dos espaços a respeito dos valores culturais e das representações que fazem parte do imaginário social dos locais. E ainda, pode-se dizer que este último também é construído pelos planejadores urbanos, que trabalham na construção de propostas de intervenções e que, por tais ações, contribuem para a constituição de imaginários das cidades.

### 3.3 PRÁTICAS SOCIAIS

Para apreender a formalidade das práticas sociais, CERTEAU<sup>70</sup> desenvolveu uma pesquisa sobre a lógica das *operações dos usuários*. A mais descritiva das enquetes por ele realizadas dá ênfase a algumas “maneiras de fazer” dos usuários, com o intuito obter variantes bem diferenciadas. Entre tantas práticas, elegem-se as dos espaços urbanos, onde o autor considera a

---

<sup>69</sup> LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson L Camargo. São Paulo: Livraria Martins Flores Editora. 2ª edição, 1999. Define imageabilidade como “...a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado” Pg. 11. Ver também DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini Editora, 1990, a defini como “... a capacidade de uma imagem ser forte o suficiente para “saltar fora” e impor-se na percepção e na memória do observador”, p. 93.

<sup>70</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 37.

utilização de ritualizações cotidianas, o reemprego e funcionamento da memória através das “autoridades”.<sup>71</sup>

As inúmeras práticas pelas quais os usuários se apropriam do espaço constituem as “maneiras de fazer”, que para CERTEAU, são organizadas pelas técnicas da produção sócio-cultural. São os processos mudos, procedimentos populares que jogam com os mecanismos da disciplina institucionalizada, é a superação da *vigilância generalizada*, constituindo assim os modos de proceder da criatividade cotidiana.

BOURDIEU apud CERTEAU<sup>72</sup> constrói a teoria que explica pela gênese das práticas a sua adequação às estruturas, porque o seu estudo está interessado no modo de geração das práticas, o definido como *habitus*, buscando encontrar algo que ajuste as práticas às estruturas e que, no entanto explique também os desníveis entre elas.

O *habitus* é um sistema subjetivo de esquemas comuns de percepção, concepção e ação, o qual é pré-condição para a materialização das práticas cotidianas, que são caracterizadas pela regularidade, sistematicidade e unidade na coordenação de ações de membros pertencentes a mesmos grupos sociais. *Habitus* é, para BOURDIEU, o que constitui o patrimônio de um grupo ou classe, que lhe dá corpo e razão de ser. Isto é, a herança e sua reprodução simbólica dentro dos limites dos grupos garantem a permanência dos elementos constitutivos da sociedade diferenciada por patrimônios hierarquizados, é a marca de origem e o patrimônio é o seu conteúdo simbólico.

O *habitus* é a presença ativa de um conjunto de fatos e condições do passado do qual é produto, sendo responsável pela autonomia relativa dos grupos em relação a determinações externas do presente imediato. As práticas

---

<sup>71</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 125.

não resultam apenas das condições momentâneas do presente, mas de experiências pessoais acumuladas ao longo do tempo, onde em parte é inconsciente. Portanto, as mesmas têm uma lógica muito particular, capaz de organizar pensamentos, percepções e ações através de princípios inter-relacionados que constituem um todo integrado.

As práticas são produtos gerados por princípio coletivos duráveis (*habitus*) historicamente construídos, que não seguem regras artificiais nem condutas produzidas externamente, mas códigos simbólicos particulares, viabilizadores da compreensão e exploração de possibilidades de combinações de uso do espaço.

Dessa forma, as práticas sociais não tratam de ações individuais, mas de grupos, tendo um conteúdo cultural e ideológico consistente, organizado a partir do nível local. A sua existência pressupõe uma continuidade diária criadora de um tipo de conhecimento e regras que estão diretamente vinculadas ao modo de vida de cada grupo social.

As formas de reelaboração de antigos espaços, que tem como base as novas funções, ou mesmo aquelas antigas, mas com novas características, oferecem uma ampla diversidade de leituras construídas no cotidiano, as quais potencialmente retratam a dinâmica e particularidades dos grupos locais e suas práticas. Práticas religiosas, comerciais, sexuais, num amplo repertório de atividade onde tais práticas tradicionalmente comuns às áreas centrais são reproduzidas, compondo um mosaico de interpretações e formas de utilização dos espaços.

Retomando a perspectiva da representação, a cidade encerra uma memória, uma história, que pode ser resgatada nas ruas, monumentos e lugares que se entrecruzam com as práticas sociais de seus sujeitos. Ou seja, pensa-se que para interpretar o imaginário social de um determinado sítio urbano, propõe-se a utilização do recurso da memória coletiva e do estudo das

práticas sociais existentes no decorrer dos tempos. O imaginário social é a renovação da sensibilidade do vivido, o que PESAVENTO<sup>73</sup> descreve como a inauguração de uma nova temporalidade através de um passado que se faz presente.

### 3.3.1 As Representações das Práticas Sociais

Muitos pesquisadores da história cultural propõem o estudo da cidade através das suas representações, entre eles PESAVENTO<sup>74</sup>, coloca a cidade no status “o lugar onde as coisas acontecem”. Para CERTEAU, tais representações são aquelas construídas no dia-a-dia. É a interpretação de gostos, necessidades e preferências pessoais ou de um grupo, cuja linha do horizonte está no nível das ruas, das circulações, das preocupações imediatas.

Um sujeito que vivencia tais referenciais é o pedestre, que tem uma idéia da cidade construída por histórias e estórias, vividas e contadas sobre o lugar. São representações montadas sobre tradições, idealizações e expectativas através de construções e reconstruções diárias nas práticas sócio-espaciais. A característica mais comum do pedestre, segundo CERTEAU<sup>75</sup>, é o “ato discursivo” (*speech act*), traduzindo numa atitude particular com uma tripla função enunciativa, a saber:

1. Ocorre um processo de apropriação espacial por parte do pedestre, onde o mesmo atualiza cotidianamente as suas possibilidades de uso e de interpretação do espaço social;

---

<sup>73</sup> Op. Cit. PESAVENTO (1995).

<sup>74</sup> PESAVENTO, S. J. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002. 2ª edição, p. 8.

<sup>75</sup> CERTEAU. Op. Cit., p. 177.

2. Implica em posições diferenciadas dos pedestres na cidade, a partir da seleção que os mesmos fazem dos espaços, criando linguagens de comportamento e indicadores de diferenciação entre espaços e posições;

3. É uma forma de representação social que expressa a vitalidade do lugar, ou seja, o movimento e dinâmica espacial.

Nesse sentido, de acordo com a sua origem do pedestre, seus interesses, motivações e expectativas em ocupar espaços possuem representações diferenciadas, que acabam por definir níveis distintos de envolvimento com local.

Propõe-se uma analogia entre o pedestre e a figura do *flâneur* idealizada por Walter Benjamin<sup>76</sup>. Na verdade, o *flâneur* é uma abstração: ele próprio é uma representação emblemática da modernidade e personificação da urbanidade contemporânea na Paris no século XIX e, posteriormente, reutilizada como categoria analítica na crítica da cidade moderna e suas relações sócio-espaciais. Para PESAVENTO<sup>77</sup>: *o flâneur é, sem dúvida, o amante de uma Paris animizada, que a conhece nos seus mínimos detalhes e sabe reconhecer as particularidades sem perder de vista o todo.*

A figura do *flâneur*, um indivíduo jovem, independente, escritor ou artista, que circulava pelas ruas da cidade e pelos cafés é que originalmente foi um ponto de partida na análise das representações urbanas específicas das arcadas de Paris, as quais eram espaços adequados e descomprometidos com a *flanerie*, ou flanagem, cujo interesse máximo estava em observar a cidade, onde o observador fazia parte da cena urbana.

---

<sup>76</sup> BENJAMIN, Walter. A **Paris do Segundo Império**. In: Kothe, Walter Benjamim. Sociologia. São Paulo, Ática, 1985.

<sup>77</sup> PESAVENTO, S. J. (2002). Op. Cit., p. 65.

O *flâneur* na cidade moderna viu-se confrontado com a ampliação da diversidade e da complexidade dos espaços, com a degradação de lugares públicos e a produção de novas centralidades (primeiramente, lojas de departamentos, depois *shopping centers*). Tais fatores associados a aspectos como violência, aumento da utilização de automóveis, enfim, modernidade associada a uma individualidade cada vez maior, que distancia os indivíduos de sua relação direta com os espaços públicos.

No entanto, é preciso lembrar que as condições urbanas de hoje, mesmo na Paris do século XXI, são muito diferentes daquelas referentes ao final do século XIX, que favoreciam a criação imaginária da flanagem, incorporando, assim, uma forma específica de relacionamento do usuário com o espaço urbano. Até mesmo o perfil intelectual e sócio-cultural do *flâneur* era condizente com o contexto histórico, num momento em que a cidade passava a ser a representação de um salto à modernidade. No caso das cidades brasileiras, é importante lembrar que os processos de industrialização e a conseqüente urbanização ocorreram de forma muito diferente dos moldes europeus, tendo a cidade um papel e um significado muito diferenciados para os brasileiros.

A ênfase em torno do *flâneur* referenda às novas formas de utilização e revalorização dos espaços públicos como espaços de vivência e encontro. Para alguns autores, a figura do flâneur hoje estaria representada muito mais à idéia do *homo-ludens*: indivíduos que buscam os aspectos culturais e lúdicos da cidade, fugindo do stress, congestionamento e violência das grandes cidades, garantindo um nível de divertimento satisfatório com segurança, conforto e privacidade garantidos, o que corresponde às necessidades dos visitantes/turistas.

Atentos às reflexões sobre as práticas sociais e, trazendo para uma abordagem interpretativa do fenômeno turístico, identificam-se dois sujeitos das práticas turísticas: o visitante/turista e o anfitrião/morador. O visitante/turista

exercita como principais práticas: comer, dormir, caminhar e divertir-se, é o transeunte que desfruta das práticas turísticas oferecidas no lugar visitado. Já o morador/visitado tem como principais práticas a oferta dos seus fazeres do cotidiano, suas técnicas da produção sócio-cultural.

O turista/visitante, na interpretação de URRY<sup>78</sup>, é o sujeito que estabelece uma ruptura limitada com as rotinas estabelecidas na sua vida, permitindo que os seus sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano mundano. Este sujeito não se apropria amplamente do espaço, ele é um transeunte, onde a sua apropriação se dá na convivência com as práticas do visitado. Quem se apropria cotidianamente do espaço é o visitado/morador, é o usuário nato do cotidiano da cidade.

Considera-se o entendimento de CERTEAU quando elabora uma hipótese paradigmática: na composição de um lugar inicial, o mundo da memória intervém no “momento oportuno” e produz modificações no espaço. Segundo esta leitura, o processo tem por começo e fim uma organização espacial: *o tempo fica aí como o espaço intermediário, estranheza que sobrevém de alhures e produz a passagem de um espaço dos lugares para o seguinte*<sup>79</sup>. É a memória resgatada através dos tempos.

Outras são as perguntas de CERTEAU: *como é que o tempo se articula num espaço organizado? Como se dá a implantação da memória num lugar que já forma um conjunto?*<sup>80</sup>. O autor denomina este momento como o momento equilibrista e tático, é o instante da arte.

*Ora, essa implantação não é localizada nem determinada pela memória-saber. A ocasião é “aproveitada” não criada. É fornecida pela conjuntura, isto é, por circunstâncias exteriores onde um bom golpe de vista consegue reconhecer o conjunto novo e favorável que*

---

<sup>78</sup> URRY, **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – 2ª ed. – São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999. P.17.

<sup>79</sup> CERTEAU, Op. Cit, p. 160.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 162.

*irão constituir mediante um pormenor a mais. Um toque suplementar, e ficará “bom”. Para que haja “harmonia” prática, falta apenas um pequeno nada, um pingo de algo, um resto que se tornou precioso na circunstância, e que o invisível tesouro da memória vai fornecer. Mas o fragmento que vai desse fundo só pode ser insinuado numa disposição imposta de fora, para muda-la em harmonia instável, bricolada. Sob a sua forma prática, a memória não possui uma organização já pronta de antemão que ela apenas encaixaria ali. Ela se mobiliza relativamente ao que acontece – uma surpresa, que ela está habilitada a transformar em ocasião. Ela só se instala num encontro fortuito, no outro.*<sup>81</sup>

Em suma, retomando as categorias, a memória está no campo da transmissão, onde os indivíduos compartilham ritualisticamente as memórias coletivas, é o reavivamento de fragmentos do passado. Para HALBWACHS<sup>82</sup>, a memória coletiva é base das memórias individuais, conservando de maneira própria os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence. Nesse pressuposto, o indivíduo precisa recorrer a essa memória coletiva quando quer saber sobre fatos que não testemunhou e que fazem parte de seu passado e de sua sociedade.

Sendo assim, a memória coletiva suscita a formação do imaginário social, sendo um recurso para desvelar este imaginário que se transfigura na forma, mas permanece pelos tempos enquanto essência.

O imaginário social diz respeito ao mundo do simbólico e do funcional, no entendimento de que as funções dos espaços com o passar do tempo se modificam, mas muitos dos símbolos e significados se mantêm. Assim os valores simbólicos e funcionais são complementares e pensar tais elementos isolados é adquirir uma visão parcial dos espaços.

Analisar a formação de um imaginário urbano num Sítio Histórico como o da cidade de Porto Alegre é um desafio devido às inúmeras representações simbólicas que este possui, tanto as representações relacionadas com o passado, quanto as que dizem respeito ao cotidiano.

---

<sup>81</sup> Ibidem, p. 162.

Optou-se, nessa dissertação, pelo estudo Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre o qual é revitalizado através de diversas intervenções já realizadas e de propostas ainda não concretizadas, porém, ainda no campo do turismo urbano há uma carência de contribuições do saber e do fazer do turismo nas propostas de revitalização dos sítios históricos. Propõe-se uma organização turística que considere as práticas sociais, buscando na memória coletiva e no imaginário social as bases para as intervenções que visem uma proposta de turismo autêntico.

Este estudo descreve algumas das práticas sociais dos usuários do Sítio porque as “maneiras de fazer<sup>83</sup>” desses agentes constituem as práticas pelas quais os mesmos se apropriam do espaço. Tal organização se dá pelas técnicas da já citada produção sócio-cultural.

As práticas sociais são, então, entendidas como elementos constituintes de identidades socio-culturais, em diferentes temporalidades e espaços. Sendo assim, a pesquisa volta-se para os processos de construção da memória, de práticas e espaços culturais, dos modos de viver, comportamentos que constituíram no passado e constituem a autenticidade deste Sítio e a sua potencialidade turística.

#### **CAPÍTULO IV – DELINEANDO OS CAMINHOS PERCORRIDOS**

A cidade de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul possui diversos Sítios Históricos, porém para fins deste estudo elege-se o Sítio Histórico Urbano da Praça da Alfândega e Praça da Marechal Deodoro da Fonseca, esta última popularmente conhecida como Matriz, sendo estas duas acrescidas de seus respectivos entornos. Esse Sítio é reconhecido

---

<sup>82</sup> HALBWACHS. Op. Cit. (1990).

institucionalmente com o tombamento federal e está localizado no centro histórico da cidade, sendo também historicizado como o primeiro núcleo urbano. Doravante, quando se aborda Sítio Histórico estar-se-á referindo a este Sítio em específico, com foco nas sociabilidades das duas praças, porque está no imaginário do Sítio o valor para as práticas turísticas sustentáveis.

A Praça da Alfândega localiza-se na parte baixa da cidade, às margens do Lago Guaíba. Foi reconhecida por esse nome oficialmente por meio da Lei Municipal n. 4.563, de 28/05/1979 em virtude as práticas alfandegárias exercidas em seu entorno.

Já na parte alta desse Sítio temos a Praça Marechal Deodoro, a Praça da Matriz. Devido a sua posição geográfica elevada foi um ponto estratégico para proteção do território. Constituída em 1772, ainda mantém suas práticas políticas e religiosas.

O tombamento desse conjunto histórico ocorreu somente em 1999, reconhecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na categoria de Sítio Histórico Urbano. Tais praças e seus entornos possuem sociabilidades distintas, mas são suplementares e conjugam um sítio uno, de valor histórico, cultural, identitário que fazem parte da história da cidade. Mesmo não sendo considerada tradicionalmente uma cidade “histórica”, tal como, por exemplo, Ouro Preto, nem tampouco cosmopolita, como São Paulo, ou Nova Iorque, ela cresce e preserva fragmentos históricos tão representativos para a sua formação identitária e, porque não, que contribuem na constituição de uma proposta de um turismo urbano patrimonial.

O estudo das praças localizadas no Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre tem seu suporte metodológico na pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, que analisa e dialoga com a esta realidade, de forma complexa, contextualizada, compreendendo e retratando, sistematicamente, a

---

<sup>83</sup> CERTEAU, p. 41.

dinâmica que caracterizam a prática turística neste sítio histórico urbano diferenciado.

Alguns autores, conforme aponta TRIVIÑOS<sup>84</sup> entendem a pesquisa qualitativa como uma “expressão genérica”, que por um lado compreende atividades de investigação específica, e por outro, pode também ser caracterizada por traços comuns. A pesquisa qualitativa tem suas raízes na antropologia, posteriormente, é agregada aos métodos dos estudos da sociologia e assim, neste crescente, faz-se presente em muitos estudos da área das ciências humanas e também das ciências sociais aplicadas.

Uma das tipologias da pesquisa qualitativa é o “estudo de caso”, cuja finalidade principal é retratar uma dada unidade social em ação, analisando-a em profundidade. É um estudo descritivo, onde os resultados são válidos especialmente para o caso que se estuda, onde o objeto é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada.

Para TRIVIÑOS<sup>85</sup> a singularidade é o grande valor desta tipologia, disponibilizar o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, onde os resultados atingidos podem permitir e formular novas hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas. Isto porque a generalização do que foi apreendido num determinado tipo de contexto poderá ser diferente em outros contextos semelhantes, dependerá muito do tipo de leitor ou do usuário do estudo.

Para identificar as contribuições que o saber-fazer do turismo se investiga as peculiaridades do local. Os pressupostos para elaboração dos significados e interpretações dos fenômenos sociais, quase sempre, ressaltam

---

<sup>84</sup> TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 125.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 111.

que o comportamento dos seres humanos tem significados maiores do que os fatos pelos qual esse comportamento se manifesta.

Como freqüentemente apresentam-se os estudos de caso, esta pesquisa está estruturada seguindo três fases que, em diversos momentos, estão sobrepostas umas às outras: a fase exploratória; a fase da coleta de dados e a fase de análise e interpretação.

A fase exploratória do estudo expõe as leituras de fontes primárias, que compreendeu a pesquisa bibliográfica e documental, buscando o que está dito do tema, expresso em referenciais maiores, tais como: o processo histórico da preservação patrimonial e sua relação com o turismo urbano e cultural.

Ainda na fase da pesquisa exploratória, definem-se as categorias que serão as âncoras deste estudo: imaginário social, memória coletiva e práticas sociais do turismo e buscam-se em tais categorias a contribuição das verdades provisórias na constituição de subsídios para as propostas de revitalização deste Sítio Histórico, com o foco também no turismo.

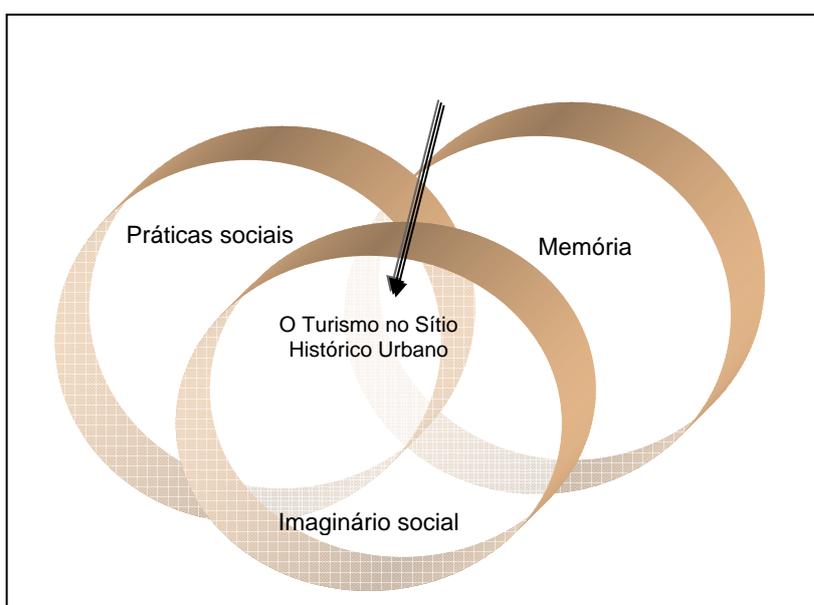


Figura 1: Representação das categorias propostas para a releitura do objeto.

Tais categorias possibilitam destacar as práticas sociais turísticas existentes no sítio, a partir de uma releitura das práticas sociais de um turismo urbano, onde as mesmas incorporam a dimensão cotidiana e as mudanças de significado de tais práticas durante os seus diversos períodos históricos.

Os sítios históricos são pontos de referência incorporados pelo imaginário social, onde um processo de revitalização possibilita a releitura e a renovação do modo de apropriação do espaço. A força do simbólico reflete-se no imaginário das pessoas que “vivem” os sítios históricos e, para o turismo, o “desvendamento” desse imaginário social é o diferencial que toda a cidade com propósitos turísticos deveria dispor.

Os processos de revitalização de sítios históricos muitas vezes desconsideram as práticas sociais como base essencial na construção e desenvolvimento de suas propostas de intervenção. Apresentam-se algumas das formas de apropriação desse Sítio Histórico, considerando que as práticas sociais nele existentes implicam numa ampliação da concepção de revitalização de sítios históricos para o turismo urbano.

A proposta metodológica de BENJAMIN apud PESAVENTO<sup>86</sup> é a leitura das mudanças das práticas sociais através de cruzamentos de imagens, com o intuito de obter a coerência de sentido de uma época, e mais, dá-se o entendimento de que as imagens construídas no passado não pertencem apenas a uma época já vivida, elas podem se tornam legíveis em outro tempo. Walter Benjamim foi um pesquisador da técnica da leitura da cidade, entretanto a apresentou de maneira ensaística, fragmentada e desorganizada. Assim, despertou o interesse de diversos pesquisadores que passaram a ser seus intérpretes.

---

<sup>86</sup>Op. Cit. PESAVENTO, S. J. (1995), p.38.

O exemplo desta mesma linha metodológica benjaminiana pode ser observado em BOLLE<sup>87</sup>, que indica a técnica da montagem, da destruição e desmontagem daquilo que o passado oferece, visando uma nova construção. A intenção da técnica é descrever e escrever a história através de fragmentos, das representações deixadas pelo passado, para posteriormente conectá-las, contrastá-las, em busca da “iluminação”, da “revelação”.

Tais técnicas possibilitam a interpretação dos dados históricos através do contraste das práticas sociais do sítio estudado que retrata os imaginários sociais do local, a “revelação”, o “desvelamento”. Não só os fragmentos históricos serão desveladores das práticas sociais do sítio, mas também algumas propostas atuais de intervenção, a exemplo o Programa Monumenta Porto Alegre.

O levantamento fotográfico mostra as representações do passado e do presente, valendo-se de arquivos públicos, especialmente da Fototeca Sioma Breitman do Museu Joaquim José Felizardo e de arquivos fotográficos particulares da autora.

A segunda fase da pesquisa é a coleta de dados, onde o estudo espelha-se na técnica da triangulação proposta por TRIVIÑOS. Tal técnica tem como objetivo atingir a amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, valendo-se da estratégia de escolher intencionalmente os sujeitos informantes da amostra, bem como o ponto de vista do investigador.

É amplo o universo de informantes que vivenciam e intervêm neste Sítio, por isso, a pesquisa qualitativa utiliza-se do critério da representatividade para fixar a amostra do estudo, porque não há a preocupação da quantificação da amostragem, mas sim, a definição de sujeitos informantes da área de turismo e áreas a fins que possam intervir no Sítio Histórico.

---

<sup>87</sup> BOLLE, Willi,. **A fisionomia da metrópole moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Para a análise das entrevistas delimitam-se três categorias de informantes<sup>88</sup>: os anfitriões, os planejadores e os agenciadores, definindo intencionalmente a representatividade dos sujeitos conforme delimitação apresentada a seguir.

Os sujeitos anfitriões são aqueles que estão cotidianamente no Sítio Histórico e que já fazem parte das representações urbanas do local. Quase que na sua totalidade este grupo está situado na Praça da Alfândega porque é neste local que a sociabilidade é extremamente presente no espaço público devido à diversidade comercial e sócio-cultural inerente a Praça. Dentre tais agentes identificamos os artesãos, os indígenas, os *hippies*, as prostitutas, os engraxates, os jogadores de dama e de carteados, no entanto a amostra por representatividade é de 3 (três) artesãos e 2 (dois) engraxates eleitos como agentes representativos desta categoria.

A segunda categoria de informante é a dos agentes planejadores do espaço, representados por 1 (um) técnico da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal, 1 (um) técnico do Porto Alegre Turismo - Escritório Municipal, 1 (um) técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1 (um) técnico da Secretaria Municipal de Cultura e 2 (dois) técnicos do Programa Monumenta Porto Alegre.

A terceira categoria é dos sujeitos agenciadores, representados por 4 (quatro) agentes de viagens de turismo que atuam no segmento receptivo, selecionados na lista das agências de viagens que consta no *site* do Porto Alegre Turismo, e 4 (quatro) guias de turismo também recomendados pelo mesmo órgão. Esses informantes foram indicados por fazerem parte do rol de

---

<sup>88</sup> Justifica-se a ausência de entrevistas com os turistas considerando que nosso caminho segue na perspectiva da construção da oferta turística, deixando em segundo plano as expectativas diretas da demanda, porém indiretamente obtêm-se tais inquietações por meio das narrativas dos anfitriões e agenciadores quando estes abordam algumas questões dos seus cotidianos junto aos visitantes, tanto turistas quanto moradores.

profissionais que atuam com roteiros turísticos no Sítio Histórico em estudo e que tem o turismo receptivo como um nicho de trabalho.

Totaliza-se assim, uma amostra de 5 (cinco) agentes na categoria dos anfitriões, 6 (seis) agentes na categoria dos planejadores e 8 (oito) agentes na categoria dos agenciadores turísticos.

Para a coleta *in loco* das informações fornecidas pelos sujeitos, utilizam-se como instrumentos: a observação e a entrevista semi-estruturada. Essa tipologia de entrevista possibilita ao entrevistador uma flexibilidade na reestruturação das perguntas perante um dado curioso e/ou inesperado que possa surgir durante a aplicação das questões. A entrevista semi-estruturada para TRIVINOS<sup>89</sup>: *“ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”*.

A fim de preservar, mesmo que parcialmente, a identidade de tais informantes, considerando que todos autorizaram a gravação das suas falas e a utilização de seus depoimentos para este estudo, cita-se apenas o primeiro nome dos anfitriões e agenciadores entrevistados; já no caso dos planejadores cita-se somente o órgão para qual atua, um vez que o quadro técnico desses locais é reduzido (o que facilita a identificação) e suas respostas também representam as respectivas instituições públicas.

Após a conclusão das entrevistas opta-se pela decupagem das mesmas a fim de selecionar alguns trechos para a interpretação dos dados que possa indicar as verdades provisórias que respondam as nossas questões de pesquisa já expostas no problema e nas hipóteses.

---

<sup>89</sup> TRIVINOS. Op. Cit. (1987), p. 146.

Na interpretação de TRIVIÑOS<sup>90</sup>, a pesquisa qualitativa não segue uma seqüência tão rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento da mesma, por exemplo: a coleta e a análise dos dados não são divisões estanques. Assim, as informações recolhidas, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados.

A interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base à percepção de um fenômeno num contexto. Os resultados são expressos em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento necessário, com fotografias, acompanhados de documentos, fragmentos de entrevistas entre outros. Nesse prisma, o estudo ocupa-se com o processo e não simplesmente com os resultados.

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 131.

## INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

### CAPÍTULO V - O SÍTIO HISTÓRICO URBANO DE PORTO ALEGRE

O Sítio Histórico Urbano da cidade de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul, foi reconhecido institucionalmente pela federação com o tombamento feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na categoria de Sítio Histórico Urbano Nacional em 2002, conforme portaria nº 10 de 15 de janeiro de 2002, do Gabinete do Ministro da Cultura, publicada no Diário Oficial (página 38). Este Sítio Histórico é composto pela Praça da Alfândega, mais seus entornos (Igreja das Dores, Correios e Telégrafos estendendo-se até o portão central e armazéns laterais do Cais do Porto), e pela Praça Marechal Deodoro da Fonseca (a Praça da Matriz), também juntamente com o seu entorno, de acordo com o perímetro delimitado nas folhas 315 e 316 do processo nº 1.468, T.00.

Se comparado a outros centros históricos brasileiros mais antigos, especialmente os que estão situados no nordeste do país esse é de formação tardia. Sobre uma malha urbana do final do século XVIII, assenta-se uma arquitetura eclética, composta pela justaposição dos estilos do historicismo da passagem do século XIX ao XX (neo-clássico, *art-nouveau*, *art-déco* entre outros), da arquitetura moderna. Trata-se, portanto, de uma urbanização relativamente recente, com edificações históricas entre 50 e 100 anos.

Segue abaixo uma representação gráfica deste local, contemplando também os seus entornos e demais áreas que estão dentro do perímetro de atuação do Projeto Monumenta Porto Alegre.

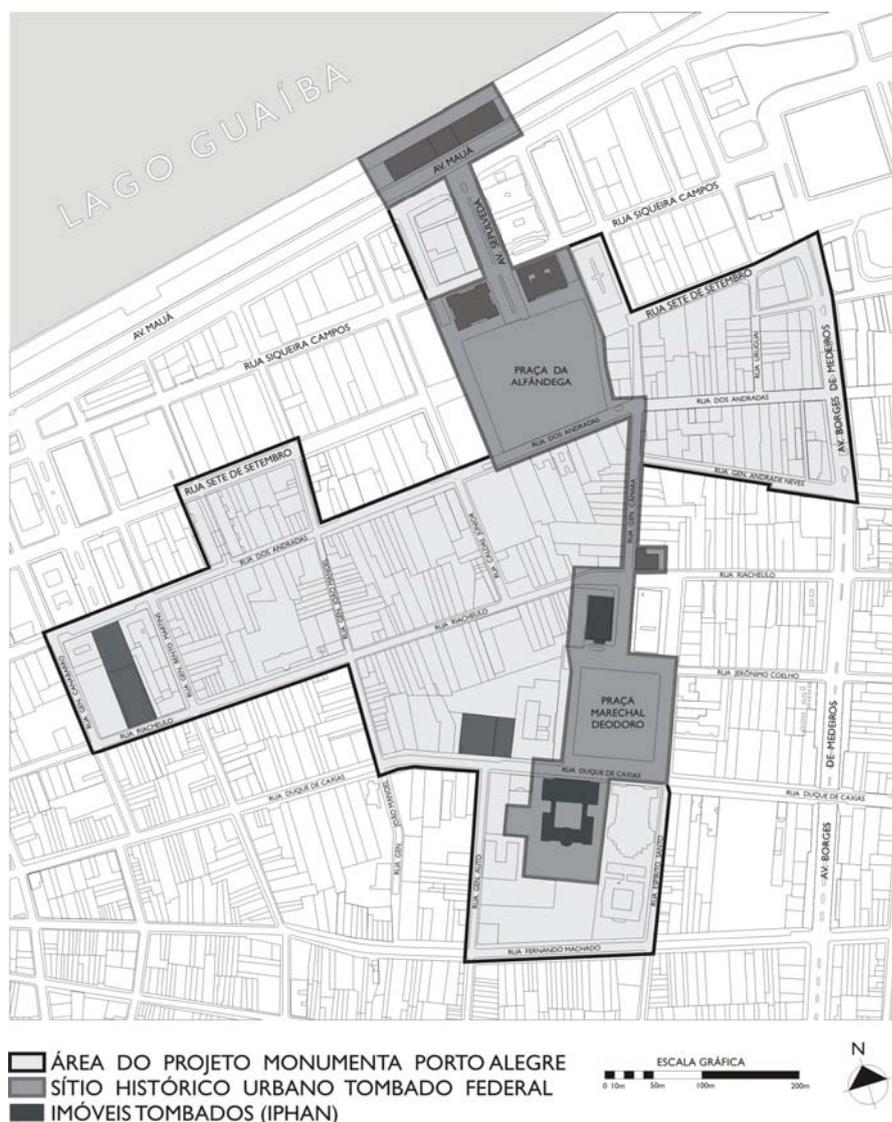


Figura 2: Representação da área de abrangência do Projeto Monumenta Porto Alegre, contemplando a delimitação do Sítio Histórico. Acervo da Unidade Executora do Projeto.

Este estudo detém-se nas Praças que fazem parte do Sítio como recorte da análise. As praças são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana da cidade, são imprescindíveis, graça ao papel que desempenham na vida social das diversas sociedades nas quais se inserem. O modo como

são tratadas e o uso que lhes é dado pela população indicam, claramente, o exercício dos direitos e deveres de cidadania nela vivenciados e as manifestações culturais da comunidade porto-alegrense. De acordo com SOUZA:

*Gradativamente, o conceito de praças foi sendo reformulado, assimilando novas formas, explícitas através de suas morfologias e tipologias arquitetônicas. Novas idéias, novas tecnologias e mão-de-obra mais qualificada foram responsáveis pelas mudanças na produção do espaço urbano construído.*<sup>91</sup>

Historicamente, as praças sempre desempenharam funções diversas, podendo ser: destinadas para ponto de encontro pessoal; local de reuniões públicas; para realização de espetáculos; espaços cívicos destinados a realizações de discursos marcadamente políticos; para contemplação de prédios públicos importantes; lugar onde se colocavam as estátuas e os monumentos; espaços verdes destinados ao lazer e à contemplação; para a organização de feiras e comércio em geral; entre outras.

Nesse sentido, como unidades urbanísticas fundamentais, as praças atendem as necessidades humanas de natureza físico-territorial, as quais os administradores das cidades devem oferecer uma resposta. Assim, a função das praças é definida pelo modo como cada comunidade expressa sua vida coletiva e varia em consequência das mudanças sociais e históricas vivenciadas ao longo do tempo. Mudanças sociais importantes implicam em novas necessidades e novas formas de comportamento social, o que ocorre também no estudo de caso desta dissertação.

A Praça da Alfândega e da Matriz foram os primeiros espaços abertos da cidade de Porto Alegre. Representavam, simultaneamente, a cidade portuária, na parte baixa junto às margens do Lago Guaíba, e a cidade do poder, na parte alta.

---

<sup>91</sup> SOUZA, Célia Ferraz de. Morfologia e Tipologias Urbanas. In: O Espetáculo da Rua. PESAVENTO, Sandra J. (org). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

A Praça da Alfândega se desenvolveu, num primeiro momento, em função da atividade portuário-comercial, sendo o principal acesso da cidade ao Lago Guaíba e onde instalaram diversos trapiches. A população recorria a esse local para chegar às feiras ou à Quitanda, como era chamada a Praça. A segunda representava a função cívico-religiosa, evidenciada pela construção da Igreja Matriz da Freguesia e depois da Câmara e do Palácio do Governo no lugar mais alto, a exemplo de como ocorria às cidades coloniais brasileiras, tendo a cidade de Salvador como o exemplo mais expressivo. Com o passar dos anos, a utilização desses espaços só veio a confirmar a vocação para qual foram escolhidos.

A escolha para a ocupação desse sítio ocorreu por parte dos pescadores devido a sua localização a beira d'água, na margem norte do Lago Guaíba, e depois, a confirmação quando da vinda dos colonos açorianos no final do século XVIII, tornando-se o embrião da vida urbana.

A área onde ficaram os colonos açorianos cresceu e se ligou, através de caminhos que cortavam a península no sentido leste-oeste, à Aldeia dos Anjos de Gravataí e a Viamão. Nascia assim, em 1772, a freguesia de São Francisco dos Casais, separada de Viamão. Segundo PESAVENTO:

*Data deste período a distribuição das terras dos casais açorianos, a demarcação de lotes, ruas e estradas com a desapropriação da antiga sesmaria de Jerônimo de Ornellas. Neste conjunto de medidas, reservou-se a área denominada Alto da Praia (Praça da Matriz) para assentamento do centro cívico e iniciaram-se a construção dos primeiros edifícios civis e religiosos como a Igreja da Matriz, a Casa da Junta e o Palácio da Presidência. Surgiram também as primeiras fontes públicas, os moinhos, o arsenal da marinha e os armazéns gerais.<sup>92</sup>*

Ainda, foi sede da freguesia muito por ser o ponto mais elevado, mais salubre, e com uma boa visibilidade para o Lago. Tais escolhas imprimiram suas marcas na estrutura urbana: “a cidade das margens, promovendo

aterros, estendendo seu território na direção das águas,... e a cidade acrópole, consolidando-se como guardiã... constituindo um marco na paisagem que controla do alto todos os movimentos no seu entorno".<sup>93</sup>

*Em 1773, a Freguesia de São Francisco passou a ser chamada Freguesia da Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. No mesmo ano, em face da sua situação estratégico-militar e também da sua situação centro-comercial, no cruzamento das rotas, Porto Alegre passou à capital da província de São Pedro. Como capital Porto Alegre expandiu-se, concentrou população e exigiu equipamentos, pelo que foi elevada à vila em 1810, com o devido estabelecimento de um pelourinho, símbolo do poder.*<sup>94</sup>

No ano de 1822 nascia institucionalmente a cidade de Porto Alegre, devido a independência do Brasil porque, a partir deste acontecimento, todas as vilas capitais de províncias foram elevadas a cidade.

A área das margens, mais dinâmica, cresce, expande-se através de aterros, fazendo parte do início da planificação da vida urbana porto-alegrense. Os aterros são praticados, ao longo do processo histórico da urbanização no Brasil, como forma de acrescentar áreas as cidades, como o ocorrido no Rio de Janeiro, em Recife e em Salvador, para citar apenas alguns dos exemplos. Porém, este procedimento acarreta num desafio: se de um lado as cidades se ampliam, sendo suas margens beneficiadas pela renovação do ambiente e pelo tratamento paisagístico, por outro lado, surge sempre a ameaça iminente das águas retomarem sua margem original. Na cidade de Porto Alegre esse problema faz parte da história e da memória, especialmente a enchente de 1941.

---

<sup>92</sup> PESAVENTO, Sandra J. (coord.) **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 10.

<sup>93</sup> SOUZA, C F. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Instrução de Tombamento do Sítio Histórico das Praças da Alfândega e Matriz**. Porto Alegre: PMPA, 2000.

<sup>94</sup> Op. Cit. PESAVENTO (1999), p. 10.

A primeira planta oficial de Porto Alegre, de 1839 (figura 2), mostra o sítio urbano cercado por uma muralha, sendo mais densamente ocupado no setor junto à margem norte, na Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), tendo esse nome devido à sua localização junto às margens e que permanece até hoje, por muito habitantes, assim denominada.

O desenvolvimento da cidade e de suas funções portuárias é documentado pelas plantas subseqüentes, demonstrando ampliações através de aterros, como a atual Rua Sete de Setembro conhecida na época por Rua Nova da Praia.

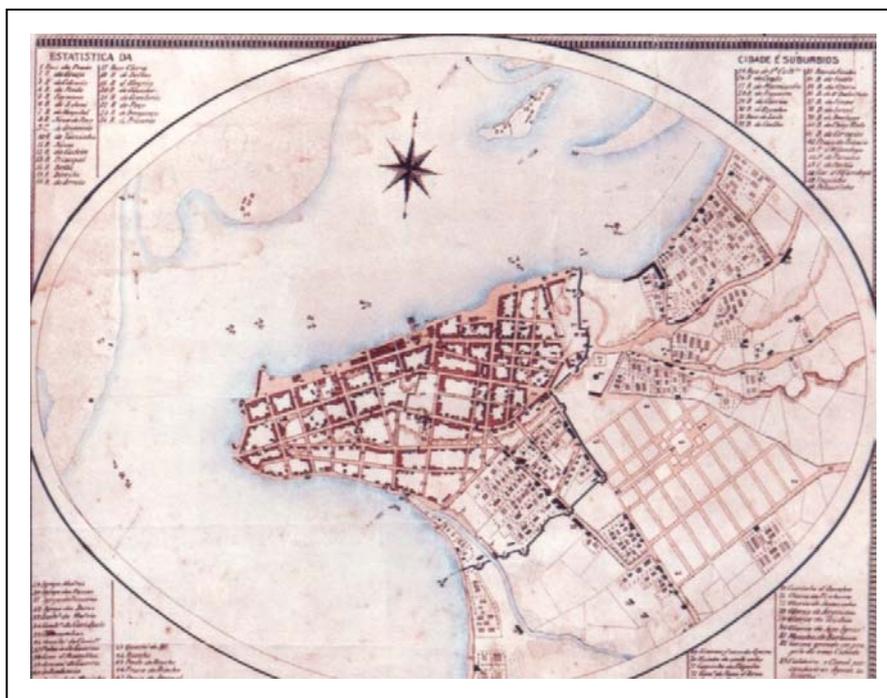


Figura 3: Representação da Planta de 1839. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

Todo esse desenvolvimento começou a ocorrer no fim da Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845, quando da derrubada das muralhas, o que permitiu um entrosamento maior entre a cidade e seus entornos. Na planta de 1888 as margens já avançam sob forma de projeto. Assim, as perspectivas de

uma cidade imaginária começavam a tomar corpo com a possibilidade de criar uma avenida que se prolongasse por toda a margem norte.

A área do Mercado Público já não aparece como um corpo avançado, as ruas e quarteirões começavam a ficar alinhados e retificados. Além disso, a cidade já contava com arraias plenamente configurados, prontos para em muito breve assumirem a posição dos futuros bairros da capital. Entretanto, a cidade será esboçada com sua margem definitiva, indicada pelo projeto do Cais Mauá, somente a partir de 1911 com o início da construção do Porto e em 1914, com o Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel.

Porto Alegre cresceu, modernizou-se, numa clara tentativa de reproduzir os grandes centros urbanos da época: Paris como matriz primeira desse modelo e, indiretamente, o Rio de Janeiro, que também passava por drásticas remodelações para se adequar aos novos tempos, serviram de paradigmas para as reformulações urbanas. Tais mudanças foram viabilizadas pelas transformações da situação política do país com a implantação da República, que trouxe novas motivações político-filosóficas.

A política do “encilhamento” no âmbito federal e a política de desenvolvimento global do governo Borges de Medeiros, no âmbito estadual, imprimiram um caráter desenvolvimentista a seus governos. As ações desta política foram baseadas em pesados investimentos em infra-estrutura e equipamentos que promovessem o livre crescimento da indústria e do comércio.

A associação entre saneamento e porto melhora sensivelmente as condições de vida do centro de Porto Alegre, que se desenvolve tendo na Praça da Alfândega o seu centro de articulação e no porto um dos seus mais fortes condicionantes, desde sua inauguração em 1922 até a década 70. Desde o princípio, o porto sofreu concorrência da estrada de ferro e, mais

tarde, da estrada de rodagem, a qual virá a deslocar para si todo o movimento da economia, deixando-o paulatinamente sem funções. Outras atividades também vão saindo dessa área, desde a habitação, até muitos prestadores de serviços, como estabelecimentos bancários e prédios públicos.

Conseqüentemente, a partir da década de 60, toda esta área das margens entra em processo de degradação física, arquitetônica e urbanística, perdendo a função residencial que foi inerente aos núcleos originais. Muito embora continue apresentando uma circulação extraordinária de pessoas, mostrando que a forte vitalidade e o contínuo processo comercial não se esgotaram, apenas mudaram de padrão, e porque a malha do transporte urbano da cidade favorece tal circulação.

Já a Praça da Matriz, com seu entorno, solidifica a sua função de sede do poder. Embora também sofra alterações no decorrer do tempo, essas são de caráter mais restrito.

O dinamismo do centro da cidade, do qual o Sítio Histórico é o miolo, encarregou-se de manter em uso boa parte do seu imobiliário. No entanto, a ausência de conservação de muitos dos imóveis mostra seus efeitos na deterioração em curso desde os anos 70, quando uma parte do comércio do centro da cidade deslocou-se para outras áreas, principalmente para os *shoppings*, reduzindo a procura por prédios comerciais, tendo sido muitos deles abandonados.

Segundo PESAVENTO<sup>95</sup>, os anos 70 resultaram numa descaracterização significativa na paisagem da cidade, com a construção de viadutos, perimetrais, elevadas e túneis. Retiraram-se os bondes – símbolos do atraso, mesmo em face da crise mundial do petróleo – e implantou-se o transporte público, basicamente através de ônibus.

*“Nessas transformações, a área central da cidade perdeu sua fisionomia antiga que ainda resistia ao impacto da modernização urbana: sucumbindo o antigo abrigo dos bondes com suas bancas de floristas; a área do Mercado Público e da Praça XV passou a ser lugar de terminais de inúmeros ônibus que afluíam ao centro; a “Rua da Praia”, cantada por poetas da cidade, se transformou em “calçadão”, como também a Praça da Alfândega... e o muro da Avenida Mauá retirou da comunidade local o acesso ao porto....”<sup>96</sup>*

Apenas nas últimas décadas é que as intervenções públicas, contrárias à destruição de edificações significativas para a vida da cidade (a maior parte delas de alto valor histórico e de propriedade pública), passam a acontecer através da restauração e do uso cultural. A memória coletiva está sendo resgatada porque estas unidades urbanísticas (as praças) são espaços onde a história urbana acontece, constituindo-se em palco de acontecimentos singulares. É preciso que tais unidades sejam reconhecidas ao longo do tempo, por gerações sucessivas, como sendo espaços especialmente valorizados. Neste sentido, segue uma descrição da Praça da Alfândega e da Matriz, buscando nos fragmentos da memória e da história a constituição dos seus espaços e das suas vivências passadas.

## **5.1 AS PRAÇAS E SEUS FRAGMENTOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA**

### **5.1.1 Praça da Alfândega**

A Praça da Alfândega localiza-se na parte baixa da cidade, às margens do Lago Guaíba. Foi chamada de Quitanda, depois de Alfândega, Senador Florêncio e novamente de Praça da Alfândega por consequência da lei municipal nº. 4.563 de 28/05/1979, porque na época muitos logradouros públicos recebiam o nome pelas atividades principais que desempenhavam. Assim, já se configuravam as primeiras práticas sociais exercidas nessa praça, a prática alfandegária e dos quitandeiros.

---

<sup>95</sup> PESAVENTO Op. Cit. (1999), p. 161.

Como já dito, a praça foi um dos primeiros sítios de ocupação dos açorianos. Recebeu suas primeiras edificações de modestas casas de taipa com telhados de capim entre os anos de 1752 e 1754. Foi intitulada durante muitos anos como o “portão de entrada do Rio Grande do Sul”, onde o seu desenvolvimento esteve muito vinculado ao do Cais do Porto.

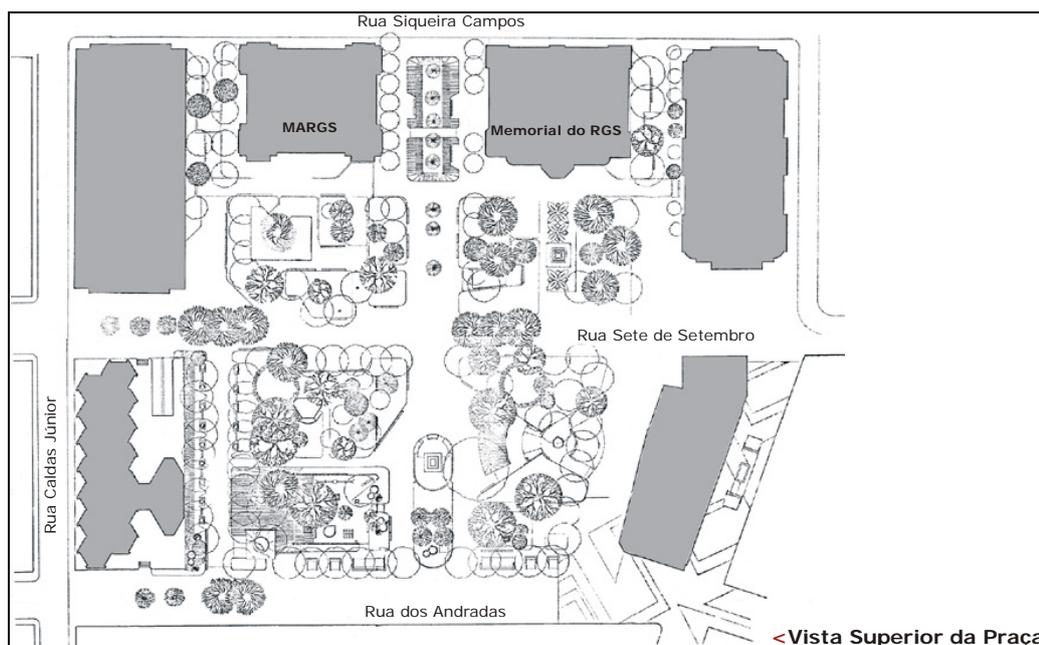


Figura 4: planta ilustrada da Praça da Alfândega. Acervo do Projeto Monumenta Porto Alegre, 2003.

Segundo FRANCO<sup>97</sup> o governador Paulo da Gama, observando a grande dificuldade no desembarque de pessoas e mercadorias, providenciou em 1804 a construção de uma ponte sobre o Lago<sup>98</sup> Guaíba, com cais e trapiche para o desembarque dos gêneros e proveito público.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> FRANCO, Sérgio da C. **Porto Alegre: guia histórico**. 3ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

<sup>98</sup> Apesar da maioria dos autores tratarem o Guaíba como um rio, o rigor geográfico nos ensina a tratá-lo como Lago, e, num entendimento particular a denominação de lago desperta muito mais um imaginário de encantamento e glamour do que a denominação de rio.

*Em seu Almanak da Vila de Porto Alegre, Manoel Antônio de Magalhães deixou desse desembarcadouro uma descrição muito favorável: belíssima ponte da Alfândega, obra prima, como não há outra em toda a América, com vinte e quatro pilares de cantaria pelo rio dentro, onde podem desembarcar iates e sumacas com uma carreira de 325 palmos de comprimento e 30 de largo, defronte da mesma casa d'alfândega, onde uma boa praça convida à beleza e construção da obra.<sup>99</sup>*

Assim, entorno desse cais aglomeravam-se os comerciantes e quitandeiros que caracterizavam um local das práticas de trocas comerciais e portuárias. No ano de 1820 foi construído o prédio próprio para a Alfândega na Praça da Quitanda. A implantação da Alfândega foi decisiva no destino da antiga Praça da Quitanda; tratava-se de um prédio térreo que se defrontava com o lago no alinhamento da atual Rua Sete de Setembro.



Figura 5: Escadaria da Alfândega, acervo do Museu Hipólito da Costa.

---

<sup>99</sup> FRANCO. Op. Cit (1998), p. 23.

A Praça foi o primeiro logradouro que atraiu a atenção da municipalidade para as questões de limpeza urbana. Conforme aponta Franco<sup>100</sup>, encontra-se nas atas da Câmara, desde 1830, referências à remoção de detritos acumulados na praça. Cita que em 1839 os vereadores decidiram expressar ao fiscal municipal *"que com toda a urgência e primeiro de tudo, deve-se cuidar em fazer remover as imundícies que se acham ao lado da Alfândega, e que ali se não continue a fazer despejos,... que tal lugar se conserve no maior asseio"*.<sup>101</sup>

Entre os anos de 1856 e 1858 foi construído um paredão de pedra, com uma escadaria junto ao rio, no alinhamento norte da atual Rua 7 de Setembro, melhorando muito a apresentação da praça. Já se cogitava em arborizá-la, porém, somente em 1866 foi aprovado o plantio de árvores mediante empreitada.

Também em 1866 a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, fornecedora de água potável à cidade, implantou na praça um dos seus chafarizes de ferro bronzeado situando-o frente à porta da Alfândega. Em 1870 o prefeito da Câmara foi autorizado a mandar colocar assentos no passeio e no corredor da Rua dos Andradas, acompanhando a linha do arvoredo já existente; dessa maneira, o largo dos despachantes e dos quitandeiros começava a tornar-se um jardim público.

A resolução de 14 de março de 1883 da Câmara Municipal, por unanimidade, mudou o nome da Praça da Alfândega para Praça Senador Florêncio, a fim de homenagear o Florêncio Carlos de Abreu e Silva, político da província e senador do império.

---

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 25.

Já em 1912 o prédio da Alfândega foi demolido permitindo uma seqüência de melhoramentos. Inicia o processo de construção do Cais do Porto, levando o Governo do Estado a aterrar uma faixa de cerca de 100 metros de largura, desde a frente da Praça da Alfândega até o Portão Central do Cais – um novo desenho para a Praça e com sua margem definitiva, indicada pelo projeto do Cais Mauá. Assim, este aterro serviu para a construção do novo prédio da Alfândega, na Avenida Sepúlveda.

A Praça da Alfândega, sendo um forte ponto de referência e representando todo um passado histórico, com múltiplos significados e sociabilidades consagradas, era o local natural para a ligação com o portão central do cais do porto. Sua localização, mesmo nos primórdios da formação urbana, sempre proporcionou uma efervescência de sociabilidades, observada, por exemplo, na descrição de feita por SAINT-HILAIRE a respeito de uma das ruas mais fervorosas que a rodeia:

*“A Rua da Praia, que é a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros carregando volumes diversos. É dotada de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de diversas profissões...”<sup>102</sup>*

Na década de 1910 foram construídos dois prédios neste prolongamento, similares no estilo: a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (hoje Museu de Arte do Rio Grande do Sul) e os Correios e Telégrafos (hoje Memorial do Rio Grande do Sul), projetados pelo arquiteto Theodor Wiederspahn e, entre os dois, a Avenida Sepúlveda. Esta avenida tinha como propósito ligar a entrada da cidade com o Palácio do Governo (localizado na Praça da Matriz), porém a proposta não foi consolidada. Mesmo assim, ela é uma via de forte expressão, tornou-se referência em fotografias e cartões postais que demonstram a ligação entre o porto e a Praça. Embora o eixo monumental permaneça na estrutura da praça, há dois eixos paralelos que se

---

<sup>102</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao rio Grande do Sul, 1820-1821**. São Paulo: EDUSP, 1974, p.41.

sobrepõem a ele, o da Rua dos Andradas e o da Rua Sete de Setembro, invertendo a dinâmica do passado e reestruturando o espaço aberto.

No passado, a praça dispunha de uma animação permanente durante dia e noite porque em seus entornos localizavam-se cinemas, cafés, confeitarias, hotéis, clubes e restaurante e ainda, um dos grandes responsáveis pela circulação de pessoas, a parada dos bondes. Segundo Ruschel: <sup>103</sup>

*A Praça da Alfândega, com o seu quiosque na esquina, passou a ser o centro mais importante da cidade. Davam frente para ela os jornais mais prestigiosos e especialmente os principais hotéis, por ficarem próximos ao porto. A escadaria de pedra era o melhor portal de acesso. A praça, desde logo, foi cercada pelo cinturão de ferro dos carris urbanos, primeiro dos bondes puxados a burro, seguidos mais tarde pelos elétricos, em que avultava o bonde de dois andares, que fazia a linha circular. Era um só e tinha o nome de Imperial mas o povo o apelidava de Chope duplo. (...) era cercada por edifícios e estabelecimentos que asseguravam intensa movimentação humana...*



Figura 6: Década de 30, Rua 7 de Setembro. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

<sup>103</sup> RUSCHEL, Nilo. **Rua da Praia Porto Alegre**. Sulina, 1971, p.32.

Todas essas práticas constituíam as ambiências e as sociabilidades do centro urbano da capital do Estado. Relembrar tais fatos desperta um saudosismo nos antigos freqüentadores da Praça da Alfândega, principalmente quando relembram o *footing*, considerado como uma vivência social entre os jovens que passeavam para ver e serem vistos.

Conforme cita FRANCO<sup>104</sup>, o relatório do Intendente Municipal Dr. José Montaury, em 1920, registra que o jardim da praça, por sua posição o mais freqüentado, passou por transformações radicais, destacando a ornamentação dos canteiros.

Em 6 de agosto de 1933 foi inaugurada na praça a estátua eqüestre do General Osório, situada no centro do logradouro, rodeada de bancos, de espelhos d'água e chafariz.



Figura 7: Rua dos Andradas. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

Em 17 de novembro de 1955 realiza-se a primeira edição da Feira do Livro de Porto Alegre. Um dos eventos mais importantes da cidade, que atrai um público numeroso e diversificado.

Voltou a ser chamada de Praça da Alfândega em 1979 e sofreu mais alterações importantes, agregando o leito da Rua Sete de Setembro, quando perdeu o trecho da rua que a demarcava a oeste, em função da construção do grande prédio da Caixa Econômica Federal.



Figura 8: Início do século XX, sede da CARRIS. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

Em seguida, com a retirada dos bondes, dos veículos, com o fechamento de alguns cinemas e dos cafés a Praça entrou em decadência, ocorreu também a substituição do comércio sofisticado pelo popular e o surgimento do comércio ambulante. Com a mudança de atividades o público que freqüentava a praça também mudou, abrindo mais espaço para a

---

<sup>104</sup> FRANCO, S. (1998).

prostituição e moradores de rua. Os usos modificaram a dinâmica social diurna e noturna do passado, posteriormente tornou-se um local de passagem, embora a mesma seja, ainda, ocupada por grupos de aposentados, de artesãos, de feirante, de engraxates, de vendedores ambulantes entre outros.

### **5.1.2 Praça da Matriz**

A Praça Marechal Deodoro localiza-se no centro histórico de Porto Alegre, na parte alta da cidade. É conhecida popularmente como Praça da Matriz. Na época de sua constituição, em 1772, foi um marco sinalizador de controle e ponto estratégico para salvaguardar o território. O governador José Marcelino de Figueredo, devido a transferência da capital de Viamão para Porto Alegre, providencia a construção do primeiro Palácio do Governo (1789) e a igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus (1794). Tais práticas religiosas e políticas desta praça perpetuaram.

No alinhamento da atual Rua Duque de Caxias foram construídos também a Casa da Junta ou Real Fazenda no ano de 1790, edificação que tinha um só pavimento e é a única que ainda permanece, do período da fundação da cidade.

A Capela do Divino, que foi construída e demolida mais de uma vez, promovia diversas festividades que animavam a população da época, onde se preparava a praça para as quermesses que, pela abrangência, contava com a presença de todas as classes sociais da cidade, fortalecendo as práticas sócio-culturais do espaço.

Para o clero, a localização da antiga igreja naquele lugar atendia a sua preocupação em situar as igrejas no ponto mais alto. A posição do prédio

tinha razões topográficas e urbanas estratégicas, pois os maiores centros de movimento dos poucos habitantes se localizavam no lado norte da península e por também a Rua da Igreja (moderna Duque de Caxias) protegia, por sua elevação, a encosta do vento do lado sul.

É provável que, ainda nos tempos da Vila, a praça tenha sido o local de moradia mais nobre. Segundo FRANCO<sup>105</sup>, em 1786 quase todas as transações imobiliárias da cidade se referiam a casas cobertas de palha, entretanto, aparecem a compra e venda na Praça da Matriz envolvendo morada de casas coberta de telha, detalhes que demonstram a existência de uma elite que residia na “cidade alta”.



Figura 9: Final século XIX. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

As fundações do Theatro São Pedro iniciaram em 1833, tendo a obra interrompida durante a Revolução Farroupilha, reiniciada em 1850 e concluída em 1858. O Theatro é espaço de práticas culturais que, da época de sua

---

<sup>105</sup> Ibidem.

fundação até os dias de hoje, se consagra em grandes espetáculos. O segundo prédio neste lado foi construído para a Casa da Junta Criminal e Câmara, que teve as obras iniciadas em 1864 e concluídas em 1871. Entre esses dois prédios encontrava-se a continuação da Rua da Ladeira (hoje Rua General Câmara). A projeção das duas edificações de fachadas semelhantes, criadas por Phillip Von Normann, conduzia para uma concepção de unidade e reforçava o eixo de acesso pela rua General Câmara.

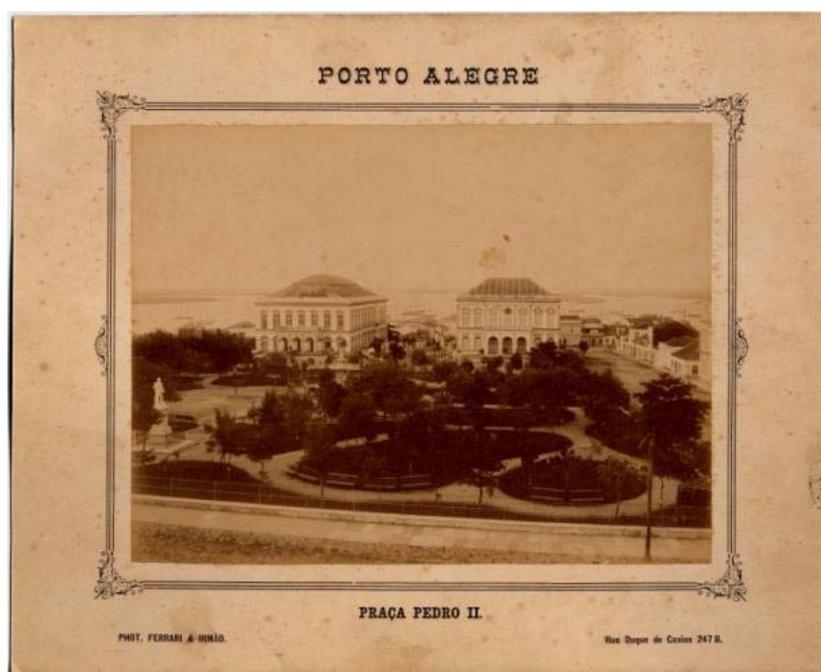


Figura 10: Praça Marechal Deodoro. À esquerda, o Teatro São Pedro, e à direita, a antiga Câmara de Justiça. Autor: Irmãos Ferrari. Data: 1888. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

O primeiro elemento decorativo instalado no centro da praça foi um chafariz de mármore, com estátuas que simbolizavam os rios da bacia do Guaíba, com cinco figuras, quatro destas representando os rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí, e uma, encima das demais, simbolizando o Lago Guaíba. Transferidas posteriormente, em 1914, para dar lugar ao monumento a Júlio de Castilhos, e hoje estas peças estão colocadas em separado na Praça São Sebastião.

Com o fim do movimento dos Farrapos (1835-45) iniciaram as melhorias e o embelezamento da Praça: calçadas nos alinhamentos leste e oeste, construção de uma tribuna em frente da Matriz, pintura nas fachadas. Com a resolução de 9/10/1865, da Câmara Municipal a praça passou a denominar-se Praça Dom Pedro II, em homenagem ao imperador Dom Pedro II, a partir do dia em que o monarca chegou a Porto Alegre para participar da defesa do Estado contra a invasão paraguaia.

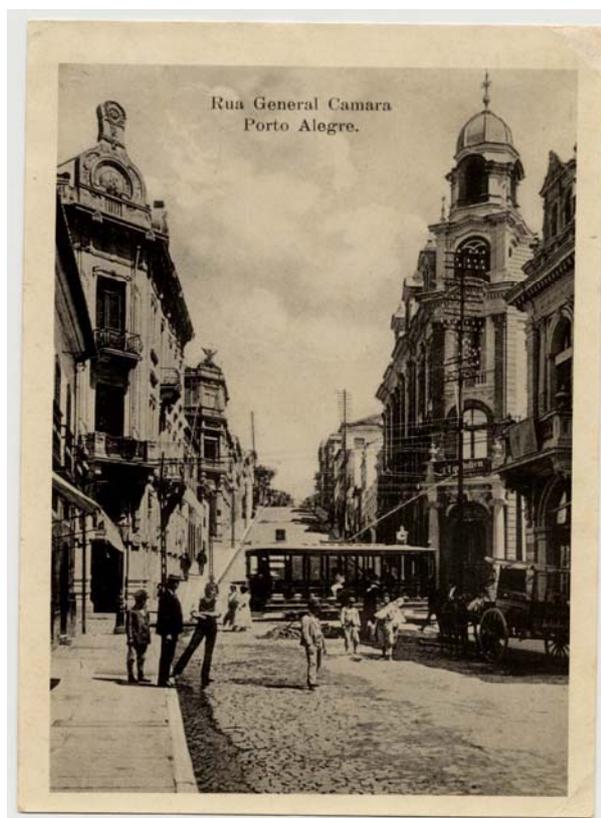


Figura 11: Vista da Rua General Câmara, esquina com a Rua da Praia, aparecendo um bonde elétrico, década de 20. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

Poucos anos mais tarde, a área restante junto à atual Rua Duque de Caxias foi ocupada pela Hidráulica Porto-Alegrense, cujo projeto é datado de 1864. Em 1878 iniciava a arborização e o ajardinamento foi completado em 1881, por iniciativa particular, justificando o interesse de se ter cuidado com a ante-sala do poder.

No dia 2 de fevereiro de 1885 a Princesa Isabel presidiu a inauguração da estátua de mármore em homenagem ao Conde de Porto Alegre na praça, entre o centro e a Rua Duque de Caxias. De acordo com RODRIGUES<sup>106</sup>, este foi o primeiro monumento erigido em praça pública em Porto Alegre, e posteriormente em 1912, essa estátua foi transferida para a Praça do Portão (hoje Praça Conde de Porto Alegre).

Segundo FRANCO<sup>107</sup>, a resolução municipal de 11/12/1889, em seguimento à proclamação da República, mudou o nome do logradouro para Praça Marechal Deodoro que permanece até hoje, porém como já foi dito, é conhecida popularmente como Praça da Matriz. Em 24 de outubro de 1914 foi inaugurado na praça o monumento à Júlio de Castilhos e em 17 de maio de 1921 a inauguração do Palácio Piratini.

Em 1927, durante o período administrativo do intendente Otávio Rocha, o município construiu o Auditório Araújo Viana, para os concertos da Banda Municipal, com concha acústica e uma platéia ao ar livre, com aproximadamente quatrocentos bancos que se estendiam ao longo de quatro terraços. Estava localizado onde hoje se encontra o edifício da Assembléia Legislativa.

De acordo com SOUZA<sup>108</sup>, em 1938 quando Loureiro da Silva subiu ao poder, rompendo a histórica continuidade administrativa, o mesmo interessado na construção de um plano diretor para a cidade, com o intuito de reordenar e reorganizar o traçado viário, bem como de reprojeter alguns dos

---

<sup>106</sup> RODRIGUES, Tagore. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Instrução de Tombamento do Sítio Histórico das Praças da Alfândega e Matriz**. Porto Alegre: PMPA, 2000, p. 8.

<sup>107</sup> FRANCO, S. Op. Cit. (1998).

<sup>108</sup> SOUZA, C. F. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Instrução de Tombamento do Sítio Histórico das Praças da Alfândega e Matriz**. Porto Alegre: PMPA, 2000.

espaços, convidou o arquiteto Arnaldo Gladosch, que havia trabalhado no Rio de Janeiro com Alfredo Agache, para elaborar o plano diretor. O arquiteto Gladosch fez diversos estudos, entre eles um que abrangia a Praça da Matriz.



Figura 12: Praça Marechal Deodoro - Aparecendo o Monumento à Júlio de Castilhos. À esquerda, o Teatro São Pedro, e à direita, a antiga Câmara de Justiça. Autor: Virgílio Calegari. Data: Década de 1920. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman

A praça foi totalmente remodelada com desenho marcadamente geométrico e simétrico, sendo que sua magnitude foi ressaltada pela criação de um platô para onde convergem todos os caminhos e visuais, destacando-se a perspectiva desde a subida da rua da Praia demarcada pelos edifícios do Teatro São Pedro e o Tribunal de Justiça. Este platô situado na cota média da Praça delimita a sua importância por abrigar o monumento a Júlio de Castilhos.

Na década de 1950 a Casa da Junta Criminal sofreu um incêndio, o que acarretou na construção do novo Fórum, e também com a construção da

Assembléia Legislativa, reforçando assim a função política da Praça e incluindo uma arquitetura modernista.

Por constituir o centro cívico da cidade, a Praça Marechal Deodoro foi palco de vários acontecimentos políticos de alto significado ao longo dos tempos: o pronunciamento militar dos Mena Barreto em 19/6/1823, em solidariedade a Pedro I; a deposição de Júlio de Castilhos em 11/11/1891, e seu retorno ao poder em 17/6/1892; a campanha da legalidade constitucional em agosto de 1961<sup>109</sup>.

No espaço construído da Praça da Matriz observamos melhor que em qualquer outro local da cidade, a presença marcante do Positivismo, ideologia filosófico-político que se fez presente no Rio Grande do Sul a partir da proclamação da República. Durante mais de 40 anos no Estado, através de sucessivos mandatos governamentais, tal regime acaba por estender suas influências ao resto da nação após a Revolução de 30, com Getúlio Vargas.

A arquitetura desse mesmo período de Porto Alegre reflete o espírito positivista. Uma arquitetura majestosa e monumental com estilos heterogêneos substituiu ou desenvolveu-se, dividida por DOBERSTEIN<sup>110</sup> em três grupos, de acordo com suas finalidades e seus patrocinadores:

a) prédios públicos encomendados ou pela Prefeitura ou pelo Estado ou pela Federação;

b) monumentos públicos, também encomendados por uma das três instâncias ou, ainda, por instituições formadas pelos seus representantes;

---

<sup>109</sup> FRANCO, S. (1998).

<sup>110</sup> DOBERSTEIN, Arnaldo W. **Porto Alegre. 1898-1920. Estatuária fachadista e monumental, ideologia e sociedade.** Porto Alegre: PUCRS, 1988; Dissertação de Mestrado.

c) prédios patrocinados por industriais, comerciantes, banqueiros, ou seja, por particulares, a maioria, descendente de imigrantes.

A arquitetura do período deixa ver a ideologia de seus patrocinadores. E, nos termos dessa dissertação, importa destacar os dois primeiros grupos apontados, ou seja, dos prédios públicos e dos monumentos encomendados pelo Estado, pois neles que se inserem o Palácio Piratini e o Monumento a Júlio de Castilhos – exemplares representativos do espírito positivista na Praça da Matriz. É, então, por expressar a ideologia de Augusto Comte, bem como pela sua singularidade nacional, que esses patrimônios são indicados para tombamento no âmbito federal.

Atualmente a Praça da Matriz continua sendo palco privilegiado das manifestações políticas e sociais da sociedade civil organizada. Destacam-se as passeatas de estudantes, as manifestações das greves de professores, do acampamento dos “sem terra”, das mulheres do campo em prol da defesa dos seus direitos sociais, enfim, todo e qualquer dos manifesto pelas lutas da justiça social e política de nossa nação.

## **CAPÍTULO VI - OS AGENTES INFORMANTES**

O presente capítulo apresenta alguns dos relatos das experiências e das vivências atuais dos informantes em torno do Sítio Histórico em estudo, que surgiram ao longo do diálogo desenvolvido nas entrevistas e em vários momentos do trabalho de campo.

Há agentes que, desde dentro, vivenciam e experienciam este espaço nos seus fazeres cotidianos, bem como, há aqueles que não participam dos acontecimentos diários do Sítio, mas que nas suas práticas profissionais, também interferem na compreensão deste objeto.

As práticas cotidianas dos agentes informantes são capturadas na interação entre as modelações do tempo e do espaço, sendo possível percebê-las no esboço da trajetória de apropriação por parte dos entrevistados.

Opta-se por classificar os informantes a partir das suas ocupações e práticas sociais. Assim, para os agentes informantes que atuam dentro do Sítio, foram identificados como “anfitriões”, representados pelos artesãos e engraxates; bem como os agentes que atuam no Sítio fora de sua rotina diária, foram identificados como “planejadores” para os técnicos de secretarias de governo da prefeitura e “agenciadores” para os agentes de turismo receptivo e guias de turismo.

A presente reflexão, em torno da análise dos informantes, organiza-se em três instâncias, a saber: a memória coletiva, as práticas sociais e o imaginário social, buscando, no entrelaçamento entre as experiências, vivências atuais e memórias individuais, os subsídios para a compreensão das informações.

## **6.1 OS ANFITRIÕES DO SÍTIO**

A escolha da categoria anfitriões reforça o entendimento do bem receber, do acolhimento, da hospitalidade dos cidadãos e trabalhadores da cidade para com seus visitantes/turistas. Essa sociabilidade destaca-se no núcleo da Praça da Alfândega devido às características intrínsecas da sua origem e localização, proveniente também da grande circulação de pessoas e do comércio local.

Apresentam-se os artesãos e os engraxates que, neste momento, são representações desta categoria e são escolhidos entre os diversos indivíduos existentes na Praça da Alfândega.

### 6.1.1 Anfitriões e suas Formas de Habitar o Sítio

As “maneiras de fazer” conceituada por CERTAU são as inúmeras práticas pelas quais os anfitriões habitam o espaço, onde tais técnicas estão organizadas por meio da produção sócio-cultural desses agentes. A apropriação do espaço por parte destes informantes se dá na constituição da feira de artesanato e das bancas dos engraxates, extensões das suas práticas que fazem parte da memória coletiva do Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre. É na efervescência de saberes culturais, artísticos e laborais que se consolidam os seus afazeres cotidianos.

A Feira de Artesanato da Praça da Alfândega conta com 70 artesãos cadastrados junto a SMIC (Secretaria da Indústria e Comércio) da Prefeitura de Porto Alegre.

Existem artesãos que trabalham na Praça há mais de 20 anos e que sustentam as suas famílias com o rendimento da sua atividade profissional. É uma Feira que tem a sua trajetória constituída dos fazeres e do cotidiano dos seus partícipes. Como relata o artesão Antônio:

*“A feira funciona de segunda a sábado, das 10 às 18 horas. Mas ela tem políticas próprias, respeitando a tradição, que já tem mais de 30 anos. Entendo que se modernizar demais, criando muitos critérios perde a espontaneidade do artesão, isso complica inclusive na criatividade do profissional. Hoje se fala muito em inclusão social, em aproveitamento profissional, criar oficinas que despertem a curiosidade na juventude, de gerar emprego, no sentido de tirar as pessoas do atraso, da desinformação. Então acho que é um processo que a gente está realizando com sucesso”.*<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> Antônio, artesão entrevistado em outubro de 2005.

A artesã Jaqueline destaca o horário de funcionamento da feira ao ar livre, que é permanente durante todos os dias de semana, o que não ocorre na maioria das feiras deste tipo, as quais geralmente funcionam aos finais de semana.

*“Estou na praça há 7anos, comecei a trabalhar com artesanato já há 21 anos numa praça de São Paulo. São poucos os lugares que existem assim como esta praça, antes eu trabalhava na Praça da República em São Paulo. Já estou acostumada com este tipo de trabalho. Eu venho todos os dias, de segunda a segunda, nem todos trabalham sábados e domingos, mas eu trabalho”.*<sup>112</sup>

Constata-se que os artesãos têm as suas lógicas singulares de se apropriar e de habitar o espaço como fica explicitado na seguinte fala, quando Antônio relata as vivências cotidianas no uso do espaço habitado:

*“O Monumenta quer modernizar a feira, colocar num outro lugar da Praça, pelo qual eu brigo, deste de 2000, já há 6 anos, eu não entendo isto como uma solução, acho que vão acabar prejudicando o artesão, mas se não existir uma outra forma, e se é bom pra sociedade, e desde que a gente fique dentro da Praça de alguma forma eu já fico satisfeito, eles não vão estar extinguindo uma classe que surgiu ali. Tão falando em deslocar nós ali para o canto da Caixa Econômica, na Capitão Montanha, não existe espaço físico suficiente para toda feira, é um lugar que tem muito vento, no inverno com a chuva, é praticamente impossível trabalhar ali, só se eles fizerem uma estrutura muito bem arquitetada, com paisagismo, visualização e com equipamento”.*<sup>113</sup>

Observa-se que os procedimentos populares dos artesãos na Feira jogam com a disciplina institucional da vigilância<sup>114</sup>, onde tais procedimentos são evidenciados nos relatos que apontam para a resistência de seguir a regras impostas pelos gestores públicos, tanto com relação à lógica de funcionamento do horário da feira, com horário para abrir e para fechar, quanto com relação a disposição física das bancas quando observa-se as condições

---

<sup>112</sup> Jaqueline, artesã entrevistada em outubro de 2005.

<sup>113</sup> Antônio, artesão entrevistado em outubro de 2005.

<sup>114</sup> Ver em FOUCAULT apud CERTEAU Op. Cit. (1994), p. 41.

climáticas favoráveis a tal disposição. Apesar de, na maioria das vezes, serem obrigados a executarem tais regras, os artesãos deixam clara a sua posição contrária.

As práticas desses agentes, na apropriação do espaço, exigem uma organização social e administrativa para facilitar o diálogo entre estes anfitriões e os governantes do poder público e com a sociedade civil organizada. Segue a explicação de Antônio quanto à necessidade dessa organização coletiva:

*“Os grupos que estão na feira se organizaram. Sou da ARTEFAN, que é a associação que representam os artesãos da Alfândega, e então eu via toda uma desorganização dos profissionais liberais que trabalham aqui entorno da Praça, e comecei a falar com os artistas plásticos de rua, os engraxates, os tribais, uma tribo de índio trabalhando numa metrópole, num centro de uma cidade, isto é curioso e Porto Alegre desfruta disto. Os hippies mesmo que expõem no chão, conversaram com a Câmara dos Vereadores no sentido que eles integralizem e que eles tenham o espaço deles permanente”.*<sup>115</sup>

Com relação às práticas artesanais, os anfitriões artesãos criam produtos provenientes das mais diversas matérias-primas, tais como: fios, couros, miçangas, pedras, sementes, tecidos, madeira entre outras, onde tais técnicas dão forma a bolsas, adereços pessoais, utensílios domésticos, bijuterias e artefatos da cultura regional. Há também os artistas plásticos que pintam telas e criam as suas obras na própria Praça. Tais artistas exploram as temáticas regionais, tais como: cavalos, laços, ferraduras e escudos, e segundo eles, são estes os produtos mais procurados, indício de que o artesanato busca a valorização das raízes e reforça os costumes locais e regionais.

Porém, é preciso inovar e qualificar a produção artesanal da feira, sendo esta também uma das proposições do Projeto Monumenta Porto Alegre. Já ocorreram algumas oficinas, a partir do ano de 2003, coordenadas pela equipe do Projeto e pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

---

<sup>115</sup> Antônio, artesão entrevistado em outubro de 2005.

Pequenas Empresas). A temática da valorização das raízes locais é fonte de criação, sobrevivência e de manutenção desta expressão popular que é o artesanato.

Tal trabalho proporcionou a união do artesão ao *designer*, um contribuindo na criação do outro, o *designer* indicando o aperfeiçoamento para dar qualidade, apontando algumas soluções para a forma e o artesão trazendo a experiência da tradição, das suas “maneiras de fazer” na manipulação dos materiais.

A partir daí surge, então, a Coleção Jacarandá, idéia experienciada pelos artesãos, que se lançaram em sua própria pesquisa nos elementos marcantes do seu lugar, da sua Praça. Tal entusiasmo está expresso no depoimento da artesã que trabalha com fios apud por AQUILINO:

*“Fui presidente da Feira de Artesanato da Praça da Alfândega por oito anos e estou vendo novamente aqui uma luz que já tinha percebido antes, há muitos anos atrás. Isso tudo nos estimula a despertar para um novo processo criativo, para um lado artístico que estava adormecido em nós.”<sup>116</sup>*

O resultado do produto, a exemplo da “Coleção Jacarandá”, incorpora elementos como a cor da flor, a semente, e outros que simbolizam o ambiente da Praça florida, das ruas da cidade de Porto Alegre. Para a artesã a proposta dessa coleção, num primeiro momento, trouxe certa insegurança, conforme relata Isabel:

*“Alguns dos artesãos estão com medo de perder o espaço da feira porque o projeto da prefeitura é diminuir as bancas de 78 para 50 tirando os produtos industrializados e deixando somente o que é artesanato, gostei das oficinas, mas ainda me sinto insegura com a proposta.”<sup>117</sup>*

---

<sup>116</sup> AQUINO, Alfredo. **Nós Somos da Praça**. Porto Alegre: programa Monumenta, 2004, p. 32.

<sup>117</sup> Isabel, artesã, entrevistada em março de 2005.



Figura 13: estande da coleção Jacarandá exposto na Feira do Livro de 2005, acervo da autora.

Uma proposta nova provocou estranhamento nos artesãos que mesmo reconhecendo a intenção principal da qualificação do seu produto, sentiram-se receosos em aderir à idéia. Todavia, com o reconhecimento da qualificação do seu produto pelo público, que também se dá pelo estabelecimento de critérios do que vai ser exposto, onde tal insegurança inicial dá lugar à satisfação profissional.

Por enquanto, a proposta da coleção foi apresentada ao público somente em alguns eventos, como a última Feira do Livro, já com a falta de muitas peças, e há, ainda, alguns objetos que estão expostos cotidianamente na Praça, mas em poucas bancas.

A segunda representação de anfitrião encontra na figura do engraxate expressão. Eles compõem o ambiente da Praça da Alfândega a mais de 50 anos, segundo relato dos mesmos, e ao todo são 21 profissionais licenciados também pela SMIC (Secretaria da Industria e Comércio) de Porto Alegre.

A valorização do trabalho desses anfitriões está também na tradição do seu ofício, no brilho das cores, nas técnicas do lustrar, onde os fregueses podem se espelhar nos seus sapatos – são as “maneiras de fazer” que se perpetuam no tempo.

Tal como mostra a figura abaixo, clientes são antigos fregueses, fiéis aos seus engraxates, justificado nos “cuidados” que Júlio dispensa na arte de bem receber do seu ofício de engraxate, diz ele:

*“A idéia foi de organizar a classe, nós trabalhávamos com guarda-sóis, cada engraxate tinha dois, e a gente dependia de patrocinador, mas também não era bom porque não tinha como guardar. Nós do grupo e mais um serralheiro conhecido montamos o projeto desta cobertura retrátil, mostramos para o Banrisul, e eles disseram que pra patrocinar a gente tinha que se organizar numa associação, aí surgiu a Associação dos Engraxates de Porto Alegre. Só aqui na Alfândega são 21 cadeiras, já faz 4 anos que criamos a Associação, mas só aqui que tem esta cobertura retrátil. Trabalho aqui há 15 anos, o dia-a-dia é bom, a luta é pra conseguir os fregueses, o deslocamento de alguns dos serviços públicos para fora do centro. Mas tenho freguês de carteirinha, cada engraxate tem os seus e eles normalmente são fieis, se o engraxate deles não está eles passam reto”.<sup>118</sup>*



Figura 14: engraxate e visitante da Praça da Alfândega, acervo particular da pesquisadora, dezembro 2005.

<sup>118</sup> Júlio, engraxate, entrevista em dezembro de 2005.

Para manter a tradição do ofício, os engraxates se organizaram enquanto grupo para buscar a qualificação das suas bancas e para estabelecer formalmente um diálogo com a sociedade. São as quatro décadas vividas pelo engraxate Mathias que expressam os laços estabelecidos no espaço e aponta, por exemplo, os entraves enfrentados junto aos procedimentos burocráticos exigidos pelo poder público local:

*“Já faz mais de 40 anos que eu trabalho aqui, na época nós procuramos a SMIC para tirar o alvará pra poder trabalhar, pra conseguir as cadeiras. Aqui funciona de segunda a sábado, mas o único dia que eu não venho é no sábado”.*<sup>119</sup>

A Feira dos artesãos e as bancas dos engraxates compõem um espaço de circulação e comercialização possuindo códigos particulares. As práticas exercidas em ambas as realidades são geradas por grupos sociais historicamente constituídos que, ao considerar o *habitus*<sup>120</sup>, os seus códigos particulares, possibilitam a compreensão do espaço vivido e habitado por meio das suas práticas.

É o *habitus* do comércio, outrora dos quitandeiros, hoje dos artesãos e dos engraxates, é o *habitus* da diversão, outrora dos cafés, hoje dos museus e centros culturais. São as formas de re-elaboração do espaço a partir das suas novas funções.

Os anfitriões também expressam as preocupações com o acolhimento ao visitante devido os percalços com a segurança e com o cuidado do espaço do Sítio. Os problemas citados por eles são dificuldades e conflitos comuns aos Sítios Urbanos de cidades com uma população numerosa, porque a violência urbana é uma situação global e não específica de Porto Alegre. O

---

<sup>119</sup> Mathias, engraxate, entrevista em dezembro de 2005.

<sup>120</sup> CERTEAU, Op. Cit. (1994).

engraxate Júlio relata a evasão dos clientes, ao longo das últimas décadas, devido à insegurança no local. Segue a sua fala:

*“Muitos fregueses não vêm por causa da violência urbana, da sujeira, do descaso com as coisas públicas. Aqui precisa de um posto da Brigada, mais segurança, organizar, mais banheiros, local para guardar as nossas coisas, está previsto no Projeto do Monumenta. Tem que organizar os jogos, essas coisas”.*<sup>121</sup>

O fluxo intenso de pessoas, a posição geográfica do Sítio e a malha de transporte público que está nos arredores são fatores que atraem a presença de marginais e a ocorrência de atos ilícitos na área central da cidade. Porém, para os artesãos Antônio e Jaqueline, a posição da feira na forma de um “corredor polonês” inibe tais ocorrências:

*“A cidade quase toda desemboca aqui, o metrô, as principais ruas, principalmente o pedestre vem todo pra dentro da praça, então é comum que tenham pessoas mal intencionadas no sentido de bater uma carteira, em se aproveitar do velhinho, mas nunca aconteceram grandes crimes na Praça da Alfândega, dentro da Feira de Artesanato nunca aconteceu nenhum tipo de desordem, nós somos 80 famílias e ninguém pode reclamar de algo grave, para um centro de cidade isto é muito bom. Então eu acho que nunca teve um grupo de pessoas ligado a segurança pública direcionado específico pra cuidar já que 40 a 50 mil pessoas diariamente passam no Largo dos Medeiros, ou no Largo da Sete de Setembro, na Praça da Alfândega, teria que ter uma assistência melhor, a população gosta de ter o policial”.*<sup>122</sup>

*“Acho a praça atrativa, mas tem pouca segurança, só isto. As pessoas não têm oportunidade de vir e sentar na praça, a pessoa vem e fica amedrontada. Tem muito assalto no meio e fizemos questões de avisar, não vá pro meio da praça, quando estão dentro da feira é seguro, mas avisamos pra não ir pro meio da praça”.*<sup>123</sup>

Se por um lado, alguns artesãos acreditam que na Feira o visitante está seguro porque a ocupação do espaço animado inibe a ação de

---

<sup>121</sup> Júlio, engraxate, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>122</sup> Antônio, artesão, entrevista realizada em outubro de 2005.

<sup>123</sup> Jaqueline, artesã, entrevistada realizada em outubro de 2005.

pessoas mal intencionadas, por outro há quem reconheça os problemas de segurança comuns às áreas centrais urbanas das cidades.

### 6.1.2 Fragmentos da Memória e Configurações do Imaginário

As lembranças das vivências mostram o trabalho da memória que se constitui nos laços sociais, demarcando o espaço de pertencimento do grupo e singularizando uma memória coletiva. Assim, no encontro dos sujeitos a memória coletiva é um dos suportes essenciais para a definição dos laços de identidade que se mantêm no presente.

No relato das entrevistas, a configuração do imaginário social do Sítio Histórico Urbano desta pesquisa, aparece através dos fragmentos da memória dos anfitriões.

Nesses termos, a Praça da Alfândega, na fala do engraxate Mathias - *“há 40 anos atrás era uma Praça de rico, tinha os cafés, o Café Praiana, era muito bom”*<sup>124</sup> – recupera laços sociais do Sítio da primeira metade do século XX enquanto ponto de convergência de escritores, cronistas, jornalistas; espaço de encontro em torno dos cafés, dos cinemas e das livrarias.

Tanto o grupo de anfitriões artesãos, quanto dos engraxates, expõem suas recordações a respeito da trajetória de apropriação do espaço do Sítio e atribuem valores simbólicos a tais vivências começando pelo relembrar. O relato das sociabilidades nos cafés, do cuidado com o ajardinamento, das mudanças na configuração espacial da Praça, todos são fatos que correspondem a momentos que tais informantes testemunharam, ou ainda, compartilharam experiências coletivas em torno de tais práticas, conforme seguem as falas do artesão Antônio e do engraxate Júlio, respectivamente:

---

<sup>124</sup> Mathias, engraxate, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*“Trabalho com sementes e fibras vegetais. Tenho mais de 30 anos no artesanato e 23 anos em Porto Alegre. Sempre trabalhei no centro, na Rua da Praia, na Sete de Setembro. Trabalhei na Ladeira, depois eu fui pro calçadão da Rua da Praia e depois eu vim pra Alfândega. Foram os bichos grilos que começaram o movimento, depois, o movimento hippie ficou forte em Porto Alegre, chamando a atenção dos deputados estaduais e tais deputados quiseram organizar uma feira de artesanato. Entendiam que a feira seria uma boa opção, e assim surgiu a feira”.*<sup>125</sup>

*“Teve um tempo em que a prefeitura cuidava diariamente do ajardinamento, tinha gente toda semana aparando a grama e cuidando, de uns anos pra cá a Praça foi abandonada”.*<sup>126</sup>

O artesão Antônio cita a Ladeira, atual Rua General Câmara, muitos nomes antigos de ruas ainda permanecem na memória coletiva dos anfitriões e de parte da população porto-alegrense. A Ladeira foi e continua sendo a ligação mais direta entre as Praças da Matriz e da Alfândega. Outro exemplo de rua que popularmente são lembradas por seus antigos nomes é a Rua da Praia, atual Rua dos Andradas.

A diversidade nas ocupações neste espaço também é descoberta no cruzamento dos relatos com os fatos históricos do Sítio. Hoje, há um grupo de índios que comercializa produtos artesanais, ocupando os arredores da Praça, no cruzamento da Ladeira (General Câmara) com a Rua da Praia (Andradas), onde era o Largo dos Medeiros, um dos tradicionais pontos de encontro da população na década de 1950. Próximo a esse local, conforme enfatiza a artesã Isabel: *“... as pesquisas descobriram que esta praça foi um território indígena, isto fez os arqueólogos se interessarem mais pela praça”*<sup>127</sup>, assim o indígena se faz presente neste Sítio, referendando a continuidade do uso do espaço através do tempo.

---

<sup>125</sup> Antônio, artesão, entrevista realizada em outubro de 2005.

<sup>126</sup> Júlio, engraxate, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>127</sup> Isabel, artesã, entrevista realizada em março de 2005.

O imaginário poético da Praça da Alfândega aparece nos depoimentos noticiados pela imprensa local dos artistas plásticos, dos escritores, de cronistas, assim como no relato de Antônio e do engraxate Mathias – contam eles:

*“Já o dia a dia da praça é uma maravilha, porque tem a feira de artesanato, tem os pássaros, tem as árvores, tem as flores, têm os bancos, o acervo cultural, os idosos, a diversidade é muito grande, a Praça da Alfândega é muito rica em todos os sentidos. Só tenho recordações boas, uma praça que estava atirada, e hoje não está mais. Os prédios, o MARGS, o Santander, tenho prazer de ir nestes lugares. A Praça é algo de poesia, algo bom, que todos tem orgulho de conviver com a velha Praça da Alfândega”.*<sup>128</sup>

*“Tenho fregueses de muito tempo, que vem sempre, me lembro do Mário Quintana, uma vez ele chegou aqui com um sapato azul e outro preto, eu agarrei e perguntei pro rapaz que veio com ele se ele não tinha visto e ele me respondeu que não viu, aí eu fiz os dois pés, ele já estava com bastante idade e ele não viu, então ficou com um azul e outro preto, isto foi uma coisa engraçada, mais o Mário Quintana sempre estava por aqui. Ele era de pouca fala, se falasse com ele aí saía uma conversa”.*<sup>129</sup>

A poesia também está, por exemplo, na materialização da obra do artista plástico Xico Stockinger, a estátua de bronze de Mário Quintana conversando com Carlos Drummond. A escultura reproduz a imagem dos poetas conversando, eternizando na dureza do bronze o imaginário de uma praça que inspira poesias do cotidiano porto alegre.

### **6.1.3 Práticas Sociais do Encontro entre Anfitriões e Visitantes**

De quando em quando a rotina da Praça da Alfândega é transfigurada pelo movimento de pessoas dos eventos que, tradicionalmente, animam e atraem um numeroso público. Tais acontecimentos oportunizam um diferente encontro entre os anfitriões e os visitantes, intensificando as suas vivências no espaço através das práticas sociais.

<sup>128</sup> Antônio, artesão, entrevista realizada em outubro de 2005.

<sup>129</sup> Mathias, engraxate, entrevista realizada em dezembro de 2005.

A tradicional Feira do Livro, o tão lembrado Fórum Social Mundial, a Bienal de Artes Visuais do Mercosul e o Natal da Matriz são alguns dos eventos mais importantes que acontecem neste Sítio, e/ou próximos a ele.



Figura 15: Representação do presépio para o Natal na Praça da Matriz, dezembro 2005. Acervo da autora.

Os anfitriões da Praça, tanto os artesãos da Feira da Alfândega, quanto os engraxates, reconhecem os eventos como um segmento forte para a cidade de Porto Alegre, entendem que tais acontecimentos possibilitam a cidade dar-se a conhecer em suas outras atratividades. Segue a fala da artesã Jaqueline:

*“Os eventos são bons, sou fã da Feira do Livro, tem um valor enorme porque traz gente de fora, a Bienal em São Paulo é uma coisa fora de série, maravilhosa, o que tu procura tu acha, mas não é quase visitada, vai só quem frequenta o meio, é só pra uma elite, e aqui não, vem todo tipo de gente, as vilas, então acho que este é o grande valor que tem. Faz falta eventos em todas as épocas, o Porto Alegre em Cena fazia encenações aqui no meio da praça e este ano eles não vieram, teatro de rua é muito bom, antes tinha a Feira do Disco, e hoje não tem mais. Faltam coisas como uma praça de alimentação, ficar por aqui, beber algo, olhar para a Praça que é*

*linda. Tem diversidade, vem pessoa de todas as tribos, vem pessoas da zona sul, da zona norte, não acolhe um tipo só de pessoas, acolhe todo mundo*".<sup>130</sup>

Desde o ano da inauguração, 1955, a Feira do Livro cresce e consolida-se como um dos eventos mais populares da cidade, recebendo mais de um milhão de visitantes, principalmente de escritores, professores, estudantes e acadêmicos, intelectuais, profissionais liberais, crianças, idosos, curiosos e pessoas em geral, que, nesses dias, vão até a Praça da Alfândega para tomar contato com os livros e tudo mais que a eles se relaciona.

A Feira incorporou uma magia que mantém um ritual todo especial, do primeiro ao último dia, com a sineta de inauguração; com as barracas organizadas em meio a árvores, jardins, ruas e prédios; os saldos de livros em que se acha de tudo; os palhaços para entreter as crianças; os corredores cheios de gente; e, também, o ar cultural do "bistrô" do MARGS (Museu e Arte do Rio Grande do Sul). Todas as vivências, propostas nessas práticas, são exemplos de apropriação do espaço da Praça, revivida a cada ano constituindo o imaginário de um Sítio Histórico animado, organizado e que possibilita uma interação entre o patrimônio edificado e as atividades de animação.

---

<sup>130</sup> Jaqueline, artesã, entrevista realizada em outubro de 2005.



Figura 16: Tenda dos autógrafos na Av. Sepúlveda, na 51ª Feira do Livro. Foto: Cristine Rochol / PMPA, 11/11/2005.

Em todos os relatos dos informantes, tanto dos anfitriões quanto dos demais informantes (planejadores e agenciadores), o evento do Fórum Social Mundial é lembrado como um marco de mudança para o turismo na cidade. Assim, conforme profere o artesão Antônio:

*“Aconteceu aqui em Porto Alegre uma coisa muito maravilhosa que foi o Fórum Social Mundial, a imprensa anunciou muito, a cidade dos toldos, que ano passado ficou reprisando no SBT<sup>131</sup>, em homenagem a Semana de Porto Alegre. Este evento trouxe pessoas do mundo inteiro, conseguiram fazer coisas tão boas que a cidade ficou conhecida, Porto Alegre é a capital mundial do Fórum Social, então o mundo veio até Porto Alegre. Foi fundamental pra preencher aquilo que faltava pra cidade. É uma pena que saiu daqui, eu gostaria que rolasse todos os anos, é claro que isto não é possível, mas é uma das grandes coisas que aconteceu. Toda a cidade, o centro, a Cidade Baixa, pro lado do Parcão, tava movimentado, foi um sucesso. É uma coisa que já tentaram fazer em outros países e não deu certo, por isto que eu digo que é uma coisa mística, dá certo aqui. Porque o Fórum Social Mundial, eu tive visitando, fizeram o evento literalmente dentro do banhado, dentro d’água, dentro do Guaíba, nas sobras da cidade e deu certo, e isto é incrível, são lugares que as religiões vão entregar as suas oferendas, foi onde surgiu a cidade dos toldos, é curioso isto”.*<sup>132</sup>

<sup>131</sup> Sistema Brasileiro de Televisão, TV SBT Canal 05 de Porto Alegre.

<sup>132</sup> Antônio, artesão, entrevista realizada em outubro de 2005.

Um evento, que tem como alicerce a dimensão social, traz visibilidade para a urbe. Na compreensão da participação solidária de construção da proposta principal deste Fórum, que acredita que Um Outro Mundo é Possível, o encontro transpassa barreiras e fortalece o imaginário da cidade de Porto Alegre na diversidade étnica, de uma urbe da inclusão social, da participação popular e, porque não dizer, da preservação patrimonial que também constitui a cidadania.

O uso do espaço nesses acontecimentos programados aproxima os moradores do Sítio, tanto originários da zona norte, quanto da zona sul, ou ainda, das demais regiões da cidade e de seus arredores, porque tais sujeitos têm um motivo para se deslocarem até esta área central. A ocasião também possibilita momentos de estranhamento com a descoberta de referenciais dantes desconhecidos, tal questão é pronunciada pelo engraxate Júlio:

*A Brigada Militar faz a colação de grau na Praça, é bom que aconteça este tipo de evento aqui, além da Feira do Livro para as pessoas perderem o medo da Praça. Na Feira do Livro tinham bastante turistas, eles pedem informações sobre os bancos, perguntam do MARGS.<sup>133</sup>*

Além dos eventos, o cotidiano da Feira e das bancas também possibilita o encontro entre os anfitriões e os visitantes, no momento da busca dos atrativos da Praça da Alfândega, dos seus entornos, os visitantes se deparam com os anfitriões e com as suas práticas profissionais. Percebe-se que cada anfitrião tem a sua leitura deste encontro, mas todos reconhecem a importância do momento. Para evidenciar tais percepções, seguem as falas dos artesãos Isabel, Jaqueline e Antônio:

*“Atendo também turista, trabalho mais por encomenda porque é uma característica do fio, as clientes querem produtos que combinem com a sua casa, etc... tenho muitas clientes e uma é especial, é uma turista da Itália que descobriu o meu trabalho a quatro anos atrás, e faz encomendas até hoje, ai ela pedi pra uma parente dela que mora aqui em Porto Alegre, que depois manda a encomenda pra Itália. A maioria das vezes é pano de prato pintado com cestas de frutas, elas acham as cores alegres e as frutas*

---

<sup>133</sup> Júlio, engraxate, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*bonitas... vem mais turistas no período de novembro a abril e depois em junho e julho, no último Fórum Social Mundial teve bastante movimento...*<sup>134</sup>

*“Não tem visitante que vem só pra visitar Porto Alegre, mas tem muito visitante que vem a congresso e que acaba visitando a Praça porque estamos cercados pelo MARGS, Santander, muitos visitantes, você vê pessoas que vem por uma atividade congresso, intercâmbios. Os visitantes querem informações sobre lugares para comer, é o que mais perguntam e as vezes a onde dormir. Não me perguntam muito sobre o trabalho do artesanato, acho que é porque o meu artesanato não é muito típico, mais nas barracas de cuias, eles perguntam como se bebe e como se faz o chimarrão, como conseguir a erva. Conheço os prédios do entorno, todos. Além dos da Praça tem o Mário Quintana, o Érico Veríssimo, tudo isto pertinho, e isto chama o visitante. Os turistas vêm o ano inteiro, esta semana tinha muitos argentinos e peruandos que vieram de intercâmbio”.*<sup>135</sup>

*“Visitantes são pessoas do mundo inteiro, me tornei internacional por causa disto. Tenho peças bem confeccionadas em vários países do mundo, posso falar que vendi pra Portugal, pra Austrália, Estados Unidos, França, Espanha, todos os dias eu estou atendendo pra algum lugar do mundo, e elas vêm e participam. A principio, da Borges de Medeiros em direção ao Gasômetro, este é um lado místico da cidade e são poucas pessoas que conseguem sentir isto. Mas aqui não sobrevive qualquer tipo de atividade, você pode ver que o artesanato, os artistas, a cultura, a comunicação, e tudo aquilo que tá ligado diretamente a cultura mais expressiva da cidade rola por aqui, não é aquele centro de Porto Alegre onde as pessoas disputam um espaço utilizando isto como uma situação única de acumulo de dinheiro, então é a parte mística mesmo, as pessoas trabalham por prazer. E isto chama o visitante, a pessoa mais esclarecida consegue perceber isto.”*<sup>136</sup>

Essas informações obtidas a respeito do encontro entre os visitantes e os anfitriões surpreendem, em especial com relação à criatividade na perenidade das formas de contato bem como pela riqueza da identificação da origem de tais visitantes e as suas necessidades. Uma relação que dura, há pelo menos quatro anos, entre uma artesã da Feira de Artesanato e um turista da Itália, é um indicador da qualidade do trabalho de alguns artistas e da saudável relação estabelecida entre tais pares.

<sup>134</sup> Isabel, artesã, entrevista realizada em março de 2005.

<sup>135</sup> Jaqueline, artesã, entrevista realizada em outubro de 2005.

<sup>136</sup> Antônio, artesão, entrevista realizada em outubro de 2005.

O trabalho do artesão Antônio está na vitrine do mundo quando o visitante adquire o artesanato, os artistas sentem-se valorizados e ligados com o mundo, isto está claro na já citada expressão: “*me tornei internacional*”. A diversidade de países presentes no relato do artesão surpreende e abre um canal de fonte de informação a respeito da origem dos visitantes na cidade, que não está contabilizada nas pesquisas formais dos órgãos gestores de turismo, cursos de turismo e demais entidades do *trade*.

## **6.2 OS PLANEJADORES INSTITUCIONAIS DO SÍTIO**

Esta categoria corresponde aos agentes planejadores que propõem e executam as ações de intervenção nos espaços através das suas práticas profissionais. Tais intervenções contribuem para que as Praças da Alfândega e da Matriz, juntamente com seus entornos, consolidem-se como um Sítio Histórico Urbano qualificado.

Os técnicos entrevistados possibilitam, através dos seus relatos, a composição da amostra a respeito das principais propostas de revitalização para o Sítio Histórico Urbano em questão. Tais informações também são organizadas seguindo as experiências cotidianas e os fragmentos de memória constituídos na relação destes informantes com o Sítio.

### **6.2.1 As Práticas Intervencionistas dos Agentes Planejadores**

São muitas as propostas de intervenção ocorridas neste Sítio Histórico nas últimas décadas. Como exemplos: o Projeto de Humanização do Centro no governo Alceu Collares (1987), o Plano de Valorização Ambiental e Cultura no governo Olívio Dutra (1989) e o Programa de Revitalização do Centro no governo Raul Pont (1999). Todos esses apresentaram propostas de

intervenção com vistas a melhorias na área central, conseqüentemente, neste Sítio Histórico.

O Projeto de Humanização do Centro (1987) apresentou como principais linhas: a) recuperação dos tradicionais espaços de lazer do centro (como a restauração do Mercado Público e liberação da Rua General Câmara), b) ampliação dos espaços culturais e artísticos (a exemplo a Rua do Livro na Riachuelo), c) preservação e ampliação dos espaços verdes, d) recuperações dos espaços verdes, e) recuperação dos espaços para pedestres (remanejo de camelôs, ambulantes e artesãos).

O Plano de Valorização Ambiental e Cultural (1989) teve como conceitos fundantes: o espaço público, a modernidade e a segurança. O espaço público tendo que se relacionar com a atividade comercial, e ainda a obrigação de sociabilizar a cidadania, possibilitando alternativa de consumo, cultural ou de lazer.

Enquanto que o Programa de Revitalização do Centro (1999) objetivou melhorar a paisagem urbana e a qualidade de vida, sempre com a parceria entre os órgãos públicos municipais e o setor privado. As principais ações propostas eram de restauro, projetos arquitetônicos e projetos especiais.

Se por um lado algumas destas propostas de intervenção foram realizadas, por outro ainda há questões que permeiam as discussões da tão sonhada revitalização do centro. Tais problemáticas são lembradas e fazem parte, junto com tantas outras, da história do planejamento urbano da cidade de Porto Alegre. Todavia, são indícios do que se institui, até este momento, como uma revitalização institucionalizada, fruto das propostas dos agentes planejadores.

Sendo assim, os relatos dos informantes planejadores são conduzidos pelo questionamento das tendências nas intervenções de revitalização ocorridas no mundo e também quanto às propostas de revitalização para a cidade de Porto Alegre. Indaga-se como o turismo contribui em tais propostas, afunilando na leitura de tais planejadores quanto a concepção e implantação do Projeto Monumenta Porto Alegre - a mais recente proposta de revitalização para o Sítio Histórico desta cidade.

No entendimento do técnico<sup>137</sup> da Secretaria Municipal de Cultura:

*“Os programas de revitalização tornaram-se uma tendência em várias cidades latino-americanas e na Europa. O tempo acelerado em que a sociedade atual vive acaba ficando sem referenciais. Se, o centro urbano é descaracterizado muito rápido, as pessoas não têm nenhuma referência, tanto os habitantes quanto os que vêm de fora. Então, a partir da década de 80 e, principalmente na década de 90, surgem vários programas de revitalização que colocam as referências para população, buscando-as no passado. Então, a sensação é de que muda a desaceleração do tempo”.*

Os grandes centros brasileiros buscam a revitalização de seus espaços centrais por meio da implantação de projetos para animar e reabitar tais espaços, visando a ampliação do fluxo de visitantes e o retorno do uso habitacional e comercial. A promoção da apropriação turística destes visitantes nos sítios históricos urbanos situados, nas áreas centrais, tem como objetivo suprir a lacuna do esvaziamento de sentidos do patrimônio histórico e depende do cuidado com a manutenção de tais espaços, conforme pronuncia a técnica do órgão público de Turismo:

*Precisamos que o centro histórico de Porto Alegre tenha animação, limpeza, segurança, enfim, condições de receber um fluxo de pessoas, um centro histórico organizado e muito bom para a nossa comunidade, e conseqüentemente, para quem nos visita. O turismo se vale dos ambientes saudáveis, assim estamos trabalhando em conjunto com outras secretarias, planejando uma série de ações, principalmente na Praça da Matriz a fim de que esta se torne um ambiente saudável. É uma praça que reuni em seu*

---

<sup>137</sup> Técnico da Secretaria Municipal da Cultura, entrevista realizada em outubro de 2005.

*entorno cinco poderes: legislativo, executivo, judiciário, o religioso e a cultura.*<sup>138</sup>

A técnica adverte que o turismo “se vale dos ambientes saudáveis”, isto porque a salubridade dos espaços urbanos é essencial para o bem estar dos visitantes, tanto dos moradores quanto dos turistas. Para cuidar de tais espaços é preciso unir esforços, sendo assim, os órgãos públicos que apresentam interfaces frente às intervenções em tais espaços urbanos precisam atuar em conjunto, citando a experiência na Praça da Matriz.

Destaca-se também a nomeação dos poderes que estão ao entorno desta Praça, considerando a cultura como um desse poderes, é o poderio da representação parcial dos padrões sociais das sociedades, suas crenças, conhecimentos, costumes e outras manifestações que ganha status, e onde supõe-se, num primeiro momento, que tal predicado associa-se a questão da mercantilização da cultura, de acordo com a fala da mesma:

*“Estamos participando de algumas reuniões que a SMAM está chamando, porque nós temos problemas bastante sérios nesta Praça, principalmente com relação as pessoas que vivem na rua. A FASC está formatando um programa específico porque não é simplesmente tirar estas pessoas destes lugares, mas sim construir alternativas. É um grupo de trabalho novo na prefeitura, participam representantes dos direitos humanos, da Brigada Militar, da FASC, da Cultura, do Programa Viva o Centro da Secretaria de Planejamento, a fim de que cada um execute melhor a sua parte. Ao Escritório de Turismo cabe reunir forças, junto a outras instituições e indivíduos que estão no entorno da Praça, a comunidade, moradores para que participem destas ações. Além disto, em conjunto com a Secretaria da Cultura, temos algumas proposições de animação. Então, em nível municipal estamos nos atendo a esta Praça”.*<sup>139</sup>

Há uma complexidade na relação constituída entre todos os sujeitos planejadores porque este é um espaço de memória e de lazer, onde tais funções e vocações, muitas vezes, têm leituras distintas entre os técnicos, principalmente quanto às possibilidades de apropriação por parte dos usuários

---

<sup>138</sup> Técnica do Escritório Municipal de Turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>139</sup> Técnica do Escritório Municipal de Turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

deste Sítio. Tal diversidade profissional fica evidenciada na fala da técnica da Secretaria de Planejamento:

*Agora a Secretaria está iniciando a construção de um Plano Diretor para o Centro, é importante estabelecer diretrizes, sempre de uma forma transversal, entre as secretarias. Estamos formando uma comissão com a SMAM, EPTC, SMC, SMIC e coordenada pelo Planejamento, para decidir algumas coisas de forma integrada, posteriormente, conforme a temática, serão convidadas outras secretarias. Claro que este Plano estará contemplando o Plano Diretor da Cidade, até porque o PDDUA<sup>140</sup> prevê um plano específico para o centro devido as suas peculiaridades, com regime urbanístico específico, e tantas outras questões. Claro que estamos vendo o que já existe, tanto é que existe um trabalho da Secretaria da Cultura que a gente vai ter que usar, que diz respeito a determinação das Áreas Especiais de Interesse Cultural, inclusive do centro. Depois deste diagnóstico prévio estamos prevendo as discussões com a comunidade organizada, via Fórum de Planejamento do Centro.<sup>141</sup>*

O plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental é um instrumento do planejamento que exige tal exercício interdisciplinar entre as secretarias para a sua aplicação. A construção de um plano diretor específico para o Centro retoma a forma de gestão dos espaços públicos diante das necessidades de cada secretaria e que, mais uma vez, não inclui os representantes do turismo nas comissões de trabalho.

Um exemplo recente de práticas de intervenção no Sítio em estudo é o Projeto Monumenta Porto Alegre, já citado desde o capítulo 1, o qual dispõe de recursos provenientes do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com o apoio da UNESCO e que exigiu a elaboração de uma série de estudos<sup>142</sup> para que este Sítio Histórico Urbano fosse contemplado. O principal objetivo do projeto Monumenta Porto Alegre é a qualificação do Sítio, que

---

<sup>140</sup> Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre.

<sup>141</sup> Técnica da Secretaria de Planejamento Municipal, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>142</sup> O BID repassa os recursos para o Ministério da Cultura. Tais organismos exigiram 5 (cinco) tipos de estudos para que a cidade de Porto Alegre estivesse habilitada a participar deste Programa que envolve 27 cidade do país. Tais estudos versaram sobre os seguintes assuntos: (1) perfil do projeto, (2) pesquisa socioeconômica da população residente e estabelecimento comercial na área do projeto, (3) estudo do mercado imobiliário da área do projeto, (4) viabilidade técnica e (5) estudo da viabilidade sócio ambiental.

conforme a coordenação do projeto: *tem o intuito de torná-lo mais conhecido, valorizado e usufruído pela população assim como pelos visitantes*<sup>143</sup>. Já, nesse objetivo, constata-se a relevância do turismo para justificar a necessidade de intervenção nestes locais.

O projeto procura atender às principais demandas de conservação e restauração de espaços e edifícios históricos, propondo mecanismos de auto-sustentação desse patrimônio e estimulando novas atividades culturais e sociais no centro da cidade.

A Unidade Executora do Projeto (UEP) Monumenta Porto Alegre é a instituição coordenadora e gestora do projeto, contando também com a participação de diversos órgãos do governo municipal, entre eles destacam-se a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), a Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Todas as ações são supervisionadas por este colegiado de secretarias e também pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) de Brasília.

Para a técnica do Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal:

*O Monumenta é um programa que está polindo o patrimônio porque trouxe investimentos pesados para o restauro, um volume grande para restauro de importantes prédios, então isto é uma conquista, um projeto que foi bastante negociando e que está trazendo seus resultados, o Monumenta está entrando no restauro porque é preciso. Acredito que o nosso centro vai ganhar vida quando ele deixar de ser uma área quase que somente comercial, tenho observado que as pessoas estão voltando a morar no centro, mas as pessoas estão retomando e entendendo que este pode ser um lugar agradável de morar, que tem um eixo cultural muito forte, com os museus, o memorial, todos com uma ampla agenda cultural. Já foi um lugar muito legal de se morar e pode voltar a ser. É preciso*

---

<sup>143</sup> Coordenação do Projeto Monumenta, entrevista realizada em março de 2005.

*trabalhar para que as pessoas possam circular a noite, cuidar da iluminação, da segurança, da animação e também da visitação.*<sup>144</sup>

Tal interpretação pode estar atrelada a uma mudança, que ainda está num processo de reaproximação da população com o Sítio Histórico enquanto um espaço de lazer e lugar de memória.

O Projeto Monumenta Porto Alegre constitui-se espacialmente em torno de dois eixos, um longitudinal e outro transversal à linha d'água do Lago Guaíba, ao longo dos quais se concentram espaços e edifícios históricos. O eixo transversal corresponde à área da Praça da Matriz até o Cais Porto, onde predomina os monumentos e edificações públicas e o eixo longitudinal corresponde à parte da Rua dos Andradas até o Gas metro<sup>145</sup>.

Conforme os documentos que compõem o projeto, as principais estratégias são: melhorias da acessibilidade, tratamento dos espaços públicos, valorização das qualidades c nicas e visitação aos monumentos. A coordenação do Projeto expõe as intervenções para melhorias na acessibilidade:

*“Quanto a melhoria da acessibilidade está prevista a abertura e mudança de sentido de circulação de várias vias, a implantação de travessias com condições especiais de segurança para os pedestres, a exemplo da travessia da Avenida Mauá na altura da Avenida Sepúlveda, para acesso ao Porto pelo pórtico do Cais, com a criação de uma larga passagem, com pavimentação diferenciada.*<sup>146</sup>

Os terminais de transportes públicos intermunicipais existentes na área, por sugestão da coordenação do Projeto, foram remanejados pela EPTC (Empresa Porto Alegrense de Transporte Coletivo), saindo da Avenida

---

<sup>144</sup> Técnica de Planejamento do Escritório Municipal de Turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>145</sup> Vide a figura 2 no capítulo 5 da descrição do Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre a ilustração do perímetro urbano que corresponde ao Projeto Monumenta Porto Alegre.

<sup>146</sup> Coordenação do Projeto Monumenta, entrevista realizada em março de 2005.

Sepúlveda para o Viaduto da Conceição, reduzindo, assim, o impacto da movimentação de ônibus, ambulantes e outras atividades que visam os passageiros de ônibus, conforme propõe a coordenação do Projeto:

*“Com relação às intervenções no espaço público está sendo licitado o projeto arquitetônico das vias e das praças, já fizemos um briefing das diretrizes que o projeto deve seguir. Estas diretrizes foram elaboradas por uma comissão e dizem respeito a proposta de restauração e de resgate de algumas formas históricas documentadas que necessita retomar a descaracterização mas também pretende-se modernizar o mobiliário urbano das praças (sanitário, banca de revista, exceto a Vera Cruz que é histórica, bancadas para os engraxates, luminárias, lixeiras, etc.... A previsão de início das obras é para o segundo semestre de 2004 ou primeiro semestre de 2005”.*<sup>147</sup>

Buscando averiguar quais ações foram realizadas até o presente momento retorna-se, após um ano, a equipe técnica da UEP (Unidade Executora do Projeto Monumenta) para questionar a respeito da atual situação do mesmo.

*“Com relação à situação do projeto espaço público, foi feita uma licitação onde venceram duas empresas, o projeto executivo com orçamento, detalhamento, especificações técnicas, desenhos, perspectivas, do Cais do Porto, da Avenida Sepúlveda e da Praça da Alfândega, isto já foi entregue, então já está em Brasília para aprovação, agora estamos trabalhando na licitação das obras. Depois, por estes dias, receberemos o projeto da Rua General Câmara e da Praça da Matriz, ai nós mandamos para aprovação em Brasília. Nós achamos que o nosso recurso vai dar para fazer isto, o eixo da Matriz até a Alfândega, o nosso recurso vai até ai. Vai ficar faltando, por falta de recursos, as outras vias em volta da área do Monumenta, a Andrade Neves, a Caldas Junior, a Riachuelo, isto a gente não vai ter condições de fazer agora, fica o projeto pronto e se busca outros recursos”.*<sup>148</sup>

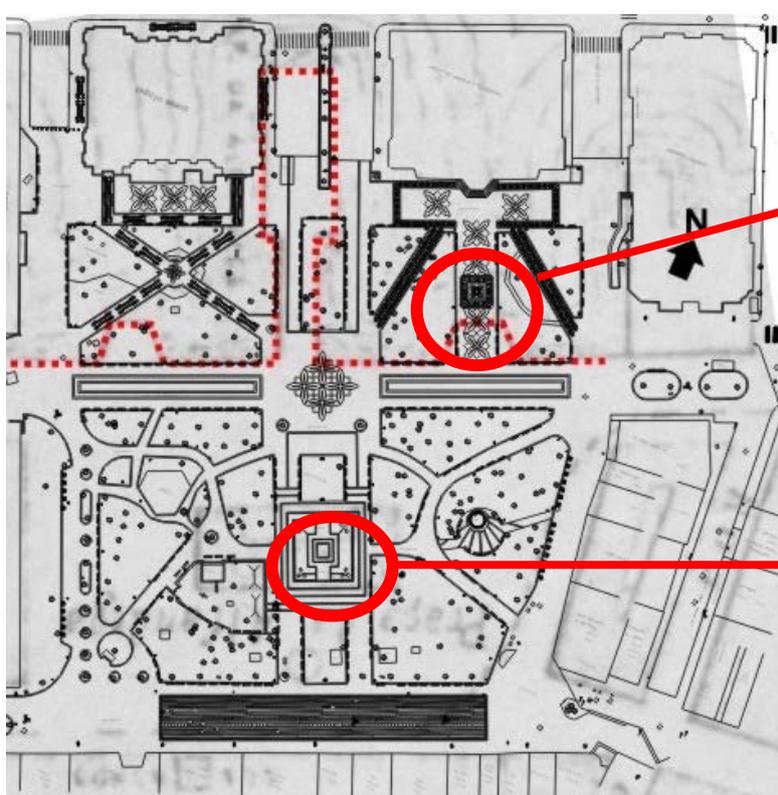
Está prevista também uma pesquisa arqueológica na Praça da Alfândega para evidenciar vestígios do trapiche, da capela e do casario açoriano dos primeiros moradores da cidade. Estes são tipos de ações que buscam a materialização das espacialidades perdidas e que, com os recursos

<sup>147</sup> Coordenação do Projeto Monumenta, entrevista realizada em março de 2005.

<sup>148</sup> Técnico do Projeto, entrevista realizada em dezembro de 2005.

e técnicas de resgate da memória e da história cultural, são possíveis de se concretizar. A intervenção seria a construção de “janelas” que possibilitem a visualização de tais vestígios, para a sua apresentação ao público, buscando harmonizá-las com o projeto interpretativo e de paisagismo da praça. A escavação arqueológica compreende inicialmente duas etapas, a primeira é o diagnóstico com o georadar, a qual já foi realizada, e a segunda será a escavação, que ainda aguarda encaminhamentos.

A Rua General Câmara, já citada como antiga Rua da Ladeira, será requalificada com o alargamento de uma das suas calçadas e a criação de patamares arborizados, com bancos e adequada iluminação pública, facilitando, assim, o acesso e incentivando a circulação de pedestres. Tais melhoramentos fortalecerão a ligação entre as duas Praças.



Escadaria da Praça da Alfândega, 1892



Prédio da Alfândega

Figura 17: demonstração gráfica da proposta para a escavação arqueológica. Fonte: acervo do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa

Enquanto na Avenida Sepúlveda o beneficiamento é de melhorias na pavimentação; reforço da iluminação pública e dos monumentos de seus entornos; alargamento do canteiro central, juntamente com a complementação do renque de palmeiras de grande porte, a fim de tornar a paisagem convidativa para os pedestres direcionarem-se ao Cais do Porto. O técnico do projeto expõe as ações propostas para os espaços públicos:

*As intervenções são: no Cais do Porto a requalificação do piso do paralelepípedo, iluminação cênica e iluminação mesmo, porque ali não tem quase iluminação, criar uma calçada pra quem vai cruzar a Mauá pra chegar ali, depois na Avenida Sepúlveda um alargamento da calçada com passagem pra portadores de deficiência, complementação da iluminação histórica, luminárias antigas que estão faltando, colocação de iluminação pra pedestres, vegetação nova, complementação das palmeiras imperiais e a substituição do asfalto por paralelepípedo original, então é uma volta a configuração original da rua. E na Praça da Alfândega é recompor os caminhos originais, recolocação dos sanitários, complementação das luminárias antigas, podas da vegetação, recolocação de bancos, colocação de pedras portuguesas, ajardinamento da praça, é isto que tem que ser feito. Na rua General Câmara é o alargamento de uma das calçadas pra facilitar o acesso. Na Praça da Matriz é só uma recomposição das luminárias antigas e uma troca do piso em volta do monumento a Júlio de Castilhos, que ali tem um basalto e a gente vai trocar pela pedra portuguesa que era o original. Estas são as intervenções no espaço público.*<sup>149</sup>

No eixo longitudinal do trecho sul da Rua dos Andradas encontra-se a Igreja Nossa Senhora das Dores, a qual representa uma forte carga simbólica e religiosa na história da cidade. Seus espaços internos e externos apresentam ampla potencialidade como complexo religioso e cultural. Trata-se de um imponente templo religioso da cidade, com suas duas torres e uma extensa escadaria. Tal edificação foi tombada como Monumento Nacional em 1938, sendo este o primeiro tombamento no Estado. De acordo com a coordenação do Projeto:

*“A Igreja, por sua excelente acústica, antes acolhia concertos e gravações, que tiveram que ser suspensos devido a risco de desintegração dos forros. Estes eventos eram uma fonte de recursos para a conservação do templo. Fizemos algumas propostas, como a instalação de um Museu de Arte Sacra, que seria o primeiro do*

<sup>149</sup> Técnico do Projeto, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*Estado, cujo acervo seria composto por bens da própria igreja somados ao acervo da Catedral Metropolitana, contendo imagens, objetos de culto, paramentos, etc, e a adequação do salão paroquial para acolher eventos, como festas de casamento, formaturas para o que já há demanda. Os recursos arrecadados com essas atividades contribuirão para a conservação da Igreja.<sup>150</sup>*

Ainda no entorno da Praça da Alfândega, dois pares de imóveis encontram-se listados para a obtenção dos benefícios do Monumenta. O primeiro prédio, composto pelo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa situado na Rua dos Andradas, esquina da Rua Caldas Júnior e o Museu Érico Veríssimo, instalado no Edifício Força também situado na Rua dos Andradas. Todas estas duas edificações são tombadas em nível estadual, sendo que a primeira foi construída ainda no século XIX para ser o primeiro jornal sul-riograndense, o Liberal, e a segunda guarda o acervo do escritor Érico Veríssimo e de outras autoridades da literatura gaúcha e um museu da energia, com investimentos da própria CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul).

São muitas as propostas de intervenções cogitadas a até projetadas para este Sítio Histórico, porém muitas destas não são executadas pela falta de recursos. É importante considerar que tais propostas fazem parte da cidade imaginada por seus planejadores e por seus parceiros, e isto também ocorre neste Projeto do Monumenta Porto Alegre. Um exemplo dessa realidade é o Museu de Percurso dos movimentos negros da cidade, que tem como objetivo recuperar as espacialidades perdidas, tais como o Largo da Força (em frente à Igreja das Dores), a Rua da Ladeira (atual General Câmara), o Beco do Fanha (atual Caldas Junior), entre outras.

Como equipamento para a implementação do Museu de Percurso a idéia é prover um conjunto de suportes que contenham as informações históricas, colocadas ao longo dos espaços e vias públicas, nos locais de maior densidade histórica, facilitando o entendimento da história da cidade,

---

<sup>150</sup> Coordenação do Projeto, entrevista realizada em 24/03/2004.

orientando os visitantes e auxiliando na educação patrimonial. Conforme o técnico da Secretaria de Cultura, que também é um dos afro-descendentes idealizadores do Museu:

*“O projeto do Museu de Percurso já existe a uns 4 (quatro) anos, desde a formação do CRAB (Centro de Referência Afro-brasileira). O movimento negro teve esta idéia do museu, em virtude de que não existi uma representação material da população negra na cidade de Porto Alegre, esta população não se vê enquanto porto-alegrense porque não tem monumentos de rua, uma arquitetura negra, um desenho, uma praça, mesmo a culinária aparece com outras, e estes museu seria marcamos esta presença. A proposta seria de materializar a presença negra em toda a cidade, principalmente a Redenção, que tem este nome em função da história dos negros na cidade e, no entanto, há apenas o recanto europeu, e outros, que em nada remetem aos negros, e assim foi demandado no orçamento participativo e realmente seria muito caro. Então, quando surgiu o Monumenta foi formatado este projeto para atender a área do Projeto em função dos recursos”.*<sup>151</sup>

Nesse caso, a memória está na busca dos esquecidos, dos não-ditos, dos subterrâneos, porque são por caminhos diversos que entrecruzam as memórias individuais e coletivas, é pelo recurso da memória que os indivíduos e a sociedade recompõem as suas relações entre presente e passado. Esta é uma possibilidade de materialização da história da participação dos negros na constituição deste Sítio Histórico.

Outra proposta apontada pelo técnico da Secretaria da Cultura indica métodos de interpretação patrimonial:

*O projeto interpretativo tem uma visão de trabalhar a informação buscando qualificar o olhar da população para o centro da cidade, ou seja, buscando uma referência patrimonial, tanto material quanto imaterial também. As placas ficarão em lugares estratégicos na área do Monumenta, na Praça da Alfândega, em alguns prédios, no Largo dos Medeiros, e também na Riachuelo com o objetivo de formar um novo lugar, um caminho ligado aos sebos, trazer outras pessoas. As placas também vão contemplar a memória do trabalho escravo, onde prédios que foram construídos por negros vão ter uma placa branca com uma mão negra, apontando a*

---

<sup>151</sup> Técnico da Secretaria Municipal da Cultura, entrevista realizada em outubro de 2005.

*invisibilidade da presença negra. As placas também terão fotos antigas, como a Caldas Junior com foto do Beco do Fanha.*<sup>152</sup>

Tanto o Projeto Interpretativo da Secretaria da Cultura quanto o projeto de sinalização turística abaixo abordado pela técnica do Porto Alegre Turismo trazem propostas que buscam dar visibilidade à história material e imaterial do Sítio Histórico e são imprescindíveis para alcançar tal objetivo.

*O projeto de Sinalização Turística é para que as pessoas possam fazer os seus roteiros, caminhar e curtir a cidade com uma apresentação auto-explicativa, esta é a idéia. Já existia um projeto anterior, que estamos considerando, mas que é um projeto muito caro, na época foi orçado em um milhão, então estamos pensando numa proposta mais simples. Claro que sempre queremos o melhor, mas se nós tivermos uma sinalização básica, com um material de apoio e de pessoas que guiassem a visita a estes prédios com qualidade.*<sup>153</sup>

Busca-se o reencontrar de caminhos e monumentos antigos, conservados, ou até desaparecidos, guiando-nos pela pista da materialidade e da oralidade que correspondem à cidade antiga. A interpretação e reapresentação dos prédios ainda de pé, das fachadas de outros séculos e de trechos de ruas, que guardam o significado do passado, são formas de fomenta a tão citada referência histórica dos porto-alegrenses.

No núcleo da Praça da Matriz uma das propostas compreende a reabertura e conservação da escadaria da passagem Dom Sebastião, antigo logradouro, lateral à Cúria. Tal passagem, situada entre a Catedral e o Palácio Piratini, conforma um largo relacionado diretamente com a cripta da Catedral Metropolitana por meio de escadarias e uma fonte. Para os técnicos do Projeto Monumenta, trata-se de um espaço cênico, aberto, hoje desconhecido pela maioria da população, capaz de acolher atividades culturais a céu aberto, como shows, desfiles, concertos, teatro e exposições. Para o técnico da Secretaria da Cultura este núcleo pode ser interpretado como:

---

<sup>152</sup> Técnico da Secretaria Municipal da Cultura, entrevista realizada em outubro de 2005.

*A Praça da Matriz é o centro administrativo, mas ela também tem ainda uma apropriação pelo morador, tem os meninos do esqueite, por ser um centro administrativo se dá o embate político, os sem terra, os professores e todas as manifestações políticas, é um ponto de encontro político, de passeata, com um colorido diferente. Muitos moradores também usufruem como espaço para ler, gente que tem cachorrinho, e muitos que trabalham no centro e na hora do almoço ficam ali fazendo um lanche.*<sup>154</sup>



Figura 18 : Praça da Matriz, detalhe do playground, acervo da autora, outubro de 2005.

O Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) e o Memorial do Rio Grande do Sul estão situados na face oeste da Praça da Alfândega, o primeiro ocupando a antiga Delegacia Fiscal e o segundo os Correios e Telégrafos. São edifícios ecléticos construídos na primeira década do século XX, compondo a perspectiva da Praça rumo ao Cais. A proposta do Monumenta seria de intervenções destinadas a aumentar o uso dos espaços e elevar a sustentabilidade.

---

<sup>153</sup> Técnica de Planejamento do Escritório Municipal de Turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>154</sup> Técnico da Secretaria Municipal da Cultura, entrevista realizada em outubro de 2005.

Nos limites da Praça da Alfândega, na Rua dos Andradas, está também o Clube do Comércio, tradicional associação representativa do patronato do comércio do Estado. É uma edificação eclética do início do século XX, em granito róseo, com 11 (onze) pavimentos, foi tombado em nível estadual. Devido à extensão da sua área social, distribuída em 4 (quatro) pavimentos, e o seu escasso uso, a sugestão dos técnicos do Monumenta é que o prédio comporte um centro de eventos, reforçando a sua capacidade de oferta de espaços centrais para realização de congressos, feiras e outros eventos.



Figura 19: Clube do Comércio, vista da Praça da Alfândega. Acervo do Projeto Monumenta Porto Alegre

O Projeto Monumenta já executou na área portuária, como obra de arranque, a restauração das estruturas no Pórtico Central do Cais. Propõe-se, ainda, para os armazéns A e B, a constituição de um centro de informação sobre a cidade, apresentando a história e cultura local, denominado Armazém da Cidade e um centro gastronômico e de lazer. Esses armazéns são edificações tombadas em esfera federal.



Figura 20: Pórtico Central do Cais do Porto. Foto de Andrea Aguiar, acervo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Outro viés do Projeto é a restauração de edificações privadas, conforme relato da técnica da Secretaria de Planejamento:

*Faço parte da comissão dos imóveis privados. Foi difícil descobrir quem eram os donos dos imóveis, porque geralmente estes prédios antigos pertencem a vários herdeiros, mas a adesão foi boa porque é um financiamento, os proprietários têm que pagar, mas é a juro zero. Foram cadastrados 140 imóveis e hoje 19 estão encaminhando o processo, ainda hoje as pessoas procuram. Este dinheiro do financiamento dos imóveis privados vai retornar para o Monumenta, através de um fundo, para futuros restauros de outros imóveis. O programa é bem abrangente porque trabalha com os prédios privados e os públicos, restaura os bens tombados, tem ações sociais, então ele é bem amplo.<sup>155</sup>*

Segundo a coordenação do Projeto, há um diálogo com os atores que ocupam este sítio histórico e, também, com as instituições e empresas situadas em seus entornos. A Câmara do Livro faz parte destas instituições, sempre se detendo na Feira do Livro. Uma das propostas acatadas na última edição da feira foi de removê-la parcialmente para a área do Pórtico Central do

<sup>155</sup> Técnica da Secretaria de Planejamento Municipal, entrevista realizada em janeiro de 2006.

Cais e, reorganizar a localização dos estandes na Praça para evitar tê-los nos corredores estreitos.

Já o diálogo existente entre os interventores que lideram os processos de revitalização e os agentes das práticas sociais presentes neste Sítio Histórico Urbano está relacionado com a cultura de participação popular que Porto Alegre constituiu nas últimas décadas, tendo como exemplo as práticas das disputas e acordos nos Congressos da Cidade, nos Fóruns de Planejamento do Centro e no Fórum Social Mundial. Igualmente, nota-se que há um diálogo instituído entre os atores planejadores e os anfitriões é fruto desse passado. Seguem os relatos da coordenação do Projeto e do técnico da Secretaria da Cultura, onde ambos que pronunciam tais questões:

*A proposta foi elaborada em conjunto com diversas instâncias de preservação federal, estadual e municipal que se envolveram diretamente com os projetos, assim como a participação de inúmeros parceiros públicos e privados. Realizamos um Fórum do Centro Histórico como uma das primeiras medidas para a averiguação das necessidades do Sítio Histórico.*<sup>156</sup>

*Porto Alegre tem uma particularidade com relação a outras cidades que é um processo de participação da população, que tem uma ênfase um pouco diferente, onde vários conselhos e grupos, não só o orçamento participativo, onde a estrutura da administração utiliza-se de tais meios para que os projetos tenham uma qualificação pelo próprio debate. Até pode deixar o processo mais lento, porém mais qualificado pela estrutura do debate que já está montado. A comunidade já solicita a qualificação urbana nestes debates antes do Monumenta, não é uma coisa só da administração, a comunidade nos seus conselhos sempre busca uma ocupação mais cultural para estes espaços, e isto já faz parte de uma discussão mais antiga.*<sup>157</sup>

Todavia há muita polêmica quanto à permanência dos agentes que ocupam cotidianamente a Praça da Alfândega, que, neste estudo, são categorizados com anfitriões. A coordenação do Projeto realiza algumas ações de qualificação das técnicas artesanais, bem como, se ocupa do ordenamento

---

<sup>156</sup> Coordenação do Projeto, entrevista realizada em março de 2005.

<sup>157</sup> Técnico da Secretaria Municipal da Cultura, entrevista realizada em outubro de 2005.

espacial dos equipamentos de trabalho de tais anfitriões, seja nas bancas de artesanato ou dos engraxates. Por outro lado, alguns técnicos de outras secretarias municipais e órgãos de proteção patrimonial, como a SMAM, o IPHAN e o IPHAE, não concordam com a fixação destes sujeitos neste espaço, evidenciado no relato da técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

*A questão dos artesãos teve muita controvérsia entre as secretarias e não está bem fechada ainda, parece que eles estão se qualificando, eu não considero como uma feira de artesãos e sim de ambulantes. O IPHAN e o IPHAE não são favoráveis a manter estas pessoas porque consideram que a fiscalização é muito ineficiente. Alguns técnicos do Monumenta falam em fixá-los só que não se pode fixá-los num espaço que é público, privatizar espaços na Praça para um determinado segmento. Eu questiono se teremos um artesanato qualificado, nós aqui da SMAM somos sectários nestas questões porque depois do provisório a coisa vai se expandido e cresce dentro da área pública, toma conta do banco da Praça e se perde o controle. Então pra retomar este controle talvez seja limpando este espaço.*<sup>158</sup>

Entendemos que o posicionamento de retirar as pessoas da Praça aponta para uma posição de higienização social, promovendo a exclusão social, é uma forma de renegar a vitalidade que se faz presente no cotidiano da Praça e que já faz parte da paisagem urbana do local. É preciso conciliar um projeto urbanístico de revitalização com um projeto social de inclusão, na busca da permanência de seus assíduos freqüentadores, que trabalham nesses espaços, o que infelizmente não tem ocorrido na maioria das cidades brasileiras que implantaram projetos desta ordem.

A revitalização deste Sítio Histórico Urbano deve apoiar-se na memória, por meio das práticas sociais vivenciadas nas Praças e recantos que o compõem. Tal concepção é fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com a sua história e a sua cultura. Junto aos sujeitos informantes são poucos os relatos que contemplam a categoria da memória individual, das suas recordações pessoais, de acordo com as recordações da técnica da SMAM:

---

<sup>158</sup> Técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, entrevista realizada em janeiro de 2006.

*Sempre morei em Porto Alegre, a minha avó nasceu em Porto Alegre a minha mãe também e eu. A minha avó é do início do século passado, nasceu e morou numa chácara no Passo da Areia. Como arquiteta sempre me interessei pela parte urbanística, sei que a Praça da Alfândega já não tem mais a ambiência que ela tinha quando eu era criança. A minha outra avó morava próxima da Praça e eu me lembro de ir até a praça para brincar, o uso do espaço era outro não tinha o uso de hoje como uma praça de trânsito, era um lugar aonde as pessoas iam e ficavam, principalmente no final de semana, as pessoas passeavam, iam aos cafés, no cinema, no meu caso, eu ia visitar a minha avó.<sup>159</sup>*

O ato de relembrar os momentos da infância revela alguns fragmentos de memória a respeito do uso dos espaços deste Sítio no passado. Fatos que dão conteúdos às vivências de uma época, o brincar, as tradições familiares, o saudosismo de uma ocupação do passado, presentes no pronunciamento da técnica da SMAM, e em seguida, do técnico da Secretaria a Cultura:

*A minha memória mais antiga é de brincar nos bancos do auditório Araújo Viana, eu devia ser muito pequena porque o auditório foi desmanchado em 1957 e eu sou de 54 e eu me lembro de estar encima daqueles bancos e era um lugar muito bonito, muito grande e este é o resgate que eu como arquiteta considero um primor. Então são coisas que me lembro, que a minha avó contava, que a minha mãe contava, memórias que são recordadas. O Zepellin por exemplo eu lembro da minha mãe contar e que só muito tempo depois é que eu fui ver a foto, contava que o meu avô um dia foi correndo buscar ela e a minha tia em casa, que naquela época morava na Riachuelo pra ver aquela coisa maravilhosa e são coisas, relatos que me marcaram bastante.<sup>160</sup>*

---

<sup>159</sup> Técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>160</sup> Técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, entrevista realizada em janeiro de 2006.

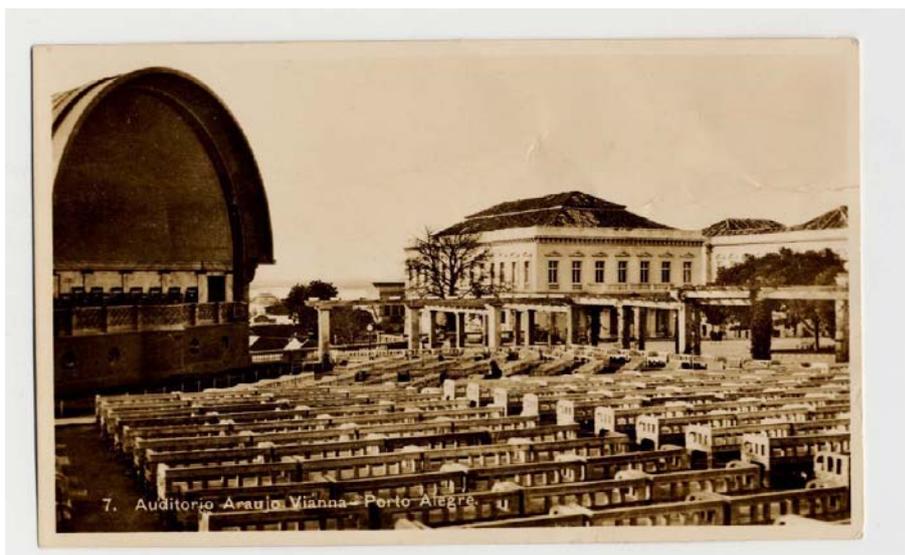


Figura 21: Antigo Auditório Araújo Vianna. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

*A Praça da Alfândega foi o primeiro porto da cidade, onde ancoravam barcos, é um lugar onde ocorre a sociabilidade da cidade, é o ponto de encontro fundamental, onde havia o grande comércio e que mantém algumas destas características até hoje, a história das ruas do século XIX e XX, da multidão, o lugar onde freqüentavam as pessoas que queriam se esconder, para ser mais um na multidão, mas quem queria ser visto também estava lá, então ela agrega estas coisas, hoje a gente não tem esta idéia até porque o movimento do porto não passa mais ali, mas ainda é um ponto de encontro, é rica na diversidade e não perdeu esta função de encontro, não é uma praça morta, pode ser um lugar de passagem, mas ainda muitos desfrutam da praça, há vários públicos diferentes, as prostitutas, os idosos jogando dama, não só os artesãos, há também muita visitação nos pr edios hist oricos ao redor.<sup>161</sup>*

A Praça da Alfândega é lembrada como o local da sociabilidade, que sempre foi o lugar para a multidão, ou para dar-se a ver, com o já citado *footing*, ou para se esconder como revela o entrevistado. Reconhecida sempre por todos pela sua diversidade, de lugar do encontro, e não apenas de passagem como alguns técnicos numa visão reducionista a qualificam.

<sup>161</sup> Técnico da Secretaria Municipal da Cultura, entrevista realizada em outubro de 2005.

### 6.2.2 A Fragilidade da Política de Turismo no Uso do Patrimônio

Muitas das informações oriundas dos questionamentos feitos aos planejadores são subsídios para a compreensão das propostas e ações de intervenção no Sítio Histórico, que evidenciam a precariedade que as políticas públicas tratam a questão da inclusão social nos projetos de revitalização. O patrimônio edificado revitalizado, juntamente com o espaço público reabilitado, tem que estar recheado da vitalidade de seus habitantes, porque são as manifestações culturais e as práticas sociais do cotidiano que dão vida aos espaços e atraem o visitante.

A participação dos profissionais, técnicos e acadêmicos do turismo no Projeto Monumenta é quase que inexistente e resume a coleta de dados a respeito dos passeios turísticos oferecidos nas Praças da Alfândega e Matriz, no ano de 2001<sup>162</sup>.

Os Roteiros Históricos da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega aconteceram enquanto ações perenes das políticas públicas de turismo municipal no período de 1999 a 2001. Realizavam-se aos finais de semana e tinham o acompanhamento de um guia de turismo, tendo como modalidade o roteiro a pé, *walking*, e eram gratuitos.

O Roteiro da Praça da Matriz inicia em frente ao Theatro São Pedro, já citado como uma edificação importante, em estilo barroco português. Seguindo o roteiro tem-se o Monumento a Júlio de Castilhos, a catedral Metropolitana, que possui uma expressiva cúpula e três painéis na fachada elaborados nas oficinas do Vaticano. Ao lado, segue o Palácio Piratini, em estilo Luís XV, sede do governo estadual, onde está uma grande atração que é o mural pintado por Aldo Locatelli, composto por 18 painéis que contam a lenda do Negrinho do Pastoreio. No outro lado da rua, o Solar dos Câmara, local

---

<sup>162</sup> Período que a turismóloga e pesquisadora deste estudo fez parte da equipe técnica do Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal.

tombado pelo Patrimônio Artístico Nacional, que abriga, hoje, uma biblioteca e o Centro de Documentação da História Política do Rio Grande do Sul, pertencente à Assembléia Legislativa.

Já o Roteiro da Praça da Alfândega inicia no Mercado Público, contando com o suporte do Centro de Informações Turística ali existente. Segue em direção a Praça, encontrando no caminho o Passo dos Açorianos e o prédio da Prefeitura Municipal da cidade, edificação esta guardada por dois leões de mármore. Chegando na Praça da Alfândega os olhares se voltam, especialmente para as três edificações: o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, para o antigo prédio dos Correios e Telégrafos, hoje Memorial do Rio Grande do Sul e, na época Banco Meridional, hoje Santander Cultural. O Roteiro segue para o Cais do Porto e depois para a casa de Cultura Mário Quintana, a Igreja das Dores e como para finalizar o trajeto, a Usina do Gasômetro com o pôr-do-sol no Guaíba.



Figura 22: Roteiro "Centro Alto-Valorizando a Matriz - Escritório Municipal de Turismo Foto: João Fiorin / PMPA, 19/03/2006.

Atualmente os roteiros são contemplados nas semanas comemorativas da cidade, a saber: Semana de Porto Alegre, Semana da Primavera, Semana do Turismo entre outras.

Outra questão é a participação ativa no Projeto do Monumenta, onde consta apenas uma única ação de qualificação para os guias de turismo, sendo esta uma questão pontual e que não condiz o tratamento merecido até para respaldar o próprio objetivo principal do Projeto que trata da importância do turismo para este Sítio. A questão remete a contribuição de MENEZES (1996): “o tipo de turismo que propusermos e praticarmos dependerá do tipo de relações que julgarmos aceitáveis e desejáveis entre os homens, isto é, o modelo de sociedade pelo qual optamos”<sup>163</sup>.

A cidade dispõe de técnicos da área do turismo, de 3 (três) cursos superiores de turismo<sup>164</sup> e do *trade* que já a algumas décadas defendem o turismo receptivo e que não fazem parte das discussões do Projeto Monumenta Porto Alegre. Há o interesse do órgão público de turismo do município em desenvolver um trabalho focado no turismo histórico-cultural, até então inexistente nesta gestão. Segue as informações fornecidas pela técnica do Porto Alegre Turismo:

*O Porto Alegre Turismo quer trabalhar na organização dos prédios históricos abertos e prepará-los para receber os visitantes. A Biblioteca Pública é muito procurada, os museus, nosso objetivo é de qualificação dos recursos humanos. Temos um projeto junto ao Ministério do Turismo para qualificar estes agentes de turismo que geralmente não são atendidos nas propostas formais por estarem fora do trade, porque não atuam em agências e hotéis, mas sim em estabelecimentos comerciais, taxistas, frentistas, a guarda municipal e também estes atendentes que recebem visitantes nestes prédios históricos. Antes de divulgar é preciso organizar, colocar as condições reais para que as pessoas possam curtir e usufruir este patrimônio. Mas nós pretendemos trabalhar com isto, apesar da nossa estrutura enxuta, almejamos fazer este trabalho com o patrimônio edificado. Então para fomentar tem que ter condições, divulgar o que pode ser usufruído.*<sup>165</sup>

---

<sup>163</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Os "usos culturais" da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo. Et. Al. (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 98-99.

<sup>164</sup> Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de turismo: Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdades Rio-Grandenses (FARGS) e Centro Universitário Metodista (IPA).

<sup>165</sup> Técnica do Escritório Municipal de Turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

A valorização do patrimônio e a utilização turística do mesmo não são antagônicas. É necessário redefinir as finalidades atribuídas para tal de maneira que o turismo possa contribuir no processo de preservação patrimonial. As considerações da técnica do turismo municipal com relação aos atrativos, de que a cidade dispõe de edificações com propostas de visitação, mas que necessitam de organização para receber o turista, é pertinente, entretanto é preciso avançar, porque o uso turístico do patrimônio deve ser procedido de um planejamento contínuo, engajado com a comunidade local.

*O Porto Alegre Turismo entende que os projetos patrimoniais, interpretativos podem tornar a população mais receptiva, porque se a população conhece o passado ela mesma pode informar, se ela tem uma referencia clara ela interage com o visitante. É mais amplo que educação patrimonial, a educação é uma ação dentro de um programa maior, onde a referencia da população da cidade, onde o visitante possa conversar e ver que as pessoas daqui têm suas referencias para passar para o visitante.*<sup>166</sup>

A questão da interpretação patrimonial é citada como um instrumento de reaproximação da população com os seus referenciais a fim de que a mesma possa informar para os visitantes. Há uma convergência na opinião dos técnicos dos órgãos públicos quanto à necessidade de se trabalhar o turismo interno na cidade, o que foi caracterizado como o turista cidadão pelas gestões governamentais anteriores. O porto-alegrense tem que descobrir os recantos da sua própria cidade, olhá-la e apropriar-se dela numa perspectiva que supere o seu recorte rotineiro. A concepção de turismo enquanto um fenômeno que possibilita um espaço de vivência e lazer, também para o morador, está presente nos relatos das técnicas da SMAM e da SPM:

*O turismo primeiro tem que trabalhar o turismo interno, com os moradores locais, muitas pessoas vão ao Margs e não se sentem confortáveis pra ficar na Praça pra visitar, ficar por ali então precisa revitalizar através do uso e de cuidar melhor estes espaços pra que estes sintam-se a vontade. Acho que o turismo antes de se preocupar em trazer gente de fora da cidade tem que trabalhar com quem mora aqui porque é impressionante como tem pessoas que excluem o centro, que os filhos não conhecem o centro, não visitam os museus e centro culturais, o MARGS, o Santander e muitas vezes são pessoas que viajam pra outros lugares e não valorizam o que*

<sup>166</sup> Técnica do Escritório Municipal de Turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*temos aqui. Então o porto-alegrense tem que se apropriar deste espaço, depois da região metropolitana e assim vai indo. E isto vem com a revitalização deste espaço, segurança no caminho, transitar com conforto, segurança no passeio, no atravessar a rua, facilidade no estacionar, que as pessoas visitem e conheçam a história e o seu desenvolvimento.*<sup>167</sup>

*Eu acho que a imagem turística não é bem trabalhada porque nós temos potencial, temos casas de teatro, museus, espetáculos e isto é pouco divulgado, a gente não vê muita divulgação, tem o Margs, o Santander, a Casa de Cultura, o Theatro São Pedro, se a gente vai listando são muitas opções e precisaria trabalhar o marketing. Claro que paralelo a isto, têm as questões de segurança, de degradação de alguns espaços, a segurança eu acho que já é uma coisa que está no imaginário das pessoas, parece que o problema de segurança só é no centro e a gente sabe que não é assim, então teria que desmistificar isto, tem dados da secretaria de segurança que indicam que a violência não está só no centro, e os dados muitas vezes são iguais a outros bairros, tem muito batador de carteira que já é na área mais comercial, para o lado da Rua Voluntários da Pátria, e nos bairros nobres hoje se vê notícias de seqüestros relâmpagos.*<sup>168</sup>

Dentro da complexidade que envolve o turismo no âmbito de uma cidade e, por conseguinte, no planejamento das políticas públicas de turismo, os agentes planejadores devem se articular na constituição de uma oferta patrimonial, material e imaterial, com autenticidade sociocultural de seus protagonistas, alicerçada na diversidade etnocultural.

Outra questão apontada é a pichação, ato este que faz parte dos problemas de valorização do patrimônio público, que de acordo com a técnica da SPM:

*A pichação também cresceu, é um grande problema que está atrelado à impunidade porque ninguém acha que o espaço é seu, é de alguém, não se tem o respeito, e pelas notícias que eu tenho Porto Alegre é um dos locais que está mais complicado, e ninguém vê, picham o monumento a Júlio de Castilhos e ninguém vê, está cheio de guardas ao redor daqueles prédios e ninguém vê! Por isto eu acredito que se agente realmente conseguir fazer uma transformação nestes espaços esta situação possa se reverter porque as pessoas passam a valorizar estes espaços. E claro tem*

---

<sup>167</sup> Técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>168</sup> Técnica da Secretaria de Planejamento Municipal, entrevista realizada em janeiro de 2006.

*que manter porque se deixa depredar ai não se segura mais, porque se sujou tem que limpar.*<sup>169</sup>

Observa-se, também, a desconsideração de alguns planejadores para com o conteúdo das vivências atuais do Sítio, conduzindo ao distanciamento entre os planejadores e a dinâmica da vida cotidiana deste espaço. As concepções “engessadas” sobre revitalização do patrimônio cultural acabam valorizando apenas a materialidade do patrimônio edificado.

### 6.3 OS AGENCIADORES TURÍSTICOS DO SÍTIO

A categoria dos agenciadores turísticos, nessa dissertação, é formada pelos profissionais do *trade* que utilizam os atrativos turísticos da cidade como objeto de comercialização aos turistas.

Os profissionais que fazem parte dessa amostra trabalham em agências de viagens, responsáveis pelo turismo receptivo da cidade, bem como os guias de turismo que conduzem grupos de turistas ao conjunto de atrativos turísticos que compõem o Sítio Histórico deste estudo.

As agências brasileiras são classificadas, conforme o decreto nº 84.934/80 em Agências de Viagem e Turismo (AVT), equivalentes as Operadoras Turísticas e às Maioristas<sup>170</sup> e Agências de Viagens (AV),

---

<sup>169</sup> Técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>170</sup> Maioristas são aquelas agências especializadas na organização de programas de viagens ou circuitos turísticos em grupos e responsáveis pela execução dos mesmos no país e no exterior. Tem a função de planejar e organizar os produtos finais. Servem de intermediárias entre as vendedoras e os fornecedores dos serviços. Criam programas próprios que são vendidos por meio de uma rede de agências vendedoras, denominados de pacotes, e são centralizadoras de serviços turísticos tem a possibilidade de oferecer preços inferiores aos que os consumidores conseguiriam por conta própria.

equivalentes as Minoritas<sup>171</sup>. Enquanto que, conforme o tipo de mercado a classificação se dá por: turismo receptivo, turismo emissivo, turismo nacional e agência mista.

Neste estudo estamos considerando para a amostra as agências que se dedicam ao receptivo da cidade, que segundo OLIVEIRA<sup>172</sup> são aquelas empresas que recepcionam e apresentam a cidade aos visitantes/turistas provenientes de outras localidades, organizando o transporte, serviços de traslado entre o ponto de embarque e os hotéis, contratam serviços de fornecedores locais da destinação, especialmente dos hotéis, elaboram itinerários para os passeios dos visitantes/turistas, enfim, comercializando o produto turístico da localidade.

Os guias de turismo são profissionais que acompanham os visitantes, orientando e transmitindo informações a respeito dos atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos, e, geralmente, são contratados pelas agências de turismo e órgãos públicos oficiais.

Sabe-se que estes profissionais agenciadores acolhem somente uma parcela dos visitantes que vem para a cidade – nem todo turista contrata serviços de agenciamento. Mas eles têm no Sítio, estudado nessa dissertação, uma função importante, uma vez que desse espaço histórico e cultural é um lugar privilegiado de comercialização turística, trazendo, através das suas vivência das práticas turísticas que prepara e executa subsídios a respeito da percepção e, até mesmo, apropriação do uso do Sítio nas respostas que os turistas dão na experiência do acolhimento.

---

<sup>171</sup> São aquelas que exercem a função intermediária entre os clientes e os fornecedores dos serviços. Como vendedoras não possuem produtos próprios e vendem os produtos turísticos aos consumidores finais.

<sup>172</sup> OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2002.

Os relatos dos agenciadores entrevistados apresentam alguns aspectos da atratividade deste Sítio para tais profissionais, contribuindo na reflexão em torno do imaginário, a memória e as práticas sociais do local e o que isso representa para a revitalização nas propostas de intervenção.

Ainda faz parte das narrativas dos agenciadores à importância das informações a respeito da demanda de trabalho no acompanhamento de visitantes ao Sítio, bem como os limites e as possibilidades de aperfeiçoamento dos roteiros.

### 6.3.1 A Atratividade para os Agenciadores

Todos os agenciadores entrevistados consideram o Sítio histórico atrativo turístico significativo da cidade. A atratividade está na riqueza arquitetônica, na complementação do conjunto das Praças, no uso das edificações, na importância histórica e nas sociabilidades do cotidiano do cidadão porto-alegrense conforme destacam os relatos das guias de turismo Susana e Dóris e do agente de viagens Carlos:

*Eu não tenho preferência por nenhum dos dois pontos, ambos são importantes e se complementam. Historicamente a Praça da Alfândega é o começo da cidade, ela tem uma riqueza pra tu trabalhar com o turista, a Matriz também é o começo da história política. Na Praça da Matriz estão edificações importantes: a exemplo a Assembléia, a Catedral e o Ministério Público, que é o Forte Apache. Já a Praça da Alfândega ela já mostra mais o dia-a-dia do porto-alegrense, que eu acho importante o turista ver, como é o cidadão porto-alegrense. Então as duas praças formam um conjunto, ambas tem uma beleza incomparável, não dá pra mostrar uma sem mostrar a outra, as duas tem a flora, tem as edificações importantes.*<sup>173</sup>

*O aspecto positivo é questão arquitetônica, são as duas praças da cidade que tem o complexo arquitetônico mais bonito da nossa cidade, inclusive com relação a Praça da Alfândega nós temos três construções, com arquiteturas diferentes que estão ali, lado a lado, três focos culturais da cidade muito importante, os estrangeiros que conhecem a Praça se encantam, pelo peso arquitetônico que está neste local. Na Matriz destaco o Theatro São Pedro e o Palácio Piratini e o Monumento a Júlio de Castilhos, ali nós temos toda uma*

---

<sup>173</sup> Susana, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*linguagem artística falando da Revolução Francesa, de todos os aspectos que são extremamente importantes na formação do mundo ocidental moderno.*<sup>174</sup>

*Em especial na Praça da Alfândega destaco a imponência dos prédios, estes datados de 1900 e finais de 1800, são prédios belíssimos e preciosos e também os prédios que ficam próximos como o Clube do Comércio. A Praça da Matriz, bem como todo o envolto dela, todos os prédios são maravilhosos, o Palácio, o Theatro, a Assembléia, e agora o Palácio da Justiça recebendo a estátua da deusa Atena.*<sup>175</sup>

O imaginário arquitetônico da monumentalidade está expresso nas falas, tanto no relato de que a Praça da Alfândega simboliza o começo da cidade e que se constitui na atualidade um espaço que proporciona ao visitante/turista, a experiência e a vivência do cotidiano do porto-alegrense; quanto na descrição que a Praça da Matriz se constitui num espaço político de manifestações da sociedade organizada.

Nesses termos, a compreensão de um espaço suplementar ao outro, onde não dá para mostrar uma Praça sem mostrar a outra, no contraste da cidade baixa (Praça da Alfândega) e da cidade alta (Praça da Matriz), assim na simbiose do processo histórico de constituição do Sítio.

Os agentes de viagens foram questionados sobre o que representa a revitalização do Sítio Histórico para o turismo e suas respostas versaram sobre a importância histórica e arquitetônica, relatando como imaginam este Sítio revitalizado, com tratamento paisagístico, e também, com animação cultural, ou seja, uma revitalização que vai além da materialidade e que se ocupa com a animação dos espaços é essencial para o turismo. Tal compreensão é identificada nas falas da Guia de Turismo Dóris e dos Agentes de Viagens Lourdes e Carlos:

*O Sítio Histórico de Porto Alegre é uma pérola só que ele não está sendo tratado como merece. Eu chego a imaginar o centro de Porto Alegre como se vê os centros da Europa, todo iluminado, sem camelôs, as pessoas circulando a noite, com coisas para fazer,*

<sup>174</sup> Carlos, agente de viagens, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>175</sup> Dóris, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*imagino chegando a este estágio, ele é um grande atrativo se ele for limpo e preparado pra isso, eu te confesso que por enquanto não se pode dizer que vejo diferença, ele precisa ser trabalhado.*<sup>176</sup>

*A revitalização é uma coisa incontestável, o mundo inteiro hoje faz isto. A revitalização de praças deveria ser prioridade de governo, tanto municipal quanto estadual, porque podemos dizer que o coração social de uma cidade é as suas praças, tanto é que na Idade Média era a praça central que era a vida de toda uma cidade.*<sup>177</sup>

*A revitalização é também colocar algumas coisas, já se falou no projeto do trenzinho, e se não o trem um bonde e ter atrativos permanentes para as pessoas visitarem mais a cidade. A própria Praça da Alfândega poderia ser revitalizada, no sentido de se ter bandinhas antigas, que pudessem tocar ali, isto atrairia este tipo de público.*<sup>178</sup>



Figura 23: Forte Apache, hoje edificação do Ministério da Justiça. Acervo da autora.

Figura 24.: Palácio Provisório (Forte Apache). Rua Gerônimo Coelho, esquina Praça da matriz, início séc XX. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

Os agenciadores reconhecem o Sítio como um conjunto de atrativos histórico-culturais fundamentais para o turismo da cidade, sendo incontestável a revitalização deste então denominado coração social da cidade. Do mesmo modo, a ênfase na conservação dos espaços públicos e na ampliação da sua

<sup>176</sup> Lourdes, agente de viagens, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>177</sup> Carlos, agente de viagem, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>178</sup> Zoe, agente de Turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

atratividade está tanto no resgate histórico de práticas do passado quanto na implantação de novos equipamentos que materializem este resgate, a exemplo da proposta do transporte turístico por um bonde elétrico.

No que diz respeito às propostas de intervenção no Sítio muitos destes informantes conhecem o Projeto Monumenta através dos meios de comunicação ou pelas placas que sinalizam os prédios no decorrer das obras de restauração, no entanto, manifestam o interesse em aprofundar seu conhecimento a respeito da concepção do Monumenta e suas ações. Segue os relatos do agente de Viagens Carlos e da Guia de Turismo Susana:

*Não tenho conhecimento sobre os projetos de revitalização destes espaços, quando se fica sabendo de algo é quando ocorrem as grandes obras, e às vezes a revitalização de um centro está nas pequenas coisas, conservação de jardins, se tu tens um canteiro bem cuidado tu te inibes de pisar no canteiro. Policiamento, zeladoria, são estas pequenas coisas, é na insistência, na repetição é que se consegue os resultados, isto não ocorre de segunda para terça, mas a conscientização é assim, continuada, não importa se há o furto do bem, tem que se insistir na reposição.<sup>179</sup>*

*Revitalização é uma coisa que se fala a muito tempo, mas de concreto se vê muito pouco, eu faço uma leitura apolítica, então eu reflito a respeito desta pergunta que tu me fizeste sobre a revitalização do centro e eu não sei qual é a proposta, mas eu me pergunto se vai ficar só em fachada de prédio. O turista que vem a Porto alegre, mesmo que já conheça o Rio e o Nordeste vê que o Estado do Rio Grande do Sul é totalmente diferente os outros Estados do Brasil, que temos uma identidade forte, é um ponto chave pra trabalhar.<sup>180</sup>*

A revitalização é pautada pelos agenciadores como uma proposta de qualificação do Sítio, e não como a constituição de cenários para uma sociabilidade fictícia que produzem uma estetização das relações sociais. A visão é de uma revitalização com construção social, tendo na base as representações da memória, do imaginário e das práticas sociais deste Sítio.

---

<sup>179</sup> Carlos, agente de viagem, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>180</sup> Susana, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

### 6.3.2 As Rugosidades que Afetam a Oferta Turística do Sítio

A oferta em turismo é composta pelo conjunto dos recursos naturais e/ou culturais, agregando os serviços turísticos e a infra-estrutura de apoio ao turismo. Assim, os agenciadores dependem da estruturação da oferta para oferecer ao visitante um roteiro histórico-cultural do Sítio qualificado.

Chama-se aqui de rugosidades os aspectos que inibem o processo de revitalização, conseqüentemente a qualidade da oferta, os quais são identificados no trabalho dos agenciadores, principalmente quando os mesmos questionam a segurança do local, o comerciante informal, a prostituição e tantas outras questões sociais que estão presentes na conjuntura de inúmeros centros urbanos de uma cidade populosa como Porto Alegre. Tais aspectos estão, a exemplo, nas seguintes falas do agente de viagem Carlos e da guias de turismo Susana:

*Os camelôs ao redor das praças tiram o brilho, encobrem, quando a gente teria todo aquele cenário da praça pra ser visto. E acho que tinha que ter um pouco mais de policiamento deveria haver uma preocupação em tirar os pontos de prostituição principalmente da Praça da Alfândega. Eu fico apavorado com o que está acontecendo com relação às pichações, é uma coisa que não tem explicação, inclusive Paris é uma cidade que resolveu este problema da pichação disponibilizando paredes de prédio para artistas de rua fazerem as suas obras de arte.*<sup>181</sup>

*O que tem que melhorar, que não é nem uma questão de só de Porto Alegre, é de mundo, é a pichação, segurança, prostituição, tráfico de drogas, mas são questões sociais profundas que não é afastar os visitantes destes lugares e fingir que isto não ocorre aqui, eu acho que tem que incluir estas pessoas de alguma forma, com programas sociais, eu nunca escondo a realidade do turista, Porto Alegre tem todas as seqüelas de uma grande cidade.*<sup>182</sup>

Em seguida, a relativa segurança apontada pelas guias de turismo Susana e Ivanoska no Sítio é um olhar muito particularizado que sobressaem aos demais depoimentos, onde ambas depõem que nunca enfrentaram

---

<sup>181</sup> Carlos, agente de viagens, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>182</sup> Susana, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

problema de segurança com os visitantes durante um roteiro guiado, mas que merecem uma atenção no contexto de tais rugosidades. Seguem as falas das guias:

*Eu nunca enfrentei problemas de segurança naquela área, eu trabalho desde 1998 e não ouvi relatos que outros colegas tenham tido, nós já tivemos problemas no Morro Santa Teresa, as pessoas ficam curiosas, olham para o grupo, mas eu nunca tive problema que tivessem interferido no meu trabalho, já tive problema no morro Santa Teresa, no centro nunca e eu tenho ali uma boa passagem, mas eu sempre chamo a atenção que em como em todos centros urbanos existem assaltos, furtos, então digo que tenham cuidado, mas eles não vêem nada tão forte, principalmente aqueles que vem de grandes centros acham aqui uma maravilha.*<sup>183</sup>

*Nunca tive problema de segurança no centro, mas no morro Santa Tereza já ocorreu.*<sup>184</sup>

Com relação aos atrativos culturais deste Sítio verifica-se a deficiência nos recursos humanos, que trabalham nos prédios históricos referente ao atendimento aos guias e visitantes, bem como as restrições existentes quanto ao acesso a algumas edificações sem agendar a visita previamente. Não se pode atuar apenas na revitalização das edificações sem investir na qualidade do atendimento ao público visitante e na acessibilidade de tais atrativos. Para embasar tais informações coletadas seguem as falas das guias de turismo, Susana, Ivanoska e Márcia, as quais vivenciam tais problemas durante as suas práticas turísticas:

*Destaco o problema da qualificação dos serviços, a exemplo do Memorial do Rio Grande do Sul onde os atendentes estão desmotivados, então não adianta restaurar os prédios e não primar pelo atendimento. Já ouvi muitas vezes que não era possível fazer uma visita no Palácio porque a visita não foi agendada, e com turistas estrangeiros o nosso trabalho vai por água a baixo porque falta sensibilidade nas pessoas de ver mais longe.*<sup>185</sup>

*No Solar dos Câmara é onde eu tenho mais problemas, a visita lá é maravilhosa, bem fundamentada, mas sempre com agendamento e muitas vezes, se o grupo atrasa, ou ocorre um*

---

<sup>183</sup> Susana, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>184</sup> Ivanoska, guia de turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>185</sup> Susana, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*imprevisto no Solar a visita não é feita, a equipe de lá é muito engessada.*<sup>186</sup>

*No Theatro São Pedro a visitação é muito restrita, somente as tardes e quando não há espetáculo, é ruim explicar isto para os turistas que ficam chateados. O Solar dos Câmara não aceita visita sem agendar, mesmo que sejam 4 ou 5 pessoas eles não recebem. Então isto dificulta muito porque o turista quando está na cidade, às vezes o tempo dele é muito restrito, ele vem de um congresso, de um evento, e não dispõem de muito tempo pra visitação. Já na Alfândega não tem muitas restrições, o MARGS, o Memorial e o Santander Cultural sempre recebem, claro que com grupos grandes o ideal é agendar, mas são locais abertos ao público e sempre é possível visitar.*<sup>187</sup>

A infra-estrutura diz respeito também aos acessos com seus componentes viários e de transporte, bem como a infra-estrutura urbana, os serviços públicos de uma cidade, ou seja, aquela que corresponde às condições básicas do habitar.

*Precisa ter vigilância para manter este espaço. É preciso saber que tem alguém cuidando, o monumento a Júlio de Castilhos está sempre pichado. Cuidar dos canteiros. Tem que educar, campanhas pela televisão, nas escolas, e a sujeira não é só daquele morador de rua, a gente vê muitas vezes as pessoas jogando lixo pela janela do carro, então temos que rever estas questões, Gramado é uma cidade limpa, e não se vê pessoas limpando a toda hora, muitas vezes é o público de Porto Alegre que vai passear lá.*<sup>188</sup>

*Normalmente o roteiro acontece na Praça da Matriz pela questão do estacionamento e na Alfândega não se tem esta infra-estrutura. Se tivesse uma vaga para estacionar ônibus de turismo na Siqueira Campos já resolvia. Isto é muito complicado porque muitos dos hotéis no Centro não têm estacionamento para ônibus, o estacionamento da rodoviária fechou. Então, a cidade tem que se estruturar melhor para o turismo. São coisas que as pessoas responsáveis pelo turismo tem que prever. Aqui em Porto Alegre falta isto, são coisas simples que precisam ser feitas, parece pouco, mas atrapalha muito o nosso trabalho.*<sup>189</sup>

*Já a Praça da Alfândega o que dificulta é a falta de estacionamento, o que a gente faz, por exemplo, se tem uma visita agendada no MARGS, ou no Memorial, eu faço uma explanação da Praça e vamos fazer a visita interna que foi agendada, mas não é*

---

<sup>186</sup> Ivanoska, guia de turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>187</sup> Márcia, guia de turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>188</sup> Ivanoska, guia de turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>189</sup> Márcia, guia de turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

*igual a Matriz, que é uma visita certa, estaciona o ônibus e faz o roteiro. Na Alfândega não há lugar pra estacionar, isto dificulta porque esta Praça tem estes três prédios que tem muito a oferecer e a falta de estacionamento dificulta.<sup>190</sup>*

*Outra coisa é que precisaria ter uma integração do sítio histórico com o nosso porto, com a água, com o rio, aí é que está o nosso charme, né? Tem que melhorar a aparência para encantar as pessoas, para que elas sintam vontade de conhecer. Na Praça da Alfândega é difícil caminhar, pra tu chegar ao rio tem que atravessar uma parada de ônibus, banca de revista, mais camelôs, é uma coisa que atrofia, não flui. As praças têm que ser limpas, o monumento à Júlio de Castilhos está sempre pichado.<sup>191</sup>*

As inquietações externadas pelos agenciadores denunciam o descuido com os espaços públicos, sobretudo em relação à vigilância e à preservação dos bens patrimoniais que lhe diz respeito, tal como a pichação e a falta de cuidados com a ornamentação das Praças.

Questões mais operacionais também estão no apelo destes agentes, como por exemplo: o deslocamento dos turistas dificultado pela falta de vagas para estacionar ônibus de turismo no Sítio Histórico, como também pelo afinilamento da malha urbana da região central da cidade, onde qualquer obstrução reflete na agilidade do trânsito.

### **6.3.3 As “Maneiras” de Fazer os Roteiros Turísticos**

Os agenciadores possuem técnicas diferenciadas para traçar o roteiro pelo Sítio histórico que variam de acordo com o público atendido. O cenário possibilita trabalhar com a percepção dos visitantes e resgatar a memória da formação da cidade, do significado da ostentação dessas edificações monumentais para a época.

*Geralmente com grupos de estudantes de turismo, ou escolas, a gente sempre estrutura com a agência um tempo maior para as duas praças e outros lugares, mas são situações bem*

---

<sup>190</sup> Ivanoska, guia de turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>191</sup> Lourdes, agente de viagens, entrevista realizada em dezembro de 2005.

*específicas, não do cotidiano. No Fórum Social Mundial fiz muitos roteiros, com grupos heterogêneos, pelas agências ou através do Escritório Municipal. Na Bienal, na época do aniversário da cidade ou em eventos específicos o fluxo amplia.*<sup>192</sup>

*Eu procuro sempre levar as pessoas para o centro e mostrar esta parte histórica, então o que é Porto Alegre e o que foi, porque foram construídos e o que representava este patrimônio na época, uma época áurea, a riqueza do Rio Grande do Sul, a importância dos empresários, industriários e a imponência dos prédios. Então, se visitam os lugares que têm referências da história e eu conto trechos trazendo até os dias de hoje. Atualizando a ocupação dos prédios que antes eram correios, bancos, enfim, as pessoas gostam de entender o processo histórico.*<sup>193</sup>

Os guias descrevem os locais onde o roteiro percorre e, com as suas narrativas, surgem os roteiros pelas Praças da Matriz e Alfândega, contemplando os seus entornos. O *footing* da Rua da Praia é dito pela guia Susana como um dos comentários que fazem parte desse roteiro. O Clube do Comércio, a estátua do Mário Quintana, o MARGS, o Memorial do Rio Grande do Sul, o Cais do Porto, o Santander, e na Praça da Matriz o Palácio Piratini, a Assembléia, a Catedral, o Theatro, o Monumento a Julio de Castilhos, o Solar dos Câmara, o Forte Apache entre outros que são patrimônios apontados como os ícones deste Sítio. Segue a fala da guia Susana:

*O meu roteiro nunca é igual, eu vejo muito o perfil do meu cliente. Tem pessoas que acham que turismo é comprar, e ver coisa bonita e contar historinha, aí eu faço uma coisa bem light, falo da Rua da Praia que era uma passarela, mostro onde eram os antigos cafés, onde a sociedade freqüentava, o Clube do Comércio, tiram fotografia com o Mário Quintana, levo no MARGS e Santander, este último o público gosta mais porque ele é mais pra ver do que pra pensar, então eles se encantam com o cyber-café e com o cinema. Se eu pego um público mais intelectualizado eu falo da arquitetura dos prédios, que teve uma questão política, uma maneira de ostentar uma prosperidade que o Rio Grande teria, que era a entrada oficial da cidade na época, levo pro MARGS, o Memorial, o Santander, eu trabalho os três prédios de uma maneira mais minuciosa. Eu sempre chamo a atenção pra parte dos aterros, que o Lago Guaíba vinha até Alfândega, que era um desenho diferente da cidade, então tudo isso eu coloco pra eles imaginarem como que foi. A arquitetura com uma influência neoclássica muito forte, a ostentação que foi dada na época, por exemplo, o Palácio Piratini.*<sup>194</sup>

<sup>192</sup> Ivanoska, guia de turismo, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>193</sup> Dóris, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

<sup>194</sup> Susana, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

Geralmente, o acolhimento a este visitante/turista se dá, como já foi dito anteriormente, por meio dos eventos que ocorrem na cidade. Constata-se, também, uma deficiência com relação às ações destes agentes, e até dos próprios organizadores de eventos, no momento do pré-evento, ou seja, de informar os roteiros ao visitante antes que ele chegue à cidade, porque assim aumenta a probabilidade deste visitante/turista se organizar para conhecer melhor a cidade, e conseqüentemente o Sítio Histórico.

*Faço bastante city-tour para as agências nos eventos, mas o passageiro só sabe o que tem pra fazer até chegar aqui, não há um bom trabalho no pré-evento, eu levei um casal de ingleses ali no MARGS e eles adoraram e eles não tinham a menor idéia do que se tinha aqui e também um grupo de Fortaleza e eles adoraram. Eu faço vários roteiros e conforme o interesse do cliente, e o meu city-tour é de três a quatro horas, dependendo do passageiro.*<sup>195</sup>

*Os roteiros em Porto Alegre são oferecidos como entrada ou saída dos nossos produtos emissivos, quando a gente vende algum produto e tenha um grupo que quer dormir na capital, ou no retorno, daí a gente vende um city-tour, então Porto Alegre está inserida sempre como entrada e saída de um determinado roteiro, para quem vem de fora pra participar de um grupo daqui, que compram o pacote, daí é oferecido. Ou eventualmente nos solicitam o serviço, onde o roteiro é montado conforme o interesse do grupo. Se for apenas uma pessoa ou duas, eu pergunto qual é a expectativa, geralmente eu informo do roteiro do ônibus da prefeitura porque não tem como competir com o preço do ônibus Linha Turismo. E acho que o ônibus veio pra atender este público individual.*<sup>196</sup>

Além do *city-tour* ou o roteiro a pé, outra modalidade que contempla parcialmente o Sítio Histórico é o roteiro com o ônibus da Linha Turismo. Em janeiro de 2003, a Prefeitura de Porto Alegre, através do Porto Alegre Turismo Escritório Municipal, inaugurou a Linha Turismo. Uma demanda do Orçamento Participativo que é uma conquista de alguns porto-alegrenses que entendem a importância deste equipamento enquanto possibilidade de mostrar sua cidade aos seus visitantes e também a si mesmos.

---

<sup>195</sup> Valéria Dias Transportes – transportadora, entrevista realizada em janeiro de 2006.

<sup>196</sup> Rota Cultural, agência receptiva e emissiva, entrevista realizada em janeiro de 2006.

A Linha Turismo, com uma altura de dois andares para acomodar turistas, contempla em seu roteiro os principais pontos turísticos, culturais e de lazer da cidade proporcionando um singular ângulo com uma especial visibilidade à paisagem urbana de Porto Alegre. O Sítio Histórico, tratado nesse estudo, também faz parte do *city-tour* do ônibus turístico.



Figura 25: Passageiros na Linha Turismo, ônibus estacionado em frente ao Theatro São Pedro, dezembro 2005, acervo da autora.

Durante o percurso a cidade é dada a ver por um novo ângulo, onde o morador passa por um processo de cognição pela relação que se estabelece entre as imagens passadas – geradas em consequência de outros meios de locomoção – e a nova imagem que se apresenta. Já com o turista é provável que ocorra um processo de percepção da imagem de cidade estimulado apenas pelos aspectos apresentados no trajeto, ou ainda, uma possível comparação com outros lugares.

*Acho que o ônibus da Linha Turismo chama muita atenção, para proposta dele é válido, mas está muito longe de mostrar Porto Alegre, ele oferece uma visão da cidade, mas não oferece conhecimento, mas é válido, as pessoas gostam, é uma proposta diferenciada, pra mim não atingiu em nada, eu continuo fazendo o*

*meu trabalho, teve guia que disse que nós íamos ficar sem trabalho, se tu tem um trabalho bem feito não tira, tem agência que prefere contratar o guia ao invés de colocar no ônibus, e muitas vezes sou contratada por grupos que fazem o passeio do ônibus e depois do ônibus eu faço o roteiro a pé pelo centro.*<sup>197</sup>

A Linha Turismo é em si uma inovação para os observadores da cidade, turistas ou moradores, em relação ao modo com que os mesmo a percebem, mas que não substitui o lugar dos roteiros a pé.

Considerando todos os relatos até aqui descritos e contextualizados em torno das memórias coletivas, do imaginário e das práticas sociais dos informantes temos um delineamento da trajetória histórica e das peculiaridades cotidianas do Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre.

As formas de habitar o espaço dos anfitriões, por meio das práticas profissionais dos artesãos e engraxates aqui analisadas, dão visibilidade a organização da produção sócio-cultural destes agentes para o Sítio. É a interação entre fixos e fluxos, entre a materialidade das edificações e as sociabilidades das vivências e experiências dos anfitriões que dá subsídio para toda e qualquer proposta de revitalização deste Sítio. Suas recordações nos fragmentos de memória e nas configurações atribuídas ao imaginário deste espaço denotam os laços afetivos de identidade com o local.

Logo, os planejadores demonstram por meio das suas práticas profissionais a preocupação com a qualificação do Sítio, no que tange aos aspectos da materialidade. Evidenciase também uma diversidade de interpretações e posicionamentos quanto às propostas de revitalização por parte do corpo técnico das distintas secretarias municipais, bem como a precariedade da política de turismo que promova o uso turístico do patrimônio.

---

<sup>197</sup> Susana, guia de turismo, entrevista realizada em dezembro de 2005.

Já, os agenciadores atestam à valorização do Sítio enquanto um atrativo turístico singular para a oferta turística da cidade o que torna incontestável as propostas de revitalização do Sítio. Sugerem a conservação do espaço público e a animação por meio de novos equipamentos que materializem a memória e o imaginário do Sítio. As técnicas de elaboração, organização e monitoramento dos roteiros são relatadas também no âmbito da percepção por parte dos visitantes, assim, tanto os anfitriões como os agenciadores torna-se interlocutores das expectativas dos turistas com relação à oferta turística que o sítio se propõe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da valorização do patrimônio no cenário contemporâneo é um fato que está posto de forma muito enraizada nos setores sociais, resta sabermos, no entanto, como isso se materializaria com vigor na vida cotidiana das comunidades. Valores, que há poucas décadas eram de segunda ordem ou somente reservados as cidades ditas "históricas", (como se as outras não tivessem história), atualmente fazem-se presentes no planejamento das cidades que visam o desenvolvimento sustentável do turismo.

Nestes termos que as contribuições do saber-fazer do turismo, enquanto prática social fortalecem as propostas de revitalização em sítios históricos urbanos e onde constituímos o viés dessas considerações.

O movimento de visitantes nas cidades gerado pelo turismo histórico-cultural, é de certa forma, consequência da necessidade das sociedades, em todos os tempos, de reconhecer nos acontecimentos passados e de resignificar as suas experiências. A demanda contemporânea do turismo coloca assento na busca de experiências da diferença, contrapondo ao processo homogeneizador da globalização, materializadas nas revitalizações.

O turismo acolhe o visitante/turista no espaço de vivência das comunidades, onde as práticas dos agentes que constituem tais espaços são também os referenciais do imaginário social e da memória coletiva da cidade. Assim, os subsídios para a construção de uma proposta de revitalização que contemple o saber-fazer das práticas turísticas para um Sítio Histórico Urbano a partir do imaginário social e da memória coletiva do mesmo, devem advir também da participação dos agentes que ocupam tais espaços, o que em nosso estudo de caso ainda é um aspecto que precisa ser trabalhado e ampliado.

A hipótese de que o turismo se dá como justificativa dos processos de revitalização, pautando o seu planejamento e intervenção na mercantilização do patrimônio cultural, tem também neste estudo de caso um exemplo de sua fundamentação. A apropriação do turismo por parte dos planejadores, evidenciada durante a pesquisa, demonstrou estar centrada, quase que exclusivamente, em ações de recuperação e melhorias da materialidade do Sítio Histórico Urbano e não em propostas que tratem as sociabilidades sob o ponto de vista das essencialidades do fenômeno turístico.

Para amenizarmos tal processo de mercantilização do patrimônio histórico é preciso fortalecer o planejamento urbano deste Sítio ampliando a participação dos agentes de desenvolvimento. A gestão participativa das cidades nos processos de valorização do patrimônio é uma realidade das teorias do planejamento urbano, tendo na revitalização de áreas centrais a sua principal estratégia.

O planejamento é um recurso que permite a adoção de um novo comportamento das formações sociais, onde a opção pelo processo participativo favorece a mudança de comportamento dos sujeitos envolvidos. Tal processo remete-nos a uma postura crítica diante da intervenção da realidade e o turismo impõe, enquanto instrumento de fomento sócio-econômico, uma organização planejada. Nesse sentido, o planejamento

participativo é um instrumento que promove a credibilidade das intervenções frente aos agentes de desenvolvimento.

O papel do poder público é de planejar os espaços e as atividades que atendam os desejos da coletividade das populações locais e dos visitantes. Porém, a implantação destes espaços gera conflitos, pois, vemo-nos diante de duas premissas: a primeira é de proporcionar oportunidades ao maior número de pessoas possíveis, contrapõe-se a segunda, de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pelo patrimônio cultural das comunidades.

O turismo é propulsor de preservação e instrumento de aproximação da comunidade local junto aos seus referenciais contribuindo no resgate e na conservação da cultura local e recuperando os valores de caráter histórico dependendo da forma que for conduzido. Assim, propomos que se planejamento e sua organização devem considerar as práticas sociais, buscando na memória coletiva e no imaginário social a base de uma proposta de turismo autêntica. Um planejamento que atenda as demandas dos órgãos públicos, neste estudo denominados de planejadores, da iniciativa privada, aqui os agenciadores e da sociedade civil organizada, aqui os anfitriões, constrói a credibilidade das propostas de intervenção.

Os aspectos positivos do turismo estão também na entrada de divisas quando existe a visita de turistas estrangeiros que deixam na localidade o que adquiriram em outro país, sendo assim fonte de distribuição de riquezas porque gera um efeito multiplicador na economia local.

Por vezes, a atividade turística, se não for planejada, pode gerar a degradação ambiental dos locais visitados, segregação sócio-espacial e a modificação da cultura local gerada pela demanda descontrolada de turistas. No entanto, tais consequências tornam-se questionáveis quando o turismo é

interpretado como total responsável, porque devemos lembrar que ele está inserido na totalidade do modelo de produção vigente da nossa sociedade. Se o modelo macro de desenvolvimento é injusto, segregador, elitista, neoliberal, torna-se difícil fugir desse esquema. Sendo assim, o que propomos é buscar alternativas na construção de propostas coletivas, onde a participação possibilita a expressão e consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de qualificação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação contribui para a qualidade de vida.

Assim, as políticas públicas, as propostas do *trade* turístico e das comunidades têm a opção de encontrarem tais saídas. Sendo difícil mudar o modelo macro ligado ao capital, que se criem então referenciais locais, voltados para as comunidades e que conduzam para a valorização da alteridade e da solidariedade. Posto tais fatos, dos quais não podemos fugir, mas podemos criticar, uma das principais preocupações referentes ao turismo é realizá-lo em prol a melhorias na distribuição de riqueza e renda, aumentar os empregos e ajudar a diminuir as desigualdades.

Os espaços que no passado foram referências por ostentarem determinados nichos da sociedade são alvos constantes de preservação, entretanto este estudo demonstrou que tais escolhas devem considerar os diversos referenciais, por meio do resgate da memória coletiva e do imaginário social, sob a égide da diversidade sociocultural dos inúmeros personagens que constituem a identidade de tais espaços.

Os agentes focos da pesquisa, anfitriões, planejadores e agenciadores, permitem a compreensão da diversidade de uso e da participação coletiva nas propostas de intervenções do Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre. A hipótese que turismo enquanto prática social sustentável e hospitaleira tem na revitalização de sítios históricos urbanos a possibilidade de abarcar o imaginário social como um dos alicerces faz-se presente nas construções das narrativas dos agentes acima citados como uma

demonstração de tais possibilidades, principalmente no que diz respeito aos relatos das suas vivências neste Sítio que poderiam ser transmitidas aos visitantes.

A polifuncionalidade é uma característica dos Sítios Históricos Urbanos, onde a preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Dessa forma, devemos dar especial atenção à permanência das atividades tradicionais compatíveis com a sua ambiência.

Analisamos a formação de um imaginário social num Sítio Histórico como o da cidade de Porto Alegre, o que se tornou um desafio, devido às inúmeras representações simbólicas que este possui, tanto das representações relacionadas com o passado, das memórias coletivas, quanto das que dizem respeito ao cotidiano.

O imaginário do Sítio Histórico está expresso nas falas, tanto no relato que a Praça da Alfândega simboliza o começo da cidade, constitui o imaginário de sociabilidades de comércio, das atividades econômicas, do porto enquanto e que proporciona ao visitante/turista a experiência e a vivência do cotidiano do porto-alegrense, quanto na descrição da Praça da Matriz enquanto que tem o imaginário dos poderes da igreja, dos governantes, da elite cultural e da justiça, é um espaço político de manifestações da sociedade organizada. É na compreensão que um espaço complementa o outro, onde o Sítio se forma na simbiose da cidade baixa (Praça da Alfândega) e da cidade alta (Praça da Matriz).

Identificamos as modificações do imaginário social deste Sítio e o que fica ainda como referência da memória coletiva e individual dos anfitriões, planejadores e agenciadores. Mesmo o Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre,

que possui um forte peso arquitetônico pela monumentalidade das suas edificações, a valorização de tal espaço também se dá pelo seu patrimônio imaterial, as subjetividades, as práticas sociais e as sociabilidades diversas ali existentes. Citamos a representatividade histórica do mito de origem da cidade, dos antigos cafés, dos quitandeiros, dos festeiros do Divino, dos ambulantes, dos jovens do *footing*, entre tantas outras representatividades do passado.

No cotidiano, o espaço constitui-se também de sociabilidades como o passeio na Praça, a Feira do Livro, a feira do artesanato, os homens que jogam damas e carteados, os engraxates, as pessoas que desfrutam da Praça da Matriz para descansar ou levar as crianças para o *playground*, os manifestantes organizados que reivindicam os seus direitos na *Praça dos Poderes*. Sendo assim, é um Sítio consagrado na diversidade de sociabilidade da cidade e que por este mote impulsiona a presença de habitantes e visitantes e a justificativa da sua preservação.

As categorias conceituais do estudo, já relatadas como PRÁTICAS SOCIAIS, MEMÓRIA e IMAGINÁRIO, são reconstruídas por nós na leitura das revitalizações, no sentido de dar conteúdo e dinâmica na contemplação das diversidades sócio-culturais do Sítio para inseri-las no planejamento das intervenções no local.

A memória é o reavivamento de fragmentos do passado, é um recurso de rever os fatos acontecidos na sociedade que possibilita desvelar o imaginário social de sociabilidades historicamente constituídas, mesmo que tais vivências se transfigurem na forma, mas permaneçam pelos tempos enquanto essência.

As práticas sociais dos agentes deste estudo são as “maneiras de fazer” das técnicas da produção sócio-cultural que ocorrem na apropriação do espaço. Entendemos que a valorização de tais práticas sociais consagra a

autenticidade dos espaços revitalizados. O sítio histórico urbano é o espaço que concentram muitas das sociabilidades e dos fazeres culturais da cidade, onde o mesmo deve ser entendido pelas suas peculiaridades, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade.

Recapitulando, as práticas sociais, segundo CERTEAU, são produtos gerados por princípio coletivos duráveis (*habitus*) historicamente construídos, que não seguem regras artificiais e nem condutas produzidas externamente, mas códigos simbólicos particulares, viabilizadores da compreensão e exploração de possibilidades de combinações de uso do espaço.

Assim, os anfitriões são grupos historicamente constituídos, com os seus códigos particulares que dão conteúdo do Sítio Histórico por meio das suas práticas. Tanto o grupo de anfitriões artesãos quanto o dos engraxates expõem suas recordações a respeito da trajetória de apropriação do espaço do Sítio, e atribuem valores simbólicos a tais vivências a partir do relembrar. O relato das sociabilidades nos cafés, dos antigos nomes das ruas, como a tão citada Rua da Ladeira, das mudanças na configuração espacial da Praça, todos são fatos que correspondem a momentos que tais informantes testemunharam e compartilharam uns com os outros.

As práticas do encontro entre os visitantes e os anfitriões do Sítio surpreendem pela criatividade na perenidade das formas de contato bem como pela riqueza da identificação da origem de tais visitantes e as suas necessidades. O resultado das práticas profissionais dos artesãos está na vitrine do mundo quando, por exemplo, o visitante adquire o artesanato local.

No campo de atuação dos planejadores estão as propostas de intervenção do que chamamos aqui de revitalização institucionalizada. Suas proposições fazem parte da cidade imaginada para facilitar, mesmo que ainda de maneira bastante fragilizada, o entendimento da história da cidade,

orientando os visitantes e auxiliando na educação patrimonial. As propostas que visam às revitalizações referendadas por tais agentes, os produtores da cidade, não vão além da recuperação de prédios históricos, de uma estética externa do ambiente construído, desconsiderando as práticas sociais e vivências socioculturais e o imaginário social do local. Constatamos que as ações nestas áreas também são dificultadas por conflitos nas posturas dos diversos órgãos públicos, que possuem visões diferenciadas sob o mesmo objeto, como por exemplo, quanto à permanência ou não dos artesãos da Praça da Alfândega.

A principal proposição de intervenção da atualidade analisada para este Sítio é o Projeto Monumenta Porto Alegre, que para o nosso entendimento deixa a desejar quanto à ampliação das ações no campo das sociabilidades e das práticas sociais presentes nas edificações e no seu entorno, mesmo que ainda indique ações de educação patrimonial e construção de roteiros turísticos, não há previsão de recursos para tais proposições, e nem tão pouco sinergia junto ao *trade* turístico e aos profissionais da área. São tentativas de atender as demandas do capital globalizado, da mercantilização do patrimônio, não contemplando a riqueza da diversidade do imaginário das identidades locais.

Destacando a proposição da educação patrimonial, entendemos como transmissão e apropriação do legado cultural dos conhecimentos que foram construídos ao longo do tempo e que configuraram a compreensão do espaço e a sua transformação. Aos agentes não interessa apenas apropriar-se dos resultados dos entendimentos já estabelecidos pelos planejadores, ou por algum grupo técnico. Interessa também a apropriação da forma de abordagem dessa realidade, para que permita o aprofundamento dos conhecimentos existentes e a construção de novos entendimentos da realidade. A educação patrimonial admite inserir o cidadão na perspectiva histórica e de identidade do grupo social a que pertence, transmitindo-lhe conteúdos éticos e de cidadania.

Assim, a questão dos Sítios Urbanos surge com forte presença norteadora. Não se coloca mais uma edificação isolada como a mais importante, mas privilegiam-se as relações de entorno e as paisagens urbanas que referenciam o tempo histórico e ambientam as cidades, contribuindo para a identidade de seus habitantes. É o reforço desses ideais ligados à ética e à valorização da própria história que apontam para o conceito ampliado de herança histórica, ancorados no imaginário social, na memória coletiva e nas práticas sociais da comunidade local.

A valorização do patrimônio e a utilização turística do mesmo não são antagônicas, é necessário redefinimos as finalidades atribuídas para tal, de maneira que o turismo possa contribuir no processo de preservação patrimonial. Desse modo, se considerarmos que o patrimônio histórico propulsor dos laços que unem um povo, passa a ser clara sua importância como instrumento de cidadania e inclusão social, elevando a auto-estima das populações e contribuindo para a solidariedade do encontro entre visitantes e visitados, na ubiquidade do turismo sustentável e hospitaleiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Alfredo. **Nós Somos da Praça:** Feira de Artesanato da Praça da Alfândega. Porto Alegre: Programa Monumenta, 2004.

ALBANO, C. ET AL. **A cidade e a praça:** poder, memória e liberdade. Belo Horizonte: Fafich, 1985. (Textos de Antropologia, 8).

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal:** a cultura nas novas gestões urbanas. In: **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. ARANTES, O B., VAINER, C. & MARICATO, E. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUGÉ, M. **Não-lugares.** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** 2ª Ed. Senac, São Paulo, 1998.

BENJAMIN, Walter.. **A Paris do Segundo Império em Baudelaire.** In: **Kothe, Walter Benjamin.** Sociologia. São Paulo, Ática, 1985.

BOLLE, Willi. **A fisionomia da metrópole moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASSIER, Ernst, **Ensaio sobre o homem; introdução a uma filosofia da cultura humana.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTROGIOVANI, Antônio Carlos & GASTAL, Susana. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: **Turismo Urbano: sites de excitação turística**. CASTROGIOVANI, Antônio Carlos & GASTAL, Susana (org.). Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Lisboa, Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COOPER, Chris & et. al. **Turismo, Princípios e Prática**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DE LA TORRE, Oscar. **El Turismo, fenómeno social**. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini Editora, 1990.

DOBERSTEIN, Arnoldo W. Porto Alegre. 1898-1920. **Estatuária fachadista e monumental, ideologia e sociedade**. Porto Alegre: PUCRS, 1988; Dissertação de Mestrado.

FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória**. A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRARA, Lucrecia D`A. **Os significados urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesq, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 3ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GASTAL, Susana de A. **Alegoria urbana: o passado como subterfúgio – tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade**. Porto Alegre: PUCRS. 2002. Tese de doutorado.

GOITIA, Fernando C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Presença, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo, 1996.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Memória** – Enciclopédia Enardi - Edição Portuguesa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson L Camargo. São Paulo: Livraria Martins Flores Editora. 2ª edição, 1999.

MAGNAVITA, P. **Quando a história vira espetáculo do poder**. In: ZANCHETI, S. "Estratégias de intervenção em áreas históricas". MDU/UFPE. Recife, 1995.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **Os "usos culturais" da cultura**. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo. Et. Al. (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo, Hucitec, 1996.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **DECRETO Nº946**. 1º DE OUTUBRO DE 1993.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. Tradução Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003.

\_\_\_\_\_. **Turismo, metodologia para sua planificação**. México, Trilhas, Universidade Anáhuac, 1997.

MORIN, Edgar. **O método 4 – As Idéias**. Sulina: Rio Grande do Sul, 2002. 3ª edição.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2002.

PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre.** 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_(coord.) **Memória Porto Alegre: espaços e vivências.** 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social.** In: Cultura Vozes. N.5. v.89. São Paulo, Vozes, 1995.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo.** In.: Turismo e Patrimônio Cultural. Organização Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Tagore. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Instrução de Tombamento do Sítio Histórico das Praças da Alfândega e Matriz.** Porto Alegre: PMPA, 2000.

RONCAYOLO, Marcel. **La ciudad.** Barcelona, Paidós, 1988.

RUSCHEL, Nilo – Rua da Praia Porto Alegre, Sulina, 1971.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao rio Grande do Sul, 1820-1821.** São Paulo: EDUSP, 1974, p.41.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Célia Ferraz de. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Instrução de Tombamento do Sítio Histórico das Praças da Alfândega e Matriz.** Porto Alegre: PMPA, 2000.

\_\_\_\_\_. Morfologia e Tipologias Urbanas. In: **O Espetáculo da Rua.** PESAVENTO, Sandra J. (coordenadora). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Nota de aula da disciplina: Urbanização e Produção da cidade.** Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRGS, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar.** São Paulo: Difel, 1983.

TRIVINOS, A N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

URRY, Jonh. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – 2ª ed. – São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999.

**ANEXO:**  
**INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO NAS ENTREVISTAS**

## INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO NAS ENTREVISTAS

### **A) Roteiro da entrevista aplicado junto aos anfitriões da Praça da Alfândega.**

- 1- Com que atividade você trabalha na Praça?
- 2- Faz quanto tempo que você trabalha na praça? Como começou?
- 3- Em que dias da semana e que horas costuma vir?
- 4- Como é o dia-a-dia da Praça? O que acontece?
- 5- Você sabe se aconteceram fatos curiosos na Praça? Quais?
- 6- Quais as recordações que a Praça te lembra?
- 7- O que mais te chama atenção atualmente na Praça?
- 8- Você conhece os prédio do entorno?
- 9- Quais são as pessoas que visitam a Praça? Em que período?
- 10-Quais são os problemas que existem na praça?
- 11- Você reconhece a praça como um atrativo turístico da cidade?
- 12- Quais seriam as palavras que definem o que é esta praça? A sua identidade?
- 13- Outros comentários:

### **B) Roteiro da entrevista aplicado junto aos sujeitos planejadores do espaço representados por alguns dos técnicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.**

- 1- Como ocorre a revitalização do centro histórico de Porto Alegre?
- 2- Qual a sua opinião sobre o Projeto Monumenta Porto Alegre e as suas propostas de intervenções?
- 3- Quais são os principais gargalos que precisam ser resolvidos na revitalização da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega?
- 4- Qual o diálogo existente entre os agentes interventores e os agentes das práticas sociais presentes neste sítio histórico?
- 5- Qual a sua visão quanto ao turismo no Centro Histórico de Porto Alegre?
- 6- Outros comentários:

### **C) Roteiro da entrevista aplicado junto aos gestores e planejadores das ações do Projeto Monumenta Porto Alegre.**

- 1- Período de execução do Projeto Monumenta?
- 2- Principais objetivos do Projeto?
- 3- Quais são as atividades realizadas e previstas?
- 4- Quais são os agentes envolvidos no projeto?
- 5- Como ficará a feira de artesanato da Praça da Alfândega?
- 6- Como o turismo faz parte deste projeto?
- 7- Indique limites e possibilidades deste sítio para o turismo
- 8- Outros comentários:

**D) Roteiro da entrevista aplicado junto aos sujeitos promotores: agentes de turismo receptivo e guias de turismo receptivo.**

- 1- O que representa a revitalização das praças e seus entornos para o turismo?
- 2- Quais os aspectos positivos das Praças (Matriz e Alfândega) que se destacam?
- 3- Quais os aspectos negativos das Praças (Matriz e Alfândega)?
- 4- Geralmente, como ocorre a demanda de trabalho com relação a este Sítio Histórico? E qual a frequência?
- 5- Como é feito o roteiro turístico nestes locais?
- 6- Outros comentários: